

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTORIA SOCIAL

HENRIQUE ATAIDE DA SILVA

Mandioca, a rainha do Brasil?
Ascensão e queda da Manihot esculenta em São Paulo.

SÃO PAULO
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Mandioca, a rainha do Brasil?
Ascensão e queda da Manihot esculenta em São Paulo.

Henrique Ataíde da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Soares Carneiro.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO
2008

FOLHA DE APROVAÇÃO

HENRIQUE ATAIDE DA SILVA

Mandioca, a rainha do Brasil?
Ascensão e queda da Manihot
esculenta em São Paulo.

Dissertação apresentada a Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Doutor Henrique Soares
Carneiro

Aprovado em: _____ / _____ / 2008.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Henrique Soares Carneiro

Instituição: FFLCH-USP. Assinatura _____.

Prof. Dr. Cristina Adams

Instituição: EACH-USP. Assinatura _____.

Prof. Dr. Eduardo Neves

Instituição: MAE-USP. Assinatura _____.

Á minha mãe, Leontina, meu pai, Eliseu,
meu irmão Alexandre, minha sobrinha
Letícia e minha mulher Neiva.
Arlete (inmemoriam)

AGRADECIMENTOS

Aos professores Rui Murrieta e Henrique Carneiro, que mais do que orientar, me ensinaram a andar com as próprias pernas.

Aos professores Cristina Adams e Eduardo Neves por dedicarem parte de seu tempo para participar da minha banca examinadora.

A professora Marina Mello, que com suas valiosas observações acabou por fazer parte deste trabalho.

Ao professor Renato Queiroz por toda atenção que me dispensou.

Aos meus colegas do Laboratório de Estudos Evolutivos humanos (IB-USP), em especial ao pessoal da sala 243.

Aos meus colegas professores e alunos da Escola Estadual Oswaldo Walder por compreenderem minhas ausências e sempre permanecerem do meu lado.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo financiamento do projeto de pesquisa “Antropologia ecológica da agricultura de corte-e-queima de populações quilombolas do vale do Ribeira-SP”, que deu origem a este trabalho.

Aos meus grandes amigos Roberto Barcellos (Betinho), Marcelo Pisseta, Carlos Lima (Montanha), Dirlandi, Cleber Antonelli (Alemão), Alexandre Palandi.

Aos amigos de Itapira (minha terra).

Aos amigos de Assis, Carla e Ronaldo, Shirlei, e Cidinha, Aparecida Zacarias (tia Cida) e família.

À família Zacarias Portes: Nivaldo, Áurea e Anselmo, pelo apoio incondicional.

À toda a minha família..

A História pode ser encarada de dois lados e dividida em História da Natureza e História dos Homens. Mas os dois lados não podem ser separados do tempo; enquanto houver homens, a História da Natureza e a História dos Homens se condicionarão reciprocamente. (Karl Marx)

RESUMO

Silva, Henrique Ataíde da. Mandioca, a rainha do Brasil? Ascensão e queda da *Manihot esculenta* em São Paulo. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

O cultivo da mandioca possui uma estreita relação com o campesinato brasileiro, estando presente entre seus cultivos desde sua gênese e ainda hoje é parte obrigatória da alimentação de vários segmentos da população brasileira das áreas rurais. Atualmente a maior parte da produção do tubérculo provém de áreas econômica e ecologicamente marginais sendo cultivado por meio de práticas agrícolas “tradicionais”, denominadas de agricultura de corte-e-queima. Porém, nos últimos anos a produção de mandioca tem apresentado uma contínua queda, principalmente no Estado de São Paulo, onde as transformações agrícolas foram mais intensas. Assim, é mediante a importância histórica do cultivo da mandioca entre os camponeses e a atual situação deste cultivo que colocamos nosso problema da seguinte forma: O declínio do cultivo da mandioca apresentado hoje não é um fenômeno recente, mas sim histórico se iniciando em outras épocas. Assim nosso objetivo principal é localizar as bases históricas do declínio do cultivo deste tubérculo entre os camponeses do Estado de São Paulo. Para atingir nosso objetivo adotamos o referencial teórico-metodológico da História Ambiental, que nos fornece elementos para fazer esta análise na perspectiva das relações entre as sociedades humanas e o mundo natural, usando para isso dados de diversas áreas como a Economia, a Antropologia, a Arqueologia, a Ecologia, além da História Social e Econômica.

Palavras-chave: camponeses; alimentação; mandioca; História Ambiental; coivara.

ABSTRACT

Silva, Henrique Ataíde da. *Cassava, the queen of Brazil? Ascension and fall of the *Manihot esculenta* in São Paulo*. Dissertation (Master's degree). College of Philosophy Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2008.

The culture of the cassava has a narrow relationship with the Brazilian small rural culture, being present among its cultures since its genesis and until today it is a mandatory part of the feeding in some segments of the Brazilian population in the agricultural areas. Currently most of the tubercle production comes from economic and ecologically outskirt areas being cultivated through “traditional” agriculturists methods, called slash and burn agriculture. However, during the last years the cassava production has presented a continuous fall, mainly in the São Paulo state, where the agricultural transformations had been more intense. Thus, due the historical importance of the cassava culture between the peasants and the current situation of this culture, we place our problem on the following form: The current decline of the cassava culture is not a recent phenomenon, but historical and initiating at other times. Thus our main objective is to locate the historical bases of the decline of this tubercle culture among the peasants of the Sao Paulo state. To reach our objective we adopt the theoretician-methodological referential of the Environmental History, that supplies us elements to make this analysis in the perspective of the relations between the human societies and the natural world, using for this data from several areas as the Economy, the Anthropology, Archaeology, the Ecology, and also Social and Economic History.

Keywords: peasants; feeding; cassava; Environmental History; coivara.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Situação da Mata Atlântica - São Paulo - (1854-1886).....	76
FIGURA 2. Situação da Mata Atlântica - São Paulo - (primitivo-1973).	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista de produtos da lavoura na capitania de São Paulo em 1814.....	84
Tabela 2 – Quantidade produzida em valor dos principais produtos agrícolas da província de São Paulo em 1836.....	88
Tabela 3 - Valor da produção e importância relativa dos produtos agrícolas na província de São Paulo em 1836.....	89
Tabela 4 - Quantidade, valor e comercialização da produção agrícola em Cunha, 1804-1835	90
Tabela 5 – Principais produtos do distrito de Santo Amaro – 1936	93
Tabela 6 – Exportação da capitania de São Paulo para a Europa. 1801-1807.....	94
Tabela 7 – Produção per-capta de farinha de mandioca em Ubatuba. 1801-1830	95
Tabela 8 - Principais produções em São Paulo- 1836	95
Tabela 9- Produção Estadual de mandioca e aipim (t)- 1940-1980	109
Tabela 10 - Produção total de mandioca e aipim- SP- 1949-1959	110
Tabela 11 - Produção Particular de mandioca e aipim (t)	110
Tabela 12- Produção particular de mandioca e aipim-SP. 1949-1959.....	111
Tabela 13 - Produção de farinha de mandioca. São Paulo 1931-35-1980.....	112

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1 – Reflexões teóricas e metodológicas.....	19
1.1 - História, natureza e sociedade: a gênese de uma disciplina.....	19
1.2 - As relações Homens e Natureza.....	23
1.3 - A agricultura e a História Ambiental.....	26
1.4 – Caracterização de camponeses.....	28
1.5 - Camponeses no Brasil.....	31
1.5.1 - A influência indígena.....	33
1.5.2 - Agricultura tradicional camponesa no Brasil.....	34
2 - O cultivo da mandioca no Brasil do século XIX: rainha do Brasil.....	37
2.1- A construção de um reinado: a história da mandioca antes do século XIX.....	37
2.2 - A disseminação geográfica do cultivo da mandioca no século XIX nos relatos dos viajantes.....	41
3 - Cultivo da mandioca em São Paulo. A rainha do Brasil?.....	58
3.1. Na São Paulo quinhentista: a “rainha do Brasil”.....	58
3.2. Os séculos transformadores: o cultivo da mandioca nos séculos XVII e XVIII.....	62
4 - O cultivo da mandioca em São Paulo no século XIX.....	73
4.1. As transformações do mundo rural paulista.....	74
4.2. Os camponeses nos relatos dos viajantes.....	79
4.3 - O cultivo da mandioca nos relatos dos viajantes.....	83
4.4. A bibliografia e a presença da mandioca durante o século XIX.....	88
4.5 - A decadência do cultivo da mandioca no século XIX.....	93
5 - O cultivo da mandioca no Estado de São Paulo no século XX.....	97
5.1. Transformações no modo de vida camponês.....	98

5.2. O cultivo da mandioca no estado de São Paulo na primeira metade do século XX.....	106
6 - Discussões e conclusão.....	114
6.1 - A História Ambiental da mandioca no Brasil do século XIX.....	115
6.2 -A História Ambiental da Mandioca em São Paulo entre os séculos XVI-XIX.....	121
6.3 - O declínio da mandioca em São Paulo nos séculos XIX e XX.....	124
Bibliografia.....	132

Introdução.

Na América existem evidências diretas e indiretas do cultivo da mandioca que datam de até 2.500 a.C.¹, e é provável que sua domesticação tenha ocorrido no nordeste da América do Sul (Sauer, 1993). Portanto, a mandioca, quando da chegada do europeu era cultivada na região tropical do Novo Mundo há pelo menos quatro ou cinco mil anos (Adams et al, 2006; Dean, 1996; Sauer, 1993). No Brasil, o papel deste cultivar tem sido particularmente importante, ocupando um lugar de destaque na formação socioeconômica e cultural do país. Ainda hoje, é parte obrigatória da alimentação de vários segmentos da população brasileira, especialmente nas áreas rurais (Cascudo 2004; Adams et al, 2006; Barghini, 2004; Roosevelt, 1980; Pinto e Silva, 2005).

A maior parte da produção de mandioca tem origem nas pequenas propriedades agrícolas, situada em áreas econômica e ecologicamente marginais e cultivada por meio de práticas agrícolas rudimentares (Adams et al, 2006). Estes agricultores, denominados como camponeses, possuem algumas características que muitas vezes se traduz na definição de um segmento social que não foi totalmente incorporado à lógica do mercado e conseqüentemente mantendo boa parte de sua organização produtiva em torno da subsistência. Porém, nas últimas décadas a produção latina americana deste tubérculo tem sofrido uma contínua queda, principalmente quando comparado com outras culturas alimentares. Esta também parece ser a tendência observada no Brasil de um modo geral, e principalmente no Estado de São Paulo, justamente o estado no qual o capitalismo penetrou de forma mais intensa no mundo rural e onde, conseqüentemente, as transformações do campesinato foram mais significativas (Adams et al., 2006 Carvalho, 1978; FAO, 1977, s/d; IBGE, 2004).

A observação da coincidência desses dados nos colocou uma dúvida: existe uma conexão entre a transformação dos grupos camponeses e o declínio da produção de mandioca? Porém, a busca de uma resposta à esta questão nos colocou uma outra: qual a verdadeira dimensão da importância do tubérculo na história do Brasil e entre o campesinato? Dessa forma, fomos levados a fazer um pequeno inventário que nos pudesse fornecer esta dimensão.

Diversos estudos, principalmente de caráter antropológico e histórico, têm mostrado uma grande proximidade do campesinato e o cultivo e consumo do tubérculo, tanto no presente como no passado. Diegues e Arruda (2001: 29-48) ao falar da influência indígena na

¹ Existem evidências de um possível cultivo de mandioca na base do Orinoco de cerca de 2000 a.C., estas evidências estão baseadas em pedaços de cerâmicas e de pedra usados para preparar a mandioca. Começando por volta do ano 1000 a.C. e ultrapassando o período Inca e da conquista espanhola.

formação do campesinato tradicional no Brasil, chama a atenção para presença dos produtos indígenas na constituição da dieta, sendo a mandioca a presença mais constante entre os mais deferentes grupos localizados em regiões diferentes e com trajetórias históricas diferentes, como por exemplo os açorianos, no litoral sul do Brasil, os Babaçueiros, ocupantes da região entre o Ceará e o litoral sul da Bahia.

Sanches (2004, 111-112) em seu estudo sobre os caiçaras no litoral sul de São Paulo, identifica a mandioca como um dos principais cultivos, possuindo um papel chave dentro do calendário agrícola que garante a subsistência do grupo. Adams (2000:105), também estudando os caiçaras de São Paulo, define seu “gênero de vida” baseado na combinação da agricultura de subsistência, principalmente o cultivo da mandioca, com a pesca. Pesquisas recentes sobre as populações das várzeas do Amazonas mostram que a mandioca, combinada com o peixe ou camarão tem garantido a sua permanência e centralidade na viabilização do sistema de subsistência caboclo (Adams et al, 2006).

Esses estudos mencionados acima nos dão uma noção da presença do cultivo da mandioca no campesinato “tradicional” contemporâneo. Restava-nos então tentar dimensionar a sua importância histórica.

Se adotarmos como origem do campesinato brasileiro a população indígena, podemos verificar que os primeiros colonizadores entraram em contato com os povos “plantadores de mandioca”, como os Tupis, consumidores do tubérculo de longa data (Del Priore Venâncio, 2006:16). Os primeiros cronistas e viajantes nos oferecem testemunhos da importância desta raiz na subsistência destes grupos. Os Jesuítas que estiveram no Brasil no século XVI deixaram importantes relatos sobre a presença da mandioca entre os nativos e o seu consumo. Assunção (2000:201-202) afirma que o interesse destes religiosos na planta demonstrava a necessidade de garantir a sobrevivência por meio do domínio da “flora brasílica”. Assim entre os jesuítas a mandioca se constituiu “muito mais do que uma curiosidade botânica (...) era o alimento vital para a sobrevivência da cristandade. Os jesuítas necessitavam viver para combater e converter”, e a mandioca se apresentava como a garantia da sobrevivência. Assunção ainda cita a afirmação de Anchieta, de que a mandioca era o principal alimento da terra, substituindo o trigo. Foi denominada por esse jesuíta de “pão comum” da terra de Santa Cruz (2000:202). Da raiz de mandioca os indígenas obtinham o cauim, que os jesuítas consideraram perigoso, “causando a perdição” de alguns membros do rebanho, cuja função dos jesuítas era catequizar (Assunção, 2002: 204).

Mas, a importância da mandioca ia além da alimentação. Cascudo (2004) e Aguiar (1982) nos mostram também a importância mítica da mandioca entre as populações nativas do

Brasil. A raiz povoava o imaginário desses povos fazendo parte de inúmeras lendas, tendo em comum a idéia de que sua origem se tratava de uma “dádiva divina” tal a sua importância para a sobrevivência dessas populações. Estes dois autores também concordam que os primeiros relatos portugueses sobre a alimentação indígena tratam claramente da mandioca, classificada erroneamente como inhame. Pero Vaz de Caminha, em observação à alimentação indígena nota que essa se compunha basicamente de inhames, enquanto o “piloto anônimo” reconhece “uma raiz chamada inhame, que é o pão de que ali usam”. Aqueles dois autores defendem que a mandioca foi confundida e denominada como um inhame pela semelhança entre os dois tubérculos (Cascardo, 2004:77-78; Aguiar, 1982:26).

Del Priore & Venâncio (2006:21) afirmam que a mandioca no início da colonização foi adotada por necessidade, em substituição ao trigo. Mas, logo ela caiu no gosto português. Ainda no primeiro século da colonização, as populações que passam a ocupar o território, como índios e mestiços, bem como os descendentes livres de europeus que ocupavam as camadas inferiores na hierarquia social no Brasil colônia também passam a consumir o alimento da terra. Trata-se do pequeno agricultor, que trabalha a terra visando a subsistência da família, mas também integrado em um pequeno comércio com as vilas e fazendas através da produção e venda da farinha de mandioca (Del Priore e Venâncio, 2006:51).

A partir da metade do século XVII o Brasil recebe uma nova leva de imigração portuguesa que ocupa as áreas localizadas no interior do território, como no caso de São Paulo. Os habitantes desta capitania desenvolveram um modo de vida onde as práticas alimentares indígenas se tornaram um aspecto de sua própria identidade. Neste estágio, os alimentos mais facilmente aceitos pelo colonizador foram a mandioca e macaxeira. No século XVII, a agricultura de subsistência no planalto, praticada pelos roceiros, baseava-se no cultivo de mandioca, milho e batata doce (Pinto e Silva, 2005; Holanda 1994).

Considerando os escravos como um “protocampesinato” também encontramos diversas referências ao cultivo da mandioca. Tollenare descreve a ocorrência de roças clandestinas dos negros, proibidos de cultivar na Zona da Mata em Pernambuco: “(...) Percorrendo a mata encontrei às vezes pequenas clareiras onde negros tinham vindo furtivamente plantar um pouco de mandioca” (Tollenare, 1974:78, apud Del Priore e Venâncio, 2006:55). Cardoso (2004:97-99), diz que os escravos recebiam uma parcela de terra para o cultivo de subsistência, embora, algum excedente pudesse ser comercializado. Nestas parcelas de terra era cultivada principalmente a mandioca, junto de outros vegetais.

Alencastro (2000:91-95) vai mais longe ao dizer que a relação dos africanos com a mandioca já estava estabelecida antes mesmo de serem embarcados para o Brasil na condição

de escravos. Na bacia do Congo e também em Luanda, os escravos que esperavam pelo embarque eram utilizados como trabalhadores nas roças de mandioca, até que a embarcação, os “tumbeiros”, chegassem. A introdução da mandioca na África segue três etapas: Primeiro ele é exportada para a África, principalmente do litoral de São Vicente e do Rio. Em um segundo momento, a mandioca passa a ser cultivada e transformada em farinha, imitando o método utilizado no Brasil, e finalmente ele se espalha por todo o interior do continente africano. No século XVIII já é possível observar nas “veredas” angolanas uma quantidade significativa de roças de mandioca (Alencastro, 2000:254-255).

Portanto, a mandioca fazia parte da dieta dos africanos, sendo ele livre na África ou na condição cativa no Brasil, e durante a própria viagem entre os dois continentes, e sua função ultrapassava o aspecto alimentar. O predomínio da mandioca na alimentação dos escravos barateava o frete entre Brasil e África, assentando um vigoroso comércio entre os dois lados do Atlântico, além de facilitar a adaptação do africano ao regime escravista brasileiro. Essa presença marcante e significativa da mandioca nas relações entre o Brasil e o continente africano, faz Alencastro (2000:251-248,252) denominar o período de 1590-1630, como o “ciclo da mandioca”.

Barickman (2003:94; 108-115) em um estudo sobre o Recôncavo baiano, entre o final do século XVIII e metade do XIX, mostra a importância da mandioca no regime alimentar dos escravos. O tubérculo podia entrar na dieta desse grupo por meio de três estratégias diferentes: primeiro os senhores podiam mandar que seus escravos a cultivassem; podiam comprá-la no mercado local; ou ainda conceder parcelas de terras onde o escravo podia cultivar suas roças de subsistência. Neste último caso, mesmo tendo certa autonomia na escolha do que plantar, a opção recaía sobre a mandioca, alimento a que ele já estava acostumado e que ainda tinha a vantagem de fornecer um eventual excedente que poderia ser comercializado no mercado local (Casudo, 2004:374; Barickman, 2003).

Sobre a mandioca na região nordeste, Gorender (1978:241) afirma que seria inviável a economia de “plantagem”, baseado na monocultura e trabalho escravo, suprir a alimentação de sua população trabalhadora unicamente com alimentos importados. Assim é, que no interior desse tipo de economia também se desenvolveu o que Gorender chama de “economia natural”, cuja produção era voltada para a “auto-subsistência da unidade produtora”. Dentro dessa economia a farinha de mandioca tinha um importante papel, servindo de suporte para o desenvolvimento do próprio sistema mercantil monocultor. Mas, a mandioca também aparece

entre os “homens livres agregados²”, tanto para a subsistência, como também a possível comercialização (Gorender, 1978:294).

Após a análise dessa literatura podemos afirmar que o cultivo da mandioca tem se mostrado de grande importância para o campesinato, estando presente desde sua formação e ainda hoje continua ocupando um importante papel entre aqueles grupos que preservam algumas características dos sistemas de subsistência ancestrais, principalmente no que diz respeito às práticas agrícolas.

Assim, é mediante essa importância histórica do cultivo da mandioca entre os camponeses no Brasil e sua atual situação de declínio no Estado de São Paulo que colocamos nossa hipótese: o declínio do cultivo da mandioca apresentado hoje neste Estado não é um fenômeno recente, mas faz parte de um processo histórico que se intensificou principalmente a partir do século XIX e está relacionado com a trajetória histórica de seus principais cultivadores, os camponeses. A partir desta hipótese o nosso principal objetivo se coloca da seguinte forma: localizar as bases históricas do declínio do cultivo deste tubérculo entre os camponeses do Estado de São Paulo.

Porém, para cumprir esse objetivo, outras tarefas se colocaram: primeiro, dimensionar de forma mais profunda a verdadeira importância do cultivo da mandioca no século XIX, tanto no Brasil, como no Estado de São Paulo. A partir daí localizar as transformações sobre o universo rural paulista e conecta-los com o declínio do cultivo da mandioca.

Para atingir nossos objetivos adotamos o instrumental teórico e metodológico da História Ambiental, que se baseia em uma perspectiva das relações entre as sociedades humanas e o mundo natural onde ambas as partes interagem, se influenciando de forma mútua. Esta concepção propõe como método a integração de diversas disciplinas como da Sociologia, Antropologia, Arqueologia, Geografia, Ecologia, que possam assim fornecer uma visão holística do nosso problema.

A periodização delimitada se concentra entre os séculos XIX e XX. O século XIX foi escolhido como baliza temporal por representar um período de grandes transformações não apenas para o Estado de São Paulo, mas também para toda a sociedade brasileira. Entre as transformações que afetaram de forma mais significativa o mundo rural paulista estão a abolição da escravidão, o processo de imigração, o deslocamento do eixo econômico para o sudeste com expansão da monocultura do café e da cana-de-açúcar (Prado Junior, 1965). Para este período a principal documentação usada seriam os relatos dos viajantes europeus que

² Por agregados o autor entende como sendo indivíduos que se estabelecem em terras de outros (1978:292)

estiveram no Brasil. Esta literatura foi escolhida como fonte inicial pelo fato de ser abundante em informações sobre os modos de vida da população rural, uma preocupação relacionada com o contexto de produção destes relatos: o predomínio das ciências naturais no campo de investigação no século XIX. Neste contexto, o Brasil representava na perspectiva dos europeus que atravessava o oceano para aportar aqui, um local de flora opulenta, uma fauna extremamente variada e ainda a existência de “nações selvagens” habitando um meio físico muito peculiar. O Brasil se apresentava a estes homens como um “grande mistério a desvendar-se” (Sampaio & Teschauer, 1955:16). Estes “visitantes estrangeiros”, em suas andanças pelo país, atentavam para fatos que os autores nacionais, talvez por considerarem tão corriqueiros, não se preocupavam em documentar ou analisar, como por exemplo, o cultivo e uso da mandioca, que chamavam a atenção do olhar estrangeiro, mais pela excentricidade.

Para a construção do quadro geral do cultivo da mandioca no território brasileiro no século XIX esses relatos se mostraram muito úteis. Porém, no caso específico de São Paulo eles colocaram uma limitação para nossos objetivos, uma vez que as referências ao cultivo da mandioca nessa documentação são escassas, tanto quantitativamente como qualitativamente. Este fato nos levou a adotar também, para esse período, a bibliografia disponível em diversas áreas, mas que tratassem da agricultura paulista no século XIX. Usamos para isto estudos históricos, antropológicos, sociológicos e arqueológicos, assim como alguns dados estatísticos da época. Estas fontes, associadas aos relatos dos viajantes, nos permitiram reconstruir um quadro do século XIX na província de São Paulo onde pudemos dimensionar o verdadeiro papel do cultivo da mandioca no século, assim como também identificar algumas transformações que já começavam a ocorrer.

No outro extremo de nosso marco temporal, o século XX, principalmente a sua primeira metade, foi escolhido também por apresentar também grandes transformações no mundo rural paulista, como por exemplo “a passagem duma economia auto-suficiente para o âmbito de economia capitalista” (Candido, 2001:203) e um crescimento significativo do setor agro-industrial (Carvalho, 1978). Neste período, nossa documentação se baseou em dados da literatura, também de áreas diversas, e também em dados estatísticos e periódicos da época em questão.

Assim, para atingir nosso objetivo principal, identificar as bases históricas do declínio do cultivo da mandioca no Estado de São Paulo durante os séculos XIX e XX, o presente trabalho foi organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo descreve o campo da história ambiental e procura aprofundar algumas de suas orientações teóricas e metodológicas, assim

como também definir alguns conceitos que usaremos no decorrer do trabalho. O capítulo dois se propõe a dar um aspecto geral da disseminação geográfica do cultivo da mandioca em todo o território brasileiro, no século XIX. No capítulo seguinte, traçamos a trajetória histórica do cultivo e uso da mandioca no Estado de São Paulo, desde o início da colonização. Assim, contextualizamos a presença da mandioca no século XIX, objeto do capítulo quatro. Neste capítulo, dimensionamos a presença da mandioca entre o campesinato paulista, como também procuramos identificar as transformações que acabaram levando ao declínio do cultivo do tubérculo. Já no capítulo cinco, nosso objetivo é apontar as grandes transformações do universo rural paulista e demonstrar a situação de declínio do cultivo durante o decorrer da primeira metade do século XX. No último capítulo nos propomos a relacionar as transformações e os dados obtidos nos capítulos anteriores sobre a agricultura camponesa paulista e relacioná-los, sob a perspectiva da História Ambiental, de forma que possamos explicar o processo histórico do declínio do cultivo da mandioca.

1 – Reflexões teóricas e metodológicas.

1.1 - História, natureza e sociedade: a gênese de uma disciplina.

Ponting (1995:30), em sua obra *“Uma História Verde do Mundo”* inicia sua discussão sobre as relações entre os seres humanos e o meio ambiente chamando a atenção para o fato de que a “história humana não pode ser compreendida em um vácuo”. Para este autor a vida na terra depende de como os seres humanos se relacionam com o seu ambiente, pois a existência destes depende de um complexo sistema de inter-relações entre processos físicos, químicos e biológicos.

Assim, o que Pointng (1995) propõe é a ruptura com o modelo de ciência que se fundamentou na oposição entre os seres humanos e o mundo natural. A formação e consolidação da ciência moderna parece ter naturalizado algumas visões de mundo que são definidas pela oposição de categorias como homem e natureza; sujeito e objeto; espírito e matéria, subjetividade e objetividade. A divisão entre ciências naturais e ciências humanas, onde a comunicação entre elas é, quase sempre, rara, caminha na direção de reforçar a idéia de separação entre Humanos, ou Cultura e Natureza.

Para alguns autores (Oliveira, 2002; Gonçalves, 1998; Thomas, 1988) a dicotomia homem e natureza, que permeia a ciência contemporânea e todos os seus campos, têm suas origens no pensamento de Platão e Aristóteles, onde já existia um interesse maior pelos homens e as idéias em detrimento da chamada “natureza física”. Aristóteles procurava insistentemente alguma coisa de diferenciasse a humanidade de outras espécies, encontrando-a em sua “alma racional” (Gonçalves, 1998; Thomas, 1988:42).

Nos séculos XVI e XVII o Homem deixa definitivamente o universo do mundo natural pelas mãos, principalmente, de pensadores como Francis Bacon e René Descartes, que concebiam o mundo natural como algo exterior á sociedade humana e passível de controle, lançando as bases da ciência “moderna” (Gonçalves, 1998, Oliveira, 2002; Silva & Schramm, 1997).

As idéias de oposição e domínio sobre o mundo natural vão ser intensificadas nos séculos XVIII e XIX, relacionados principalmente com a industrialização e urbanização da sociedade européia e a segunda revolução agrícola (Lipietz, 2003:18; Silva, 1997). Esta última talvez reflita de maneira mais clara a concepção de domínio da natureza, pois a descoberta de adubos químicos dava a impressão de que os problemas de fertilidade do solo, fruto do uso cada vez mais intenso, tinham sido resolvidos, acabando por levar ao abandono de práticas “tradicionais” como a rotação de culturas ou de pousio do solo.

Porém, seria injusto imputar todo o crédito da dicotomia Homem-Natureza apenas à “ciência moderna”. Keith Thomas (1988:22-23-28) mostra que os teólogos do início da idade moderna encontravam o princípio do domínio do Homem sobre a Natureza no livro do Gênesis do Antigo Testamento. Essa preponderância do Homem era tal, que para alguns clérigos, o Juízo Final significaria o fim do mundo físico, pois esse não teria mais utilidade nenhuma. A tradição religiosa cristã não mantinha um vínculo com o mundo natural, a não ser aquela de domínio, que evocasse uma idéia de unidade ou de veneração. A própria religião dominante já se encarregava do “desencantamento do mundo”³. Portanto, a religião fornecia à nascente ciência a idéia da especificidade humana (Thomas, 1988:42). Estas idéias vão permear todos os campos do conhecimento e terminam por coroar a clássica divisão estabelecida entre as ciências humanas e as ciências da natureza. “A natureza, cada vez mais um objeto a ser possuído e dominado, é subdividida em física, química, biológica. O homem em economia, sociologia, antropologia, história, psicologia, etc” (Gonçalves 1998:34).

Assim, as Ciências Humanas, como a próprio nome diz, deve se ater apenas às coisas humanas rejeitando a interferência de fatores ambientais no desenrolar de sua história, o que Drummond (1991) chama de “paradigma da imunidade humana”, isto é, a recusa, explícita ou implícita, de levar em conta que fatores naturais e biofísicos se constituem em variáveis legítimas nas análises das sociedades, e que fatos sociais só podem ser explicados por outros fatos sociais. Assim, pelo menos até a década de 40/50, este foi o pensamento dominante entre as Ciências Humanas (Drummond, 1991; Lenzi, 2003).

No caso específico da História a adoção desse paradigma também repousa na própria definição do campo de atuação da disciplina: o estudo da trajetória humana e da formação e transformações das civilizações através do tempo. Assim, a História, na elaboração de seus modelos explicativos, através dos séculos, acabou também assumindo a separação entre humanos e mundo natural. O cenário da História era apenas o tempo, se estendendo no Maximo à invenção da escrita. Conseqüentemente, o período em que supostamente estivemos mais subordinados à Natureza torna-se parte da Pré-História, objeto de estudo da Arqueologia (Ribeiro, 2005:15; Martins, 2007).

Contudo, os problemas ambientais, a emergência dos movimentos ecológicos e a percepção da amplitude das ações humanas no ambiente, levaram as ciências humanas, a partir da segunda metade do século XX, a uma mudança de postura no que diz respeito às

³ O próprio Keith Thomas, porém, adverte sobre a superestimação do pensamento religioso judaico-cristão no efeito ambientais. O autor mostra que os problemas ecológicos não são exclusivos do ocidente e que lugares onde a tradição judaico-cristão não teve qualquer influencia também degradaram seu ambiente e extinguiram espécies. Mas isso não significa que sua influencia deva ser desprezada.

relações entre o seu objeto, os humanos, e o ambiente natural. No rastro destas tendências, as ciências humanas iniciam várias frentes de aproximação com as ciências naturais. Como por exemplo, o aparecimento a partir da década de trinta, da Ecologia Cultural, tendo à frente Julian Steward e da Ecologia Humana da Escola de Chicago, que ao colocarem o ambiente como sujeito em análises sociais, tratavam de questionar aquela premissa de que fatos sociais são gerados por outros fatos sociais.

É nesse contexto que a História Ambiental começa a se desenvolver. Mas é nos anos 80 e 90, que o campo ganha status científico e institucional, com a criação de cursos de pós-graduação, de periódicos (*Environmental History*) e de uma sociedade, a *American Society for Environmental History*, principalmente nos Estados Unidos (Stewart, 1998). Na Europa, em 1999, é fundada a *European Society for Environmental History* e a revista *Environmental and History*. Estes eventos nos mostram o esforço por parte dos historiadores em estabelecer este novo campo de estudo, ou uma outra perspectiva da História, procurando institucionalizar as discussões teóricas e metodológicas da nova abordagem.

Os precursores dessa nova História são encontrados entre os autores da chamada História das Civilizações, onde se destacam Arthur Toynbee (*Mankind and Mother Earth: A Narrative History of the World*) e Gordon Childe (*Man Makes Himself*). Estes autores analisaram como sociedades tiveram sua existência vinculada ao uso dos recursos naturais (Drummond, 1991). Na Europa, Marc Bloch e Lucian Febvre criaram a revista *Annales d'histoire économique et sociale* e dão impulso a “Nova História”, que propunha a construção de uma história com tudo que estivesse relacionado ao homem, incluindo a natureza. Assim, em seus estudos Bloch e Febvre, dão atenção especial ao meio-ambiente (Freire, 2004).

Mas, foi Braudel quem mais contribuiu para a formação desse novo campo, principalmente pela sua concepção de tempo e da relação dos homens com o ambiente físico. Assim, por sua concepção o tempo dos homens encontra o atrito do espaço e a resistência do meio geográfico, mostrando que de certa forma os humanos estão localizados, limitados e condicionados por circunstâncias objetivas, que embora não cheguem a bloquear todos os impulsos humanos, lhes oferece resistência.

Na sua obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* (1984), Braudel associa elementos do meio geográfico físico e biológico à economia e à sociedade, sob a perspectiva de uma história “do homem em relação ao seu meio”, ou como o próprio Braudel chamava, uma “geo-história” (Dosse, 1992:133-143).

Nesta nova história proposta por Braudel o tempo deve ultrapassar a existência do homens integrando-o a um tempo mais lento, quase imóvel. As relações dos homens com o

ambiente, segundo este historiador, são feitas de transformações lentas que passam despercebidas quando medidas apenas no breve tempo dos homens (Dosse, 1992; Aguirre Rojas, 2000, Burke 1997, Drummond, 1991, Worster, 1991).

No Brasil, a História Ambiental tem como precursora uma tradição de análises históricas em autores que incluem variáveis ambientais em seus estudos, apesar da perspectiva não ser exatamente na história do ambiente. Podemos citar, entre outros, *Capítulos de História Colonial* de Capistrano de Abreu, as obras de Gilberto Freyre, *Nordeste e Casa Grande & Senzala*, Sérgio Buarque de Holanda com “*Monções*”, “*Caminhos e Fronteiras*” e *Visão do Paraíso* além do clássico de Caio Prado Júnior *Formação do Brasil Contemporâneo*.

A partir da década de 1990 o campo da História Ambiental no Brasil começa a ganhar força com a contribuição de vários historiadores como José Augusto Drummond (1997), Maria Alice Prestes (2000) e José Augusto de Pádua (2002) e a figura essencial de Warren Dean (1996). Neste contexto, foi sem nenhuma dúvida, a obra monumental de Dean, *A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, que marcou o início de uma preocupação concreta da historiografia brasileira com o ambiente.

Na questão de definir como a História Ambiental deve proceder em suas análises vários autores (Stewart, 1998; Worster, 1991; Drummond, 1991; 1997) concordam em afirmar que a História Ambiental tem sido feita, de modo geral, em três categorias de análises: reconstrução de ambientes naturais do passado; estudo dos modos humanos de produção e seu impacto sobre o ambiente; e a análise da história das idéias, das percepções e dos valores sobre o mundo natural. Esses níveis podem aparecer integrados, como no estudo sobre a mata Atlântica de Warren Dean (1996) ou de forma separadas, como no estudo das idéias conservacionistas de Pádua (2002) em “*Um sopro de destruição*”.

Outra característica marcante do campo da História Ambiental é a necessidade de diálogo com outras disciplinas como a geologia, biologia, geografia, antropologia e, principalmente, a ecologia. Worster (1991:06) qualifica esse diálogo da seguinte maneira:

No seu conjunto as ciências naturais são instrumentos indispensáveis para o historiador ambiental, que precisa sempre começar com a reconstrução de paisagens do passado, verificando como eram e como funcionavam antes que as sociedades humanas as penetrassem e as modificassem.

Em suma, o que essa nova história propõe é uma perspectiva dos estudos históricos que “rejeita a premissa de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais,

de que as conseqüências ecológicas de seus feitos passados podem ser ignoradas” e tem como objetivo “entender como os seres humanos foram afetados pelo ambiente natural e inversamente como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (Worster, 1991:01). Trata-se de colocar a natureza na História (Cronom, 1983), ou ir mais além, “colocar a história humana no contexto da natureza não-humana” (Soffiati, s/d).

1.2 - As relações Homens e Natureza.

A partir dessa perspectiva das relações entre a História Humana e a História Natural oferecida pelo campo da História Ambiental, podemos traçar nossas reflexões para a construção de um direcionamento teórico-metodológico para a análise do cultivo da mandioca entre os grupos camponeses.

Boa parte dos estudos das relações dos seres humanos com a natureza tem tomado duas direções. Uma primeira que se interessa pelas bases materiais de sustentação das sociedades, chamada de forma genérica de pensamento “materialista” e em outra direção, uma vertente mais interessada no estudo da mente humana denominada de pensamento “mentalista”. Para os materialistas, as bases materiais das sociedades humanas influenciam, condicionam, ou até mesmo determinam as outras dimensões do sistema sociocultural, enquanto os “mentalistas” defendem que as bases materiais não possuem essa primazia e que as organizações sociais e expressões simbólicas têm vida própria (Neves, 2002:13-15).

Worster (1991) sugere um caminho materialista quando diz que a análise dos “modos humanos de produção” deve ser um dos níveis de ação da História Ambiental. Segundo o autor, isso significa compreender a cultura material de uma sociedade, as suas implicações para a organização social e a sua interação com o ambiente natural. Por exemplo, nas regiões polares, as populações elaboraram uma forma de subsistir que desenvolveu uma tecnologia para explorar o seu ambiente. Este ambiente também trata de limitar suas possibilidades. Nas palavras de Worster (1991): “os esquimós das regiões polares do norte não podem ter a esperança de virar fazendeiros”.

Jean-Marie Harriby (2007) também propõe uma abordagem materialista das relações entre os grupos humanos e o mundo natural. Segundo este autor, existem “condições naturais de produção” que se apresentam “ex ante” às atividades humanas, e que acabam por influenciar estas últimas. Porém, ambos os autores citados acima concordam que essas relações devem ser observadas como dialéticas, onde ambas as partes transformam e são transformadas, como tem demonstrado as convergências dos problemas ambientais e problemas sociais no século atual.

Nesse caminho “materialista” que a História Ambiental tem seguido as novas leituras de Karl Marx tem se mostrado muito útil para evitar algumas armadilhas, como o “determinismo”. Foster (2005) afirma que a visão de mundo de Marx era sistematicamente ecológica, derivada do seu “materialismo dialético”: ao mesmo tempo em que o homem transforma a natureza ele também é transformado.

A concepção de integração e não de oposição entre os dois domínios fica claro na idéia de “metabolismo” proposta por Foster (2005). Marx (1984) concebe essa idéia como um processo entre os seres homem e a natureza pelo qual o homem, através de suas próprias ações medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza. Para Foster (2005: 221-223), o conceito de metabolismo assume, na obra de Marx, um significado ecológico. A própria palavra alemã para metabolismo, *stoffwechsel*, implica uma idéia de “troca material” entre o homem e a natureza e está subjacente à noção dos processos estruturados de crescimento e decadência biológicos.

Para Moscovici, (1974:121) a relação dos seres humanos com a natureza, possui dois princípios básicos: o homem produz o meio que o cerca e é ao mesmo tempo seu produto. A sociedade pertence à natureza, conseqüentemente é produto do mundo natural. Assim, a natureza é sempre histórica e a história sempre natural (Moscovici, 1974:121 apud Diegues, 2000:49).

Assim, nos baseamos em uma concepção das relações entre humanos e mundo natural que propõe a superação da visão dicotômica destes dois em favor de uma noção de unidade, que coloca a atividade social dos seres humanos no interior de um ambiente material natural, tornando dessa forma as relações entre eles também um problema histórico (Balée, 1998).

Nessa construção teórico-metodológica dos estudos ambientais, ou seja, como estudar as relações dos seres humanos e o mundo natural, a perspectiva histórica vai ganhando terreno. Nos anos 70 e 80, as pesquisas antropológicas que se interessavam pelo estudo destas relações incluíam entre suas discussões a importância da investigação do contexto histórico das relações entre as sociedades e o ambiente em que ela está inserida (Lees & Bates, 1990:251.; Crumley, 1993:06; Wilmsen e Denbow, 1990), como por exemplo, a análise da agricultura entre os Massai, na Tanzânia, “tradicionalmente” conhecidos como povos criadores de gado e a influência dessa mudança sobre o seu ambiente. Para o McCabe (2003) essa mudança tem relações com a trajetória histórica que grupo passa a ter um papel fundamental nos estudos de suas relações com seu ambiente natural. Peroni (2004) mostra, entre os caiçaras, no litoral de São Paulo, que entendimento da transição deste grupos de agricultores-pescadores para pescadores-agricultores deve incluir os fatos do passado. Adams

et al (2006) mostra que entre os caboclos contemporâneos no Baixo Amazonas a agricultura tradicional deve ser vista também como resultado de fatores históricos e político-econômicos, e não como completamente refém dos fatores naturais. Warren Dean (1996) em seu estudo sobre os relacionamentos da sociedade brasileira com o ecossistema Mata Atlântica mostra que estas relações vêm sendo transformadas através do tempo e que novas formas de organização social influenciaram na constante re-configurações destas relações.

Segundo Ribeiro (2005:91), a relação dos grupos humanos com o bioma Cerrado possui uma história, cujas características se alteram com o decorrer do tempo. Assim o autor mostra que as relações com o Cerrado variaram no decorrer do tempo, e que essas relações alteraram o ambiente ao mesmo tempo em que este alterava as estratégias de subsistência destes grupos. Assim, para este autor (2005:173), no século XVIII, a formação da sociedade sertaneja foi um marco inaugural das novas relações entre os grupos humanos e o Cerrado. É um momento de nova ocupação deste ecossistema e se caracteriza por apresentar uma presença humana e uma diversidade cultural bem maior que anteriormente, trazendo consigo novos usos, manejos, conhecimentos e representações simbólicas sobre o Cerrado. Além da intensificação da agricultura, devido, sobretudo, a uma maior conexão com o mercado. Ribeiro (2005) também assinala a introdução da mineração e da pecuária, símbolos do poder econômico e político daquele século como responsáveis por uma transformação no ambiente. Assim, as relações entre os homens e o mundo natural são relações históricas, onde cada época estabelece um tipo de relação com o ambiente natural (Balée, 1998:15-19; Crumley, 1996:06).

Os trabalhos de Warren Dean (1996) e de Ribeiro (2005) também têm grande importância na construção metodológica do campo da História Ambiental brasileira por apresentar um de seus fundamentos básico: a interdisciplinaridade. As relações das sociedades humanas com a floresta vistas por Dean ou com o Cerrado, observadas por Ribeiro, têm sido intermediadas por vários fatores que vão além daqueles estritamente dependentes do mundo natural como clima e solo. Fatores econômicos, sociais, tecnológicos, entre outros, assumem um importante papel na formação do tipo de relação que os seres humanos tiveram com o ambiente “natural”. A história do Brasil se confunde com a história destes dois biomas. Herrera (2003:85), sugere que na busca por um modelo metodológico que pudesse contribuir aos estudos ambientais em perspectiva histórica, adota a relação destes com fatores sociais, econômicos, políticos e culturais (Crumley, 1996:04). A combinação destes fatores é o que Lennihan (1984 apud Lees & Bates, 1990:261) chama de “conjuntura crítica”.

Assim, adotamos como procedimento metodológico, além da inclusão de variáveis ambientais, a integração de diversas disciplinas na análise de nosso objeto de modo que esta integração nos permita abarcar os componentes humanos e não humanos do sistema e também ler os resultado das atividades humanas (Balée, 1989, 1998a, 1998b; Silva, 1997:212-215; Crumley, 1996:04).

1.3 - A agricultura e a Historia Ambiental.

A antropologia, no que diz respeito ao estudo das relações entre os seres humanos e o mundo natural, se apresenta como um campo mais maduro, da qual, a nosso ver, a História Ambiental pode se valer de alguns de seus procedimentos teóricos e metodológicos. Para Adams (2000:30), “historicamente, a antropologia ocupa-se dos povos que de uma forma ou de outra se acham bastantes próximos da natureza”, dando origem a várias linhas teóricas, ou várias “ecologias humanas”, para tratar das relações entre seres humanos e mundo natural, como Julian Steward e Marvin Harris, dois autores de grande interesse para a Historia Ambiental.

Julian Steward, em seu livro “*Theory of Culture Change*” procura demonstrar que o meio ambiente pode funcionar como “fator gerador” no processo de mudança cultural (Diegues, 2000:75; Kormondy & Brown, 200:47-48; Neves, 2002:32). Marvin Harris, influenciado pelo materialismo histórico de Marx, também identificou a aplicação da tecnologia ao ambiente, denominado “tecno-ambiente”, como o núcleo de qualquer cultura, a influência mais importante sobre a maneira como as pessoas convivem umas com as outras e pensam o mundo (Worster, 1991). Apesar das críticas, esses dois autores assumem importância para nosso objetivo na medida em que afirmam ser as formas como as sociedades humanas providenciam sua subsistência essenciais para entendermos as relações entre estes grupos e seu ambiente natural, principalmente por integrar outros aspectos da vida.

Assim as estratégias de subsistência dos grupos humanos devem ser entendidas não apenas pela necessidade fisiológica de conseguir alimentos, mas também como uma atividade organizada e conectada com variáveis que podem incluir elementos econômicos, políticos, culturais e ambientais. Assim, uma estratégia de subsistência adotada por uma determinada sociedade é organizada de acordo com as possibilidades do ambiente em que ela está inserida, mas também se relaciona com o tipo de organização social e com a condição econômica e cultural desta mesma sociedade (Candido, 2001; Ellen, 1991). As atividades humanas se tornam “a condição universal da interação metabólica entre o homem e a natureza, a perpétua condição da existência humana imposta pela natureza” (Foster, 2005:219-220).

Dessa forma a agricultura ganha papel de destaque nos estudos das interações dos grupos humanos e o mundo natural na medida em que se constitui em uma estratégia para obter alimentos, o recurso mais básico e revelador das conexões dos homens com o mundo natural (Worster, 2003). A relação das sociedades humanas e os cultivares alimentícios têm se mostrado de grande importância ao longo de toda a história humana, principalmente após o advento da agricultura e sua subsequente intensificação. Cook (2005, 43-47) afirma que estas interações têm sido uma “rua de mão dupla”, onde ambas as partes envolvidas, os seres humanos e as plantas, procuram tirar proveito da situação. O milho é o exemplo de uma planta selecionada pelo homem e que não conseguiria sobreviver sem sua intervenção, uma vez que suas sementes quando lançadas ao campo brotam ao mesmo tempo, se tornando um emaranhado de plantas que não conseguem se desenvolver. Em contrapartida, o milho possibilitou a sustentação de altas densidades populacionais e permitiu o deslocamento de um imenso contingente de mão-de-obra das atividades agrícolas para as construções de grandes obras, principalmente na Mesoamérica, tornando-se a “planta de civilização” americana (Barghini; 2004:16; 24; Carneiro, 2003:59).

A relação que se estabelece entre os seres humanos e as plantas domesticadas constituem seu substrato material, e tem sua forma mais acabada nas “plantas de civilização” (Panegassi, 2005; Braudel; 1995:92). Braudel (1995) usa esta definição para se referir àquelas plantas “que organizaram a vida material e por vezes a vida psíquica dos homens com grande profundidade, a ponto de se tornarem estruturas quase irreversíveis”. Assim, retemos desta informação a sugestão de que o alimento base de um grupo tem importância estruturadora em seu modo de vida. Barghini (2004) analisa as relações que alguns grupos humanos desenvolveram com o milho. A introdução deste cereal na dieta alimentar, segundo esse autor, esta relacionada à suas características agrônômicas, como o fato de ser uma planta vigorosa, de crescimento rápido, de grande estatura e produção, que pode ser praticada em uma agricultura que dispensa o arado, a agricultura de corte-e-queima. Sua espiga pode ser debulhada a mão e consumido mesmo quando verde. Porém, outro fator importante de difusão do milho foi o envolvimento dessa planta com os europeus, que se encarregaram de espalhá-lo por várias partes do mundo. Sua fácil adaptação ao clima europeu também foi um fator de grande relevância. Porém, uma diferença na composição do milho foi determinante no seu papel no interior dessa dieta: a ausência de glúten. Por não possuir esta substância o milho recebeu um modo de preparo diferenciado de outros grãos, como o trigo. O milho foi usado na produção de pães de preparo mais simples, considerados inferiores aos feitos de trigo, e uma quantia de papas e mingaus. Carneiro (2003:56-57), assinala que pelo menos até o final

do século XVIII, esses “pães de pobres” e papas se constituíam na alimentação básica dos pobres. Na Europa, no início do século XVII, a partir do império espanhol, o milho tornou-se parte essencial da dieta (Carneiro, 2003:59), na Itália, no século XIX a polenta era na maioria das vezes, em única fonte de alimento das famílias menos abastadas. Assim, o cereal dominou grandes áreas desse território (Barghini, 2004:33-35).

Dessa forma, o estudo da agricultura se mostra para a História Ambiental um campo extremamente fértil, uma vez que sua análise pode integrar todos nossos pressupostos até agora. Primeiramente, é um espaço privilegiado das relações entre as sociedades humanas e o mundo natural, onde o “metabolismo” entre estes dois se realiza de forma mais notável, uma vez que esta atividade se encontra conectada a vários outros aspectos destas sociedades, como o ambiente em que ela se realiza e, ao mesmo tempo, conectada a vários outros aspectos que incluem dados econômicos, culturais e sociais, que devem ser integrados sob uma perspectiva histórica.

Uma vez estabelecido nossa orientação teórica-metodológica, necessitamos definir dois conceitos que permearão o restante de nosso trabalho: camponeses e agricultura camponesa.

1.4 – Caracterização de camponeses.

Queiroz (1973) nos mostra duas orientações na tentativa de definição de campesinato, uma orientação histórica e outra sócio-antropológica.

A vertente histórica, tendo a frente Marc Bloch, localiza no tempo uma França camponesa, onde cada família cultiva sua parcela de terra, tendo como objetivo principal a subsistência do grupo, e posteriormente, venda ou troca de excedente, possuindo uma relação submissa com a “instituição senhorial” (Queiroz, 1973:15-16). Mesmos com as mudanças advindas da expansão do capitalismo o camponês ainda mantém algumas características, como a produção voltada principalmente para a satisfação das necessidades do grupo familiar e sua posição de subordinação sócio-econômica e política, agora a uma sociedade urbana, onde se localiza o centro de poder (Queiroz, 1973:18- 21).

Na tentativa de definição sócio-antropológica, Redfield estabelece três tipos de sociedade: com ausência total de cidade; onde a cidade e o meio rural coexistem; e onde as cidades ofuscam o meio rural. Esse autor localiza os camponeses no segundo tipo, centrando sua definição no “binômio cidade-campo”, ou seja, no tipo de relações que o campesinato estabelece com as cidades. É esta relação de complementação econômica e dominação política que funda o campesinato. Para Redfield, sem cidade não há camponês.

Apesar das diferentes tempos de nascimento do campesinato entre Bloch e Redfield, ambos possuem um ponto em comum: a produção voltada primordialmente para a subsistência e as relações políticas e econômicas que estes grupos estabelecem com centro externo.

Wolf (2003:121) também enfatiza em sua definição de “camponês” nas relações que estes estabelecem com um “todo maior”, afirmando que estes grupos não podem ser entendidos como um conteúdo cultural específico, mas sim como “cultura parcial” relacionada com a sociedade envolvente:

Certas relações entre as características da cultura camponesa estão amarradas a corpos de relações externas a ela, mas, de toda forma, determinam seu caráter e sua continuidade. Quando mais alto o nível de integração dessas culturas parciais, maior o peso desses determinantes externo.

O destino da produção camponesa também assume importante papel na conceituação sugerida por Wolf (2003:120-121). Esta tem por objetivo a subsistência do grupo, que pode ser entendida como sendo suas necessidades materiais. As necessidades mínimas são definidas pela cultura, que aciona a estrutura produtiva a fim de satisfazê-las. A produção ou não de excedentes para a venda ou troca vai depender da capacidade camponesa de dar conta de suas demandas.

Outros autores que buscaram uma definição de camponeses também adotaram essa ênfase na produção. Marcílio (2006:35-36), define camponeses afirmando que o núcleo familiar é a unidade de produção, onde todo o trabalho agrícola é realizado e que esta responde, ao mesmo tempo, à lógica do autoconsumo do grupo familiar e à relação com a economia global. Este relacionamento com uma economia envolvente se traduz na venda ou troca de excedentes por produtos e serviços que não podem produzir, ou ainda na forma de impostos. Carvalho, (1978), Molina Filho (1974 apud Carvalho, 1978) e Muller (1951) também mantêm o foco da conceituação de “camponês” no destino de sua produção.

Porém, a produção camponesa depende do grau de relacionamento dos camponeses com a sociedade envolvente. Estes foram atingidos pelos efeitos da Revolução Industrial e do crescente mercado mundial, mudando suas características culturais e também o caráter de suas relações com outros segmentos. Os diferentes tipos de indústrias e mercados que atingiram partes do mundo de forma diferente, tornando diferente o grau de envolvimento do campesinato com as indústrias e o mercado (Wolf, 2003: 119-120). Para Mendras (1978:15)

as transformações ocorridas no campesinato desde o seu “nascimento” derivam do grau de subordinação dos camponeses à sociedade global. Uma degradação na sua autonomia perante essa sociedade provoca também a desagregação do seu modo de vida.

A transformação das relações entre os camponeses e a sociedade envolvente expõe esta cada vez mais a controles externos, ou seja, retiram a autonomia do camponês influenciando sua produção (Wolf, 2003: 119-120). Sahlins (1970) e Polanyi (1980) também destacam que novas formas de dominação impostas ao campesinato transformam a sua produção.

Wanderlei (1996:02) também trabalha com a idéia de “autonomia” como uma das características do campesinato. Para este autor a autonomia camponesa em manter a subsistência do grupo e garantir sua reprodução orienta sua produção primordialmente para a subsistência do grupo familiar. Segundo este autor, as transformações no grau de relacionamento com a sociedade envolvente provocaram uma “mutação” do camponês, alterando sua produção o transformando no “agricultor familiar moderno”.

Baseado nessa literatura optamos por trabalhar com um conceito de campesinato que nos permite perceber a historicidade deste conceito como um grupo com suas especificidades identificáveis no tempo e no espaço, percebendo as adaptações dos camponeses a novos contextos (Mendras, 1978).

Assim, nos apoiamos em dois pontos principais: o destino da produção e as transformações no grau de envolvimento com a sociedade envolvente. No que diz respeito à produção, esta se destina, principalmente, para a subsistência do grupo familiar, suas necessidades materiais. Na produção voltada primordialmente para a subsistência, a família tem um papel essencial, uma vez que a lógica usada na produção é o autoconsumo do grupo. Portanto, o envolvimento da família nas atividades produtivas é garantia da subsistência. Porém, mesmo sendo o grupo familiar o principal destino da produção camponesa ela não exclui a produção de um eventual excedente destinado a “trocas” por produtos que eles não produzem, e pagamentos de impostos. Assim a produção camponesa responde à lógica do autoconsumo da família e à relação com a economia global. Esta produção voltada para o sustento do grupo familiar se transforma de acordo com o envolvimento dos camponeses com outros grupos externos. As relações entre camponeses e sociedade global são, normalmente, de subordinação sócio-econômica e política. Alterações na forma e intensidade destas relações acabam por transformar sua estrutura produtiva.

1.5 - Camponeses no Brasil.

No Brasil, durante muito tempo foi negada a existência de um campesinato. Acreditava-se que com a abolição da escravidão, todo o trabalho agrícola passou a se assalariado e que antes deste evento a sociedade brasileira estava dividida em senhores e escravos. Segundo Queiroz (1973), um dos primeiros autores a se preocupar com o tema foi Sylvio Romero. Porém, este autor imputava ao mundo rural brasileiro um caráter de atraso, de costumes arcaicos, povoado de mestiços, e por isso “inaptos a uma evolução socioeconômica”. Mais tarde, Oliveira Viana também negava a existência de uma camada camponesa, intermediária entre os fazendeiros e os trabalhadores das fazendas, escravos ou não. Também classificava o tipo rural como uma população preguiçosa, porque mestiça e que só produz sob autoridade. Gilberto Freyre (1975), sob uma abordagem “racialista”, mas de caráter sócio-cultural, também não consegue enxergar entre a “casa grande” e a “senzala” uma camada da população que não era nem senhor, nem escravo (Queiroz, 1973).

Esses estudos concentravam-se na economia de exportação e na escravidão, por isso negligenciaram o desenvolvimento interno da colônia e das relações de produção nos setores não-escravos da economia. Sob essa perspectiva a agricultura de subsistência e a agricultura exportadora são vistas como dicotomias se transformando em metáforas de escravidão e liberdade e de dependência e autonomia. Schwartz (2001:123-125), afirma que a agricultura de subsistência e a de exportação tinham estreita ligação, eram as “duas faces da mesma moeda”. A população rural livre de pequenos agricultores era uma “classe rural reconstituída”, resultando da economia colonial e da escravidão.

Jacques Lambert (1959) chama a atenção para a existência de uma camada que vivia entre os fazendeiros e os trabalhadores sem terras, praticantes de roças de policultura, contribuindo para o abastecimento da população desde os tempos de colônia. Esta também é a opinião de Queiroz (1973:10-29), que acredita que o campesinato sempre coexistiu com as fazendas monocultoras ou de criação de gado, garantindo a subsistência da própria empresa monocultora e dos povoados. A relação deste grupo com a terra podia tomar variadas formas: proprietários, posseiros, parceiros, arrendatários, moradores ou agregados. Porém, todos mantendo uma relação de dependência a outro grupo social e sempre desfavorecido do ponto de vista de prestígio e poder.

Caio Prado Júnior (2000) procurando localizar historicamente a origem da população rural brasileira a encontra na população indígena, que vivendo nos arredores das colônias adota hábitos e costumes europeus, mesclando-as com suas próprias tradições e produzindo

uma população de índios destribalizados e mestiços, opinião dividida por Del Priore e Venâncio (2006:48-49).

Cardoso (2004) inclui entre os camponeses brasileiros, os escravos. Para ele, existem exemplos históricos de que as mesmas pessoas podem participar de diferentes relações de produção, por exemplo, os camponeses europeus modernos podem se tornar operários durante o inverno. Segundo uma definição de camponês que valoriza entre outras características, certo grau de autonomia e uma economia fundamentalmente de subsistência e familiar, os escravos podiam ter, em determinados momentos, um setor de atividades camponesas. É o que o autor chama de “brecha camponesa”. Os escravos recebiam parcelas de terras e tempo para cultivá-las, tendo a autonomia de vender o excedente produzido aos donos da fazenda ou fora delas⁴. Assim, o fato de ser escravo não era fator de exclusão destes do grupo camponês, mesmo que parcialmente.

Queiroz (1968:45) em seu estudo sobre campesinato brasileiro define camponeses como aqueles que: “são em larga escala auto-suficientes e independentes em relação à economia urbana; seus estabelecimentos são do tipo familiar, cabendo ao chefe da família a direção dos trabalhos; possui um equilíbrio de complementaridade, pelo qual é quase independente em relação à cidade”. Ainda segundo esta autora em outro trabalho (1973:29-30), a característica mais marcante do campesinato brasileiro, assim como em uma teoria mais geral do campesinato, é o destino dado a sua produção, que visa primordialmente ao autosustento, e uma eventual venda do excedente. Para ela, é esta característica camponesa que vai exercer papel determinante em outros elementos como no uso de pequenas porções de terras, e um sistema que não exigia muitos gastos, tanto econômicos como energéticos. O resultado disso é um sistema de cultivo e instrumentos rudimentares.

Carvalho (1978:51), apoiado em extensa bibliografia sobre o campesinato brasileiro chega à seguinte definição: “todo pequeno produtor rural, proprietário ou não; que trabalha direta e pessoalmente a terra, com a ajuda remunerada ou não de membros da família e que, ocasionalmente, pode utilizar uns poucos elementos estranhos à família, remunerando-os de maneira variada; geralmente praticam uma policultura, cuja pequena produção, obtida em uma pequena área trabalhada com técnicas rudimentares, destina-se parte para o consumo e parte para o mercado”.

⁴ Para Schwartz, o costume dos escravos de produzir seus próprios alimentos, que existia pelo menos desde o século XVII, intensificando-se no final do século XVIII e durante o século XIX, não é suficiente para caracterizá-los como camponeses. Segundo esse autor (2001:154): mesmo quando produziam os próprios alimentos, os escravos não eram roceiros devido ao nível de coação e as limitações às suas decisões que eram geralmente muito maiores que as condições nas quais os roceiros operavam

A análise dessa literatura que tem como objeto a formação e caracterização do campesinato brasileiro nos permite adotar uma definição para esse grupo nos termos daquela apresentada na seção anterior: um modo doméstico de produção voltado, principalmente, para a subsistência do grupo familiar, porém mantendo relações com o exterior, por meio da venda de um eventual excedente. Assim, a questão das relações com a sociedade global também adquire importância, onde apesar da subordinação a um centro de poder externo, ainda mantém relativa autonomia. Sobre as relações com a sociedade envolvente, Wanderlei (1996:08-09) afirma que é possível identificar processos de “campesinização”, “descampesinização” e “recampesinização”.

Uma vez estabelecido nosso entendimento sobre a identificação dos grupos camponeses brasileiros, nos interessa agora buscar alguns elementos que possam marcar a sua especificidade: a influência indígena e seu método de cultivo.

1.5.1 - A influência indígena.

A partir do século XVI, formou-se entre a população rural não-indígena e mestiça, intermediária entre os fazendeiros e escravos, no período colonial, e mais tarde, no período pós-colonial situada entre os fazendeiros e os trabalhadores sem terra, um modelo sócio-cultural marcado, principalmente, pela forte influência indígena associada aos avanços irregulares da sociedade nacional sobre o interior do país, e que ainda hoje marcam as comunidades camponesas “tradicionais” no Brasil. Neste processo foram incorporadas técnicas agrícolas, já adaptadas ao ambiente, como a agricultura de coivara, e a dieta alimentar do nativo⁵, cultivando milho, mandioca, abóboras, batata doce, cará, entre outros. A caça e o extrativismo de produtos florestais complementavam esta dieta (Diegues e Arruda, 2001:29-30; Queiroz, 1973:31).

O recurso às técnicas nativas resultou do grau de contato que o colonizador europeu manteve com os indígenas. A intensidade desses contatos variava entre as regiões, mas para Holanda (1994:155-157), o contato mais intenso foi “quase a regra” na América Portuguesa, como é o exemplo das terras paulistas. Por exemplo, este autor defende que o vocabulário que se refere a vida rural é de ascendência indígena. A população rural conserva não apenas o vocabulário, como também os objetos que esses termos designam.

Mesmo a introdução das técnicas européias, que transformaram as práticas agrícolas indígenas, não chegou a transformá-la de forma “radical”. Os instrumentos de ferro, como o

⁵ Sobre o “cardápio indígena” herdado pelo colonizador europeu ver Cascudo (2004)

machado e a enxada substituíram instrumentos de pedra, mas a agricultura de coivara continuou a ser praticada sem grandes alterações. Ainda segundo Holanda (1994:168) o sistema de lavoura dos índios foi adotado pelo colonizador por parecer uma forma mais segura de se obter a subsistência nessas terras. A adoção do modo de vida indígena foi tal que “após a primeira geração na colônia, pareciam, não raro, ignorantes dos hábitos de seus ancestrais”.

Pinto e Silva (2005) cita como áreas exemplares da influência indígena a região da Amazônia e da área da vila de São Paulo. As condições destas colônias, segundo a autora, fizeram com que elas se voltassem para uma economia de subsistência onde os hábitos e costumes alimentares do europeu não puderam se impor. Nessas áreas prevalece quase que predominantemente a influência indígena.

Antonio Candido (2001), estudando as populações rurais no interior de São Paulo observa a existência de “um mínimo alimentar” que garantia a sobrevivência do agricultor paulista que era composto por feijão, milho e mandioca, espécies cultivadas pelos nativos. Para Pinto e Silva, esta característica do “mínimo alimentar” remete às “características de uma sociedade agrária, voltada à produção de subsistência, marcado pelo consumo de alimentos autóctones e de fácil cultivo” (2005:141).

1.5.2 - Agricultura tradicional camponesa no Brasil.

A prática da agricultura tradicional, herança cultural indígena, recebe vários nomes, como coivara, corte-e-queima, pousio, agricultura itinerante, roça de toco, agricultura de subsistência, ou simplesmente agricultura tradicional. Para nossos propósitos, essas denominações serão consideradas sinônimos (Adams, 2000: 90; Peroni & Hanazaki, 2002:171-172; Kleinman et al, 1995:235) e se constituem em uma das características que dão especificidade ao campesinato brasileiro.

Essa prática agrícola pode ser resumida da seguinte maneira: a mata é derrubada, e deixada para secar, depois é queimada. O processo de queima libera os nutrientes contidos nas plantas, que serão disponibilizados ao solo na forma de cinzas (Adams, 2000; Vasey, 1992; Dean, 1996). Esse tipo de atividade envolve alguns poucos anos de cultivo alternados por vários anos de pousio (Adams, 2000).

Para MacGrath (1987), mais importante que enfatizar as técnicas, são os motivos que levam ao uso dessa prática. O autor a define como uma estratégia de manejo que visa explorar o capital energético e nutritivo do complexo natural, solo e vegetação da floresta, através da rotação dos campos. Este capital constitui muitas vezes a única fonte de nutrientes para o

cultivo, além de reduzir a quantidade de trabalho necessário ao seu manejo, como a limpeza do solo. Assim, a agricultura de coivara pode ser vista como uma forma de adaptação, tanto ecológica, como tecnológica, aos solos relativamente pobres das florestas tropicais (Ellen, 1991; Moran, 1994; Vasey, 1992).

Porém, nem todo praticante da agricultura de corte-e-queima pode ser considerado como representante do campesinato tradicional. Segundo Kleinman et al (1995:235-236), podemos dividir os praticantes do corte-e-queima em agricultores itinerantes “tradicional” e agricultores itinerantes, sem o adjetivo. Este segundo grupo seria praticante do sistema itinerante mais recente, e por isso, desprovido de um conhecimento ecológico do local onde é praticada, enquanto os considerados “tradicional” fariam um tipo de agricultura de corte-e-queima mais complexa, adaptada ao ambiente. Peroni (2004:62) também acha importante distinguir entre o “uso local (tradicional) do sistema agrícola” daqueles que mantêm uma prática mais “simples de uso e abandono de áreas cultivadas”. Os agricultores “tradicional” ocupam áreas limitadas e com uma baixa frequência de uso do solo, com ciclos de uso e pousio e que não demandam insumos.

As diferenças entre os dois tipos de agricultura de “corte-e-queima” pode ser percebidos por seu impacto no ambiente (Warner, 1991; Kleinman et al, 1995). Peroni (2004), Peroni e Martins (2000), Peroni e Hanazaki (2002), apontam para a questão da diversidade de cultivares neste sistema como parâmetros para distinguir uma forma da outra. O sistema de cultivo praticado pelos agricultores “tradicional” parece apresentar uma maior diversidade de espécies cultivadas, se constituindo em uma das características do tipo de manejo. Já Olmos (2001) afirma que a agricultura de coivara não gera biodiversidade. Para este autor, ela agiria ao contrário, uma vez que esse tipo de atividade exclui as espécies cuja sobrevivência depende da floresta madura, favorecendo as espécies mais resistentes que ocupariam o lugar dessa. Dessa forma esta prática pode levar à extinção de algumas espécies (Duarte, 2005). Brady (1996) também é cuidadoso ao tratar da agricultura itinerante argumentando que apesar de sua prática secular e das experiências aparentemente sustentáveis, as mudanças que vem sendo impostas às populações praticantes desse tipo de atividade, levariam a alterações negativas no ambiente.

Apesar desses debates sobre os impactos da agricultura camponesa no ambiente o fato é que esta pratica não pode ser entendida dentro dela mesmo, mas sim como uma atividade humana que se adapta as características ecológicas do local onde é praticada, mas também possui relações socioculturais fora da área de cultivo (Kleinman et al, 1995; Warner, 1991).

Portanto, podemos agora definir de forma mais resumida nossa concepção de campesinato brasileiro adotada durante o decorrer do trabalho. Estes são grupos que entre as suas estratégias de subsistência a agricultura possui um papel de destaque. Esta atividade possui forte influência indígena, principalmente no método de cultivo, o de corte-e-queima, e nas espécies cultivadas. Sua produção agrícola está voltada primordialmente para o consumo do grupo familiar, porém esse caráter não exclui a venda de um possível excedente. Portanto, não são grupos isolados, mas possuem certa relação com a sociedade envolvente.

Síntese do capítulo: A História Ambiental como campo de estudos começa a se formar, principalmente, a partir da década de 1990, embora possua raízes mais profundas, em historiadores como Marc Bloch e, principalmente, Braudel. Este campo de estudo se baseia em uma visão de reciprocidade com a natureza, colocando esta na história humana. A orientação teórica e metodológica deste campo encontra fundamentos em uma concepção materialista das sociedades, isto é, coloca a ênfase das análises nas bases materiais de sustentação das sociedades. Para evitar uma visão determinista das relações dos humanos com a natureza a História Ambiental também trabalha com a noção de “metabolismo”, pela qual a natureza e os humanos se influenciam mutuamente. A agricultura tem se mostrado um campo muito fértil para a História Ambiental, sendo por isto objeto deste trabalho. Nele analisamos o cultivo da mandioca entre os camponeses brasileiros no período entre os séculos XIX e XX.

2 - O cultivo da mandioca no Brasil do século XIX: rainha do Brasil.

O cultivo da mandioca possui inúmeras evidências de sua ancestralidade, tanto no Brasil como em outros locais da América do Sul. No caso brasileiro o tubérculo possui uma estreita relação com a nossa formação socioeconômica estando presente em vários momentos de nossa história, se constituindo em uma “herança indígena” em todo o território brasileiro. Junto com o tubérculo foram adotadas as técnicas de cultivo indígenas, a agricultura de coivara⁶. Assim, a associação destes dois elementos representou uma forma segura de se obter a subsistência, principalmente em áreas que abrangiam a floresta tropical.

Neste capítulo nosso objetivo será localizar o cultivo da mandioca e do método agrícola até o século XVIII, e a partir daí, por meio dos relatos dos viajantes que estiveram perambulando pelo país, construir um quadro geral da distribuição geográfica do cultivo da raiz no território brasileiro durante o século XIX.

2.1 - A construção de um reinado: a história da mandioca antes do século XIX.

Na América do Sul existem evidências diretas e indiretas de que o cultivo da mandioca era praticado pelo menos desde 2.500 a.C, em quase todas as regiões tropicais do Novo Mundo, sendo, ainda hoje a forma tradicional de dieta alimentar de alguns povos, como os ribeirinhos na Amazônia ou os caiçaras no litoral paulista. (Adams et al, 2006; Dean, 1996; Dufour, 1988; Sauer, 1993).

A mandioca pode ser dividida em dois grandes grupos, genericamente chamados de “Amarga” ou “Doce”, dependendo da quantidade de ácido cianídrico contido nestas raízes. As raízes “amargas” contêm altas taxas desta substância, sendo necessário passar por um complexo processamento antes de ser consumida, envolvendo, entre outras etapas, ralar e espremer para tirar o caldo, no qual se concentra a maior quantidade da toxina. Notadamente, estas espécies deste grupo são as preferidas na fabricação de farinha, principalmente nas regiões da floresta tropical. Já as variedades doces, também chamadas de “aipim” ou “macaxeira”, possuem baixa taxa desta substância, sendo consumíveis apenas com cozimento (Sauer, 1993; Dufour, 1988; Brochado, 1987 apud Barghini, 2004).

Barghini (2004:124-126) argumenta que a população pré-colonial das terras baixas da América do sul preferia a mandioca porque seu cultivo é menos exigente em termos agronômicos e sua produção é certa; sua conservação no clima tropical é mais fácil já que ela pode ser colhida após o primeiro ano de crescimento em qualquer estação; e também é uma

⁶ Conforme descrita no primeiro capítulo.

fonte confiável de carboidratos, desempenhando importante papel nutricional. Para este mesmo autor, no Brasil, durante o período colonial, a mandioca estava perfeitamente adaptada ao padrão itinerante de ocupação do território. Portanto, neste contexto de seminomadismo que marcou o início da colonização, a mandioca oferecia um alimento de fácil obtenção, bastando arrancá-las e processá-las. Isso garantiu ao tubérculo um papel de grande importância na alimentação, sendo, pelo menos durante três séculos e meio, principalmente em áreas onde a presença indígena foi mais acentuada, “a alimentação do Brasileiro”. (Aguiar, 1982; Adams, et al 2006).

Cascudo (2004) aponta para os primeiros indícios da presença da mandioca na carta de Pero Vaz de Caminha e na Relação do Piloto Anônimo, quando estes mencionam um tipo de “inhame” muito consumido pela população nativa. Para este autor, tratava-se da mandioca, pois os portugueses já conheciam alguns tipos de inhames de suas viagens à África. Ainda no século XVI, Pero de Magalhães Gandavo (1964) e Gabriel Soares de Souza (1971), Hans Staden (1955), entre outros deixaram em seus escritos importantes relatos sobre a presença da mandioca na alimentação, principalmente na forma de farinha.

Em 1712, Raphael Bluteau publica em Portugal o seu *Vocabulário Português e Latino*. Nessa obra encontra-se o seguinte verbete: “Roça no Brasil é a horta ou a quinta em que se semeia mandioca; chamam-se assim as quintas no Brasil porque são em terras, em que se roça o mato, queimando, cortando e arrancando as árvores” (Bluteau, 1712 apud Del Priore e Venâncio, 2006:47).

As crônicas produzidas pelos viajantes que exploraram o território brasileiro durante os séculos XVII e XVIII acabam por confirmar o verbete de Bluteau, que por sua vez nunca botou os pés no Brasil. O holandês Gaspar de Barleu (1974:23), em sua *História dos Feitos recentes Praticados Durante Oito Anos no Brasil*, em que relata o período de domínio batavo no Brasil, se refere aos índios como aqueles que “alimentam-se com uma raiz sativa à qual reduzida à farinha, chamam mandioca”, ou ainda “o alimento dos naturais é a farinha, frutos vários e hortaliças (...). Preparam aquela com as raízes da mandioca” (Barleu, 1974:137). Segundo esse autor, a mandioca não se restringia aos nativos, mas era alimento da população em geral, principalmente em momentos de crise de abastecimento. Quanto a isso Barleu também afirma que “havendo míngua de mantimento, foram obrigados (...) a plantarem anualmente mandioca, na quadra costumada, isto é, em janeiro e agosto” (1974:23). Ele também relata a preocupação do governo holandês com o cultivo da mandioca: “Ativamente cuidou (...) Maurício do abastecimento de farinha de mandioca, que é no país o sustento mais comum” (Barleu, 1974:161). Aguiar (1982: 34-35), também concorda com Barleu quanto à

importância da mandioca durante o domínio holandês, demonstrando um decreto de Mauricio de Nassau, baixado em 15 de Abril de 1640. Por este documento o Supremo Conselho determina que, atendendo ao bem comum:

(...) mandamos publicar por nossos editais, que foram fixados em todas as partes publicas das ditas capitancias, que todos os senhores de engenho e lavradores de canas de qualquer qualidade e nação que fossem, plantassem no mês de agosto e setembro por cada negro e negra de trabalho, 250 covas de mandioca e outras tantas no mês de janeiro seguinte, e outros moradores de qualquer nação que fossem plantassem por cada negro e negra de trabalho que tivessem 500 covas de mandioca em cada um dos ditos tempos... (Walbeek, 1887 apud Aguiar, 1982: 34-37).

Apesar dessa generalização da mandioca registrada por Barléu (1974:72), o autor deixa entrever que a raiz era o alimento comum preferencialmente da população mais pobre, como demonstra nessa passagem: “Das raízes desta fabricam uma farinha, que lhes serve de trigo e pão. Os menos abastados alimentam-se com esta farinha, assim os mais ricos se alimentam de trigo que costuma importar-se de Portugal e de outras partes”.

O padre Claude D’Abbeville⁷, em sua estadia no Maranhão, também se refere a mandioca como a base da alimentação indígena: “A mandioca, raiz de que fazem o pão, cresce muito grossa e pode ser colhida cada três ou quatro meses e até em menos tempo” (D’Abbeville, 1975:161). O clérigo também comenta sobre a prática da agricultura itinerante pelos indígenas afirmando que estes “não costumam ficar (...) no mesmo lugar (...) alegam que a mandioca e a batata com que se alimentam se comprazem em terras novas e produzem mais” (D’Abbeville, 1975:222).

Johann Nieuhof (1942:282), a serviço da Companhia da Índias Ocidentais, ao descrever os produtos do Brasil, começa: “(...) pela ‘Mandiiba’ e sua raiz, denominada mandioca, na qual os brasileiros têm o seu principal gênero alimentício (...) cuja raiz, depois de seca e assada, como fazemos ao nosso pão, constitui o alimento comum aos habitantes da América”.

Esse mesmo cronista (1942:285) também descreve que uma das fases do processo de fabricação de farinha:

⁷ Capuchinho francês que em 1612 participou da invasão francesa ao Maranhão. Ficou no Brasil apenas quatro meses, mas nesse curto espaço de tempo levantou com argúcia uma grande quantidade de dados que serviram para compor a sua obra

(...) consiste em fazer a massa passar por uma peneira a que os brasileiros dão o nome de urupema [...]. Depois de chio o saco, é o mesmo colocado em uma prensa onde a mandioca já ralada perde todo o sumo (dotado de propriedades tóxicas)(. ..) (Nieuhof, 1942:282)

No século XVIII, os viajantes continuaram a explorar o Brasil, e também a registrar a presença da mandioca na dieta alimentar brasileira, embora o tubérculo já não tenha mais o mesmo destaque que nos séculos anteriores. Para Aguiar (1982:60), esse pouco interesse que a mandioca desperta no século XVIII se deve ao fato de que a raiz já se tornara “coisa normal”, sendo, quando não ignorada, citada de maneira muito breve, como fez Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1859:20 apud Aguiar, 1982:59:60), que menciona a mandioca apenas quando trata das diferenças entre as populações nativas.

O galês Dellon (apud Azevedo, 1949:233), um dos poucos a observar os modos de vida da população, em Salvador afirmava que “(...) lês bresiliens tirent leur substance la plus ordinaire de la racine de mandioc, dont on fait ce que lês Français appellent la Cassave et les Portugais, Farina de pau, comme qui dirait de la farine de bois”.

No que se refere ao modo como a mandioca era cultivada, mais uma vez a descrição contida no verbete do dicionário de Bluteau se confirma. Junto aos relatos da presença da mandioca, as fontes e a literatura deixam claro que a prática agrícola usada durante todo o período colonial era a da “coivara”, ou de corte-e-queima. Linhares e Teixeira (1981:138) destacam que os europeus que se instalaram aqui adotaram essas técnicas sem qualquer alteração, favorecidas principalmente pela abundância de terras, tornando-a a principal característica do sistema de cultivo do roceiro.

Ainda no século XVIII, o Padre João Daniel (1975:339), escrevendo sobre o Pará, se espanta em verificar que ali: “(...) não usam (...) beneficiar a terra com arado, enxada e mais instrumentos da agricultura (...). Todo o benefício e trabalho consiste em cortar o arvoredo, lançar-lhe fogo, quando seco, e plantar a *maniba* na terra fumegante”.

Segundo Linhares e Teixeira (1981:140), a mandioca é o principal produto cultivado nessa técnica:

Após a queima do terreno, procede-se à coivara, ou seja, reúne-se o que sobrou da mata e se fazem montes espaçados que são novamente queimados. Nestes montículos, plantam-se a “varas de manibas” em buracos feitos com um chuço. Daí o ditado popular: planta-me no pó e não tenhas de mim dó.

Portanto, esses estudos e crônicas dos viajantes nos levam a afirmar que a técnica agrícola baseada no corte-e-queima e no cultivo da mandioca, pelo menos até o século XVIII, parecem estar bem estabelecidas entre a população rural. Resta-nos agora compreender esta relação no século XIX.

2.2 - A disseminação geográfica do cultivo da mandioca no século XIX nos relatos dos viajantes.

A relação que se estabeleceu entre os brasileiros e o cultivo da mandioca pode ser percebida na própria história do país, onde esta última exerceu um papel especial, tornando-se presença constante, mesmo em áreas que estavam fora de seu “reinado” agrícola, como na vida política e monetária, como mostra Aguiar (1983), para quem a “universalidade da mandioca” se reflete no fato de sua farinha já ter sido sugerida até mesmo como estalão monetário, ou ainda por estar presente no projeto de constituição de 1823, onde a posse de determinada quantia de farinha de mandioca determinaria quem poderia votar e ser votado. Esta relação extrapolava as fronteiras brasileiras e chegava a Portugal, como demonstra Hipólito da Costa (apud Aguiar 1983:81-83), para quem a mandioca havia atravessado o oceano e penetrado nos costumes alimentares da população de Lisboa, e já “se encontra em algumas mesas, que não são as grosseiras (...)”. Ou ainda um ofício de 20 de Junho de 1795, enviado ao governador geral da Bahia, D. Fernando José de Portugal, determinando que se aumentasse o plantio de mandioca a fim de reforçar a distribuição do alimento, não apenas entre a população local, mas também em Portugal (Aguiar, 1983:81-83).

No *Manual do Agricultor Brasileiro* de Carlos Augusto Taunay (2001:151), do século XIX, a mandioca é referida como “bem conhecida de todos os lavradores brasileiros, e o modo de a tratar vulgarizado”. Para este autor o tubérculo era um “(...) singular capricho da natureza, que reuniu um violento veneno com uma substância nutritiva (...)”. Para a transformação da raiz em farinha, Taunay (2001:151-152) chama a atenção para a operação de “espremer o sumo ou leite que reside o veneno”.

Quanto ao método agrícola empregado no cultivo da mandioca, a literatura e os próprios viajantes, nos permitem afirmar que a técnica usada era basicamente a de corte-e-queima. Para Taunay (2001: 91), os métodos e instrumentos agrícolas praticados no Brasil eram “insuficientes e grosseiros”, explicando que:

(...) a faculdade de derrubar as matas virgens, e de abandonar o terreno cansado até a renovação das matas, proporciona colheitas que rendem mais ao lavrador, mesmo nas terras medíocres e nos anos menos férteis, do que o agricultor europeu consegue das colheitas mais felizes (...) (Taunay, 2001:44).

É interessante observar que para Taunay (2001:99), “as freqüentes derrubadas” tem como conseqüência a inexistência do uso do arado na colônia portuguesa. Embora faça essas críticas, o autor aconselha que aquele instrumento deva ser introduzido de maneira cautelosa tomando o lugar do “modo antigo” com precaução.

Outro autor nacional que deixou testemunho sobre a prática agrícola foi Guilherme de Capanema (1858 apud Drummond, 2002:246), que em 1858 publicou *Agricultura: fragmentos do relatório dos comissários brasileiros à Exposição Universal de Paris em 1855*. Para este autor a agricultura praticada no Brasil era “uma involução”, representando uma “irracionalidade e ineficiência”, pois após a derrubada da mata os agricultores não esperavam a produção de um fertilizante natural. Ao invés disso queimam tudo impossibilitando o uso do terreno por mais de três ou quatro anos.

Deixando de lado as críticas ao sistema agrícola feitas pelos autores acima, esses depoimentos generalizados sobre as práticas agrícolas no território brasileiro atestam a afirmação de que a agricultura no Brasil, durante o século XIX, era praticada predominantemente por meio do sistema de corte-e-queima sendo o principal cultivo, a mandioca.

A presença da mandioca também pode ser apreendida por meio dos relatos dos viajantes que estiveram no país durante esse século percorrendo-o em todos os sentidos, produzindo grande material botânico e etnográfico, sobre as estratégias de subsistência dos habitantes do mundo rural brasileiro e que nos permite traçar sua influência e dispersão geográfica. Interessa-nos agora, por meio desses relatos, localizar o cultivo da mandioca e a técnica utilizada para o seu plantio nas diferentes regiões e assim poder traçar um quadro da disseminação geográfica de seu uso e cultivo entre as estratégias de subsistência do campesinato brasileiro.

Em fins do século XVIII e início do XIX, a população das porções norte do território, habitantes das áreas de floresta tropical da bacia amazônica, estava passando por um processo que alguns autores chamaram de “caboclicização”, ou seja, a integração dos ameríndios, principalmente os destribalizados, à sociedade colonial brasileira, seja pela “mistura racial”

estimulada pela Coroa portuguesa, ou pela escravidão. Com o aumento desta população mestiça ou “cabocla” consolidou-se nesta região do Brasil um modo de vida baseado em estratégias de subsistências adaptado tanto ecológica como economicamente às condições locais, baseada em alimentos e técnicas indígena, como o cultivo de mandioca, fabricação de farinha, agricultura de coivara, a caça, a pesca e a extração de produtos florestais para escambo ou comercialização (Harris, 2006:82; Del Priore & Venâncio, 2006; Parker, 1985; Pinto e Silva, 2005: 61-66; Ribeiro, 1995).

Agassiz (2000:239), na segunda parte do século XIX, descreve os habitantes do Pará da seguinte forma: “compõe-se de um certo número de sítios disseminados na floresta embora os habitantes se considerem amigos e vizinhos (...)”. Nessas povoações, segundo este autor (2000:251) existe apenas uma construção que era dividida em três partes com funções diferentes, sendo uma das partes destinada à preparação da mandioca. Ele ainda descreve alguns aspectos da vida desses habitantes: “As reuniões de vizinhos e amigos não era um acontecimento raro, pois celebram-se muitas festas religiosas, cuja natureza não impede que dêem ocasião para diversões. Essas festas se realizam em cada sitio por sua vez. (...) toda a população do lugarejo aí se reúne” (2000:259).

Esse autor divide a população amazônica, basicamente, em dois grupos: os índios e os brancos, sendo os últimos pertencentes majoritariamente à elite econômica e social. Acreditamos que alguns grupos tratados por Agassiz como índios são na verdade grupos de caboclos.

Já nas proximidades de Santarém, Agassiz (2000:180), navegando pelo rio Amazonas, observa grupos nativos às suas margens, onde: “A floresta primitiva que rodeia essas moradias é quase sempre cheia de clareiras. Estas estão no meio de pequenas plantações de cacau e *mandioca* - planta cuja raiz fornece ao índio a sua farinha (...)”. Na seqüência de seu relato o cronista (2000:185) também registra a presença da mandioca entre os pobres da região: “(...) planta é de inestimável valor para os pobres: ela lhes dá a *farinha* (...) a *tapioca* e ainda uma espécie de bebida fermentada a que chama *tucupi*, dádiva de valor duvidoso, pois lhes fornece o veneno da embriaguez”. E também reconhece na fabricação da farinha o processamento para retirar o “suco venenoso”, se referindo à mandioca “amarga”.

O número de variedades de mandiocas também é assunto de Oscar Canstatt (2002:119), que em sua descrição sobre a terra e a gente do Brasil, escreveu que: “além das duas espécies de mandioca mencionadas, há ainda muitas outras variedades, das quais os índios manaus diferenciam nada menos de 35, dando-lhes nomes diferentes, e essa variedade ainda é acrescida pelos diversos métodos de tratar e preparar as raízes”.

O naturalista e pintor francês Auguste Biard (2004:148), navegando o rio Amazonas, descrevendo a paisagem faz uma observação sobre um roçado:

Amanhecera e mais intricado era o labirinto das ilhas. O que eu via neste momento não tinha nada do que já conhecia. Todas as ilhas eram baixas, as árvores pouco elevadas; numerosas as palmeiras. Aqui e ali, cabanas protegidas por pedras, precaução nem sempre útil nas grandes inundações. Uma dessas choupanas, maior que as outras, possuía numa espécie de cais uma tábua também sobre pedras a ostentar vasos com flores. Por trás da habitação um campo há pouco roçado.

A mandioca, na forma de farinha na alimentação indígena, é mencionada enquanto esse cronista (Biard, 2004:182) quando se preparava para uma viagem onde diz: “Provi-me de uma dúzia de garrafas de aguardente para os índios; para eles também enchi um canto da canoa de cestos com *farinha de mandioca*, um peixe seco chamado ‘piraroco’ (...)”.

E entre os índios Mundurucus, nas margens do rio Madeira, Biard observa a frequência do pilão para a fabricação da mandioca no interior das habitações (Biard, 2004:208) nos arredores de Manaus e ainda descreve uma roça de mandioca:

Meti-me por entre espinhos e avistei o que não ousara esperar: uma choupana habitada e outra, mais distante, meio construída. (...) Haviam roçado recentemente o terreno e plantado mandioca. (...) O que tornava esse projeto um tanto difícil era a circunstância de terem abatido, justamente pelas redondezas e numa grande extensão de terreno, uma grande porção de árvores que seriam queimadas em breve, pois o verão permitia mais fácil combustão. E, por isso, não poderia sem sacrifício atravessar esses montes e mais montes de troncos, galhos, raízes e folhas. (2004:165-169).

Em viagem pelo rio Amazonas, nos arredores do Pará, entre 1848 e 1859, Henry Bates (1944:153) se refere à mandioca e seu cultivo inúmeras vezes: “As plantações de mandioca estão sempre espalhadas pela mata (...) sendo a terra abundante; e o arado, como quase todos os outros instrumentos agrícolas, desconhecidos, o mesmo campo não é plantado três anos seguidos”. Esse naturalista (1944:162-163) também observa que entre os “mamelucos” “as mulheres plantam mandioca, fazem farinha e fiam o algodão (...)”. Em um sítio nas margens

do rio Tocantins o cronista descreve os equipamentos e o processo de fabricação de farinha usando a mandioca amarga:

À pouca distância da casa havia telheiros abertos sob os quais se fazia a farinha para uso do estabelecimento. No centro de cada telheiro havia tachos rasos, feitos de barro, postos em cima do forno onde a farinha é cozida. Longo cilindro flexível, feito da casca de uma marantácea, entrançado de modo apropriado, estava suspenso do teto; aí é que espremem a polpa da mandioca, separando-a do suco, que é venenosíssimo, embora a massa seja um alimento saudável, e é recolhido em bacias apropriada (Bates, 1944:175).

Bates (1944: 82-83) ainda se refere a uma outra variedade de mandioca, usada agora na forma de bebida nos preparativos para a execução de um “mutirão”:

Feitos os convites, a família prepara grande quantidade de bebida fermentada, aí chamada tarobá, de bolos de mandioca amassada, e caldo de manicueira. Esta última é uma espécie de mandioca mansa (...) de longas raízes oblongas, que se tornam muitos doces, poucos dias depois de colhidas

Entre 1843 a 1847, o conde de Castelnau (1949:340), junto de dois botânicos e um taxidermista, cruzou a América do Sul, do Peru ao Brasil, seguindo o Amazonas e os sistemas do Rio da Prata, e quando se achava nas margens do Rio Tocantins, fazendo uma parada em um sítio escreveu:

Fomos recebidos muito hospitaleiramente pelo sitiante, vendo como nos achávamos desprovidos de mantimentos, apressou-se em arrancar raízes de mandioca para distribuir ao nosso pessoal, preparando-nos ainda uma ótima galinha, cozida em arroz. Fê-lo rir a voracidade com que demos conta desse prato, dando ordem para que nos fossem servidos mais dois outros, que tiveram a mesma sorte.

O vice-cônsul britânico em Salvador, James Wetherell (Apud Barickman, 2003:95) quando escreveu sobre a alimentação diária da maioria dos baianos em meados do século XIX

menciona três alimentos básicos: “carne de vaca, magra e secada ao sol, farinha, que é uma espécie de serragem, e bacalhau, peixe seco que é um pedaço de tábua salgada”.

O cultivo da mandioca estava presente também entre outros grupos habitantes das áreas rurais do nordeste brasileiro, chamado comumente de sertanejos. Estes grupos se espalharam pela área ecológica fora da faixa litorânea nordestina, ocupando o Agreste, as caatingas e depois os cerrados, e apesar de desenvolverem uma economia pastoril, principalmente, também praticavam a agricultura de subsistência, como mostram os relatos dos cronistas (Ribeiro, 1995; Diegues & Arruda, 2001).

Na região de Ilhéus, o príncipe Maximiliano (1940:325) reclamando da falta de alimentos diz que ali: “Cultiva-se apenas a mandioca bastante para o consumo dos habitantes; eis porque acontece às vezes ao estrangeiro não achar o que comer. Tem-se menos ainda o com que matar a fome que em outras vilas mais ao sul, pois na estação quente rareia até o peixe (...)”.

Spix e Martius (1938:261) em *Viajem pelo Brasil*, na primeira metade do século XIX, descreve o modo de vida dos sertanejos dos arredores de Jacobina, ainda na Bahia:

Em pontos diversos, elevam-se bosques ralos de palmeira aricurí (...) de cujos caules os sertanejos costumam preparar um pão seco, extremamente pobre de matéria nutritiva. Precisar o povo de tão opulento país de recorrer a tais meios de salvação, para não morrer de fome, parecia incrível, se não houvéssemos visto a miséria em que geralmente vive a gente do sertão, e se acha bem. (...). Uma palhoça imunda, tendo em volta uns pés de bananeiras mal tratados, uma roça de feijão e mandioca, umas cabeças de gado e alguns cavalos magros, que buscam eles próprios a subsistência, eis a mais alta aspiração desses matutos.

Sobre a população do litoral de Ilhéus, os autores (1938:332) também observaram seus hábitos alimentares:

Notamos, além de um caranguejo terrestre comestível (...) uma espécie de camarão (...) muito apreciados ambos pelos habitantes; são saborosos principalmente quando preparados com azeite e vinagre. Esses crustáceos mariscos e peixes de água salgada, constituem, com as bananas e a farinha de mandioca, a usual alimentação dos habitantes do litoral, e a ela se atribuiu a grande fecundidade da população.

Em Recife, entre 1809 e 1815, quando Koster (1942:421) se refere aos plantadores dali descreve de forma crítica os métodos agrícolas então adotados: “A agricultura no Brasil, por muitos anos, não tinha recebido qualquer melhoramento a não ser mui recentemente e, mesmo agora, é somente devagar e com muita dificuldade que as inovações são feitas”. Após a crítica este cronista se empenha em fazer uma descrição do método usado para o cultivo da cana, porém não deixa de acrescentar que “as terras do Brasil não são jamais destocadas nem para plantar canas nem para qualquer outro fim agrícola” (1942:422) e é feita da seguinte forma:

O mato é abandonado sobre o solo até que as folhas seque. Em seguida toca-se fogo e aquelas são distribuídas com o matagal e os galhos menores das árvores. Agora a madeira resistente é amontoada e queimada. Este processo é universalmente adotado no preparo da terra para o cultivo de qualquer planta (1942:423).

Descrevendo um engenho no início do século XIX, Koster (1942:439) diz que as terras deste estão divididas em cinco partes: as matas, as terras do plantio de cana, as que são limpas para as pastagens, as plantações para alimentação dos negros e as terras ocupadas pelos homens livres. Esta última parte, diz o cronista, são usadas pelos próprios negros para prover sua alimentação. Dessa forma, estes escravos se valiam da chamada “brecha camponesa” (Cardoso, 2004) conseguindo certo grau de autonomia, pelo menos no que diz respeito à sua alimentação, e cultivando essencialmente para sua subsistência (Cardoso, 2004) ou ainda lucrando com “(...) a venda de mandioca, feijão e milho, colhidos pelos escravos em suas roças” (Koster, 1942:520). O cronista ainda escreve que entre esse campesinato escravo: “a raiz de mandioca e o feijão são as duas plantas essencialmente cultivadas, a primeira delas com maior abundância. O milho não é muito empregado nessa parte do país” (Koster, 1942:440). E que “(...) a parte vegetal dos alimentos dos negros é especialmente constituída pela farinha de mandioca” (Koster, 1936:517), sendo os próprios negros responsáveis pela fabricação da farinha que consumiam: “Regressando todas as tardes para casa, são às vezes mandados raspar as raízes da mandioca por uma ou duas horas, mas nenhuma das principais propriedades há o uso de vender, farinha e só a preparam em quantidade necessária à subsistência dos escravos” (Koster, 1936:516).

Na província do Rio Grande do Norte, em algum lugar entre Açú e Ceará-Mirim, Koster encontra um grupo de sertanejos referindo-se à sua alimentação escreve que essa: “(...) consiste principalmente de carnes, nas suas três refeições, às quais ajuntam a farinha de mandioca reduzida a uma pasta, ou arroz, que às vezes o substitui (1936:213)”.

A escritora Lady Maria Dundas Graham Callcot, conhecida por aqui como Maria Graham, em sua estadia no Brasil durante os primeiros anos da década de 1820, nos arredores de Recife, identifica a frequência com que as plantações de mandioca surgem na paisagem: “Aqui e ali abre-se um pequeno espaço para a plantação da *mandioca* (...) as cabanas de madeira dos plantadores são geralmente à beira da estrada e, pela maior parte, cada uma tem seu pequeno pomar de mangueiras e laranjeiras” (1956:126).

O cultivo da mandioca entre os escravos também é observado por Tollenare (1956:115), em Recife, no final da década de 1810. O autor escreve que “os plantadores de algodão não dão carne aos seus escravos; fazem-nos cultivar a *mandioca* de que se alimentam (...)” e que essa farinha era fabricada com a mandioca amarga:

A preparação consiste em raspar a pele negra das raízes, cujo interior é alvo como o da escorcioneira. Por meio de um ralador circular desfaz-se a polpa para facilitar a expressão; em seguida é colocada sob uma prensa que expelle o suco venenoso que acompanha a substância salubre e esta é posta a secar ao fogo; a polpa, assim purifica a seca, fica reduzida a uma farinha grosseira. É ingerida crua ou cozida. Dizem que também é usada para fazer pão; aqui só tenho visto crua ou cozida (Tollenare, 1956:47)

O autor também afirma que a mandioca era cultivada pelos escravos mesmo que às escondidas: “Percorrendo as matas encontrei às vezes pequenas clareiras onde os negros tinham vindo furtivamente plantar um pouco de mandioca” (Tollenare, 1956:47). Este mesmo viajante francês também encontra mandioca entre a população rural não escrava na zona da mata pernambucana: “O morador (...) planta um pouco de mandioca e vive na ociosidade. Se a safra da mandioca foi boa, pode fazer algumas pequenas vendas e comprar roupa; isto constitui toda a sua despesa, porque a sua mobília consta de algumas esteiras e potes de barro” (Tollenare, 1956:96).

Já no Brasil meridional, na província do Espírito Santo, Saint-Hilaire (1936), observa que a floresta nessa região já se encontrava reduzida a bosques esparsos entre as plantações de cana ou de mandioca, provavelmente consequência do sistema agrícola de corte-e-queima

praticado de modo mais intenso. Nos arredores de Vitória, o francês (1974:55) descreve, entre os negros, a fabricação da farinha de mandioca, feita da variedade conhecida como amarga:

Os negros começam por tirar a casca das raízes com uma faca e depois as passam num ralador. Este ralador é de latão e cobre a volta de uma roda móvel, em estreita mesa (...). Debaixo da roda há um aparador onde a polpa cai. Esta é comprimida a principio com as mãos; em seguida, para acabar de fazer sair o liquido venenoso que a mandioca contém, como todos sabem, colocam-na numa peneira feita numa espécie de palmeira, que chamam tipiti.

Após as observações sobre os hábitos alimentares na província do Espírito Santo, Saint-Hilaire arrisca uma generalização:

A farinha de mandioca e a de tapioca são por demais conhecidas para que me alongue muito sobre seu uso. Os luso-brasileiros chamam-na farinha de mandioca, ou de pau (...). É misturada ao feijão e a outros pratos a que se costumam juntar molhos e, quando se comem com alimentos secos, lançam-na à boca com uma destreza adquirida, na origem, dos indígenas e que ao europeu muito custa imitar. Não posso deixar de considerar a farinha de mandioca inferior à de milho, empregada da mesma forma pelos mineiros (...), mas há luso-brasileiros que preferem a primeira à segunda e acham mesmo que, misturada a certas substâncias alimentícias, é mais agradável que o pão de trigo (1974:56).

Também em viagem pelas terras do Espírito Santo, nos anos finais da década de 1850, o naturalista Biard (2004:77-78), um atento observador da vida cotidiana no clima tropical, faz uma alusão à mandioca :

Consintam faça um parêntese a fim de explicar o que seja essa raiz da mandioca e como a aproveitam na alimentação, substituindo, em toda a América, o pão, não somente nas classes pobres, como nas mais favorecidas pela fortuna. Tem essa raiz grande semelhança com a beterraba; mergulham-na por vários dias n'água e, após, fazem-na cozinhar em um forno que, entre os indígenas, é apenas uma vasilha de ferro em forma de prato; ao sair do forno pilam-na numa espécie de almofariz fabrica do a

maior parte das vezes de um tronco de árvore, e quando já se achava a mandioca bastante pulverizada levam-na outra vez ao forno transformada numa farinha grosseira. Comem geralmente essa farinha seca, porém os de apetite mais requintado misturam-na à banha de porco. Faz-se também com a mandioca goma e tapioca.

Em viagem pelo rio Doce, ainda na província do Espírito Santo, o príncipe Maximiliano (1940:160), entre 1815 e 1817, encontrou plantações de mandioca acompanhada de milho: “Na jornada rio abaixo, visitamos o guarda-mor na Ilha do Boi, onde fez belas plantações de milho e mandioca”. Passando para a província do Rio de Janeiro, este cronista, identificou duas espécies de mandioca e afirmou que elas “constituem a base da alimentação de todas as populações do Brasil” (1940:38).

Sobre os métodos agrícolas utilizados na província do Rio de Janeiro, Johann Tschudi (1980:16), no final da primeira metade do século XIX, se preocupou em descrevê-lo por ser considerado um desperdício de madeira. Para ele, a execução de uma roça tinha como consequência queimar as “madeiras preciosas” junto com as comuns “pois, ninguém observa um trabalho sistemático na derrubada dos matos”.

Em 1871, Oscar Canstatt (2002:334), encontrando-se na província do Rio de Janeiro, escreveu que:

Na margem do Paraíba (...) as matas tomaram um aspecto mais viçoso e o reino vegetal pareceu-me ser mais rico (...). A exuberância e a fertilidade da província do Rio de Janeiro, onde ainda nos achávamos, é geralmente na zona que acabamos de descrever e da mesma forma que nas províncias do sul o milho, o feijão-preto e a mandioca (...) constituem os principais produtos (...).

Os relatos sobre a província do Rio de Janeiro deixam transparecer que a mandioca estava presente entre os mais variados estratos da sociedade. Debret (1940:196), na primeira metade do século XIX, encontra a mandioca entre a população urbana, desde os mais abastados e entre os mais pobres e na população rural, como por exemplo, entre os negros:

A alimentação do negro numa propriedade abastada compõe-se de canjica, feijão-preto, toucinho, carne-seca, laranjas, bananas e farinha de mandioca.

Essa alimentação reduz-se, entre os pobres, a um pouco de farinha de mandioca umedecida, laranjas e bananas.

Bunbury (1981:53), naturalista inglês, indo do Rio de Janeiro para Minas Gerais, entre 1833 e 1835, quando atravessava uma cadeia de montanhas nos arredores do Rio Paraíba, observou que o local era “escassamente habitado”, e as poucas casas se encontravam entre a floresta, nos vales, onde “muitas vezes o preparo da terra para ser cultivada é feito tão apressadamente, que troncos de árvores, enegrecidos e meio queimados, ainda se encontram entre as plantações”. Nessas plantações, segundo o autor, planta-se mandioca nos “vales baixos e úmidos”, mas “o milho é a principal cultura”.

Quando esteve no Brasil entre 1836 e 1841, Gardner (1975:41), na região da Serra dos Órgãos, referindo-se a um jantar em uma pequena fazenda escreveu:

O jantar era substancial e bem preparado, mas todos os pratos conforme o costume do país, eram muito temperados com alho (...). Cobria a mesa uma toalha limpa, em que numa das pontas se amontoava uma porção de farinha de mandioca, e, na outra, de farinha de milho. Sobre uma destas se colocava grande prato de feijão cozido com um pedaço de toucinho no meio; enquanto sobre o outro havia um prato de galinha ensopada (...). De vegetal, tínhamos um prato de palmito (...) macio e delicioso, com sabor semelhante ao de aspargo.

Sobre a alimentação dos habitantes do Rio de Janeiro, Maria Graham (1956:157), no início da década de 1820, afirmava que:

O grande artigo de alimentação aqui é a farinha de mandioca. Usa-se sob a forma de um bolo largo e fino como um requinte. Mas o modo habitual de comê-la é seca. Na mesa dos ricos é usada em todos os pratos que se comem, tal como comemos pão. Os pobres empregam-na de todas as formas: sopa, papa, pão. Nenhuma refeição esta completa sem ela.

Nos limites com Minas Gerais, entre a população indígena, Debret (1940:29) observava que perto das habitações “estendem-se suas plantações de milho, de espigas truculentas e de batatas doces, tubérculo açucarado; encontram-se também a mandioca”.

Ainda sobre a província mineira, Spix & Martius (1981:82) em sua Viagem pelo Brasil entre 1817 e 1829, afirmam que a raiz possui diversas variedades, entre elas as “variedades mansas, - chamadas aipins, e que não têm suco picante venenoso, (...) e que todas dão melhor no terreno de mato do que nos campos”.

Saint-Hilaire (1938: I: 204; II: 347) em sua viagem a Minas, observou que a raiz “é abundantemente cultivada pelos sertanejos e desenvolve-se bem nos lugares secos” e que no sertão do Rio São Francisco “utiliza-se a farinha de mandioca em vez da do milho”. Gardner (1975), nos arredores do Rio Jequitinhonha na sua porção mineira, registra a disseminação do consumo de farinha de mandioca entre as diferentes classes sociais. O cronista assinala sua presença na alimentação dos escravos, das famílias, dos viajantes e também dos moradores das vilas. D’Orbigny (1976:137), encontrou a mandioca fazendo parceria com o milho, tanto na alimentação como no cultivo nos arredores de Diamantina durante a década de 1830.

Quando o naturalista Oscar Constantt (2002) passou pela região de Minas Gerais no ano de 1871, fez menção ao uso e ao cultivo da mandioca. Primeiramente reclama da alimentação quando se encontrava na região do rio Piabanha, sendo obrigado a comer farinha, que diz ter detestado desde o princípio de sua permanência no Brasil. Quanto ao cultivo, encontrou também o milho dividindo espaço com a mandioca: “A região, por onde passávamos então, abundava em plantações de café, milho e mandioca (...)” (2002: 331).

A agricultura praticada na província de Minas Gerais, no século XIX, executada em áreas ocupadas a princípio pela floresta, seguindo a tradição indígena das roças de toco (Ribeiro, 2005:236), foi observada pelo barão de Eschwege (1996:108) durante sua missão no Brasil de estudar o seu potencial mineralógico, descreve o método agrícola usado: “Aqui, como em toda parte do Brasil, a despeito da terra fértil em meio a campos, cultivava-se exclusivamente em terras de matas. Para esse fim derrubam-se ou queimam-se as florestas às margens de rios e córregos”.

A intensidade dessas queimadas impressionou o engenheiro alemão que a registrou em tons literários:

(...) à direita, pouco distantes, vemos espessas florestas, totalmente incendiadas, emitindo fumaça tão forte que o sol, ofuscado, mostrava uma luz amarela, fraca. (...) à noite, a queimada, de tão vasta, espelhou-se no céu com um reflexo vermelho comparável à aurora boreal das zonas polares fúlgidas (Eschwege, 1996:101).

Sobre os métodos agrícolas, em sua viagem à província de Minas Gerais, Saint-Hilaire (1975:235; 90), dissertando sobre os instrumentos agrícolas, escreveu que no interior do Brasil, “todo o sistema de agricultura brasileira é baseada na destruição das florestas, e onde há matas não existe lavoura”. E segundo o marechal Cunha Mattos (1981:226), em sua *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*, os praticantes daquele tipo de agricultura descrita por Saint-Hilaire, seriam pessoas que tinham a concessão de uma sesmaria ou eram posseiros, uma vez esta última era uma prática comum uma vez que não existia um aparelho de vigilância e repressão que impedisse a ocupação de terras virgens (Linhares & Silva, 1981:130). Assim, para Mattos essa população construía “(...) para sua habitação apenas uma insignificante barraca de pau-a-pique” (...), estando muitas delas abandonadas assim como derrubavam queimavam a mata para fazer suas plantações, e quando a terra se esgotava, se mudavam para outras parcelas de terras⁸.

Partindo para região mais central do território brasileiro, encontramos áreas ocupadas por índios, mineradores, peões, foragidos, escravos e senhores, que se embrenharam no território após o declínio da mineração, praticando uma economia de subsistência nos moldes do caipira paulista, sendo considerado por alguns autores como sua extensão (Ribeiro, 1995; Amorim, 2004). Entre estes grupos as referências à mandioca continuam a aparecer como mostram os cronista que andaram por essas regiões.

Assim, Gardner (1975:180) em sua viagem pela província de Goiás na última parte da década de 1830, diz que “depois de caminhar duas longas léguas, chegamos a uma pequena casa (...) onde dois homens, um negro e um mulato, faziam *farinha de mandioca*”.

D’Orbigny (1976:114), em 1835, encontrou o cultivo da mandioca entre os Carajás que habitavam o território entre os rios Tocantins e Araguaia⁹: “Com a raiz dessa (...) planta (a mandioca), os carajás fazem uma bebida fermentada”. Hercules Florence (1977:124), em viagem na década de 1820, no Mato Grosso encontrou a mandioca entre os índios Guatós, nas margens do Rio São Lourenço: “Essa boa gente tinha bananas, raízes de cará e *mandioca*”. Enquanto na região de Tocantins, entre os agricultores dos arredores de Arraiais, Gardner (1975:169) escreveu que eles “cultivam a *mandioca*, o arroz e o milho, tanto para o consumo doméstico, como para venda na vila”.

D’Allincourt (2006:70), já entrando no estado de Goiás, em 1818, nos arredores de Bonfim, um arraial em plena decadência de sua principal atividade, a mineração, registrou a presença da mandioca entre as espécies cultivadas: “Colhe-se milho, trigo, arroz, mandioca,

⁸ As mesmas características usadas por Candido (2001) para definir o modo de vida do caipira paulista.

⁹ Entre as regiões do Goiás e Tocantins

feijão e outros legumes”. Saint-Hilaire (1975:52), em sua estadia na mesma província, ao passar pela Vila Boa afirmou que a alimentação de seus habitantes era a mesma “de todos os brasileiros do interior, constituindo a sua base a farinha de mandioca ou de milho”, e sobre os habitantes pobres do interior da província escreveu:

A 3 léguas de Meia-Ponte parei no Sítio das Furnas, composto de alguns casebres esparsos e semi-arruinados, construído numa baixada. Antes da minha chegada, a dona da casa, cujo marido estava ausente, quis instalar os meus homens num cômodo exíguo e de uma sujeira extrema. Eles lhe haviam pedido permissão para se alojarem no paiol, mas esse pequeno favor lhes foi negado. Ao chegar, reiterei o pedido, e só consegui o que queria depois de muitas súplicas e parlamentações (...) Seja como for, a concessão para dormirmos no paiol não mereceu, certamente, o tempo gasto para obtê-la, pois ficamos pessimamente alojados. As espigas de milho espalhadas pelo chão faziam-nos escorregar a todo momento (Saint-Hilaire, 1975:101).

Sobre essa região, Debret (1940:177) afirma que: “viajando-se numa estrada freqüentada dessas regiões pode-se ter a certeza de encontrar sempre milho seco para animais e canjica para restauração do viajante”.

Tomando o rumo mais ao sul do território brasileiro, na província do Paraná, a mandioca teve uma grande importância, como mostra a existência de um intenso mercado de farinha no porto de Paranaguá, principalmente no século XVIII. No século XIX seu cultivo é praticado em todas as regiões da província, mas de forma mais intensa apenas nas áreas próximas ao litoral (Santos, 1995:131). A existência de um grande número de resíduos da cultura cabocla nas costa paranaense levou Westphalen (1976:73) a preconizar a possibilidade de ai ter acontecido um “ciclo da mandioca” (Santos, 1995:133). Assim, quando chega ao Paraná, Saint-Hilaire (1931:245) escreve que “a maior parte dos habitantes, são mestiços de portugueses e índias. São preguiçosos, muito pobres, e vivem quase unicamente de peixe seco e farinha de mandioca”.

Em sua estadia em Santa Catarina durante o ano de 1858 o alemão Ave-Lallemant (1980) encontrou a mandioca em vários locais do litoral, como em um lugar chamado Guarda, o qual o cronista qualificou como “deseperadoramente ermo”. Abrigando-se em uma venda de um espanhol, onde conseguiu abrigo e uma “ceia de *farinha de mandioca*”. Na continuidade da viagem, agora entre Garopaba e Mirim, formada por “areias soltas” de onde: “brotam

mirtáceas, as já mencionadas vacínias, melastomáceas e cactos toda vegetação de solo seco brotando, às vezes em grandes extensões, pelos campos de *mandioca* que, apesar da aparência seca, tem grande fertilidade” (Ave-Lallemant, 1980:33).

Já no lugarejo chamado de Mirim, esse mesmo cronista se alimenta de “uma espécie de almoço e jantar de uma só vez, feijão e *farinha de mandioca*, sem faca e sem garfo, e mais pés de porco salgados, que são comidos com a mão (Ave-Lallemant, 1980:34)”. Em Santa Catarina, em um lugarejo, denominado de Piedade, às margens do Rio Tubarão, fora da faixa litorânea, o alemão encontrou uma área de floresta, com plantações de milho e de mandioca (Ave-Lallemant, 1980:39-40). Na jornada através da serra do Tubarão encontrou uma área de plantação e uma casa de *produção de farinha*, antigamente chamada de Rocinha, abandonados “ante a desesperadora solidão e o perigo, tão próximo (...)”, segundo a opinião do autor (Ave-Lallemant, 1980:49-50).

Já na província de Santa Catarina, especificamente na ilha de mesmo nome, Saint-Hilaire (1936:102-103) encontrou o cultivo da mandioca entre as principais produções nos sítios existentes ali. Ao se referir sobre as casas destes sítios o cronista afirma que “(...) em torno, plantam, desordenadamente, laranjeiras, bananeiras e uma roça de mandioca (...)”. Ele ainda assinala que um “(...) grande número de famílias de lavradores vive na miséria e alimenta-se exclusivamente de *farinha de mandioca*, de peixe cozido na água (...) e de laranjas (...)” (Saint-Hilaire, 1936:163-164). No distrito de Laguna o francês encontrou florestas com as quais se admirou com a exuberância, mesmo depois das derrubadas praticadas para o cultivo de mandioca (Saint-Hilaire, 1936).

Herbert H. Smith (1922:108), na penúltima década do século XIX, escrevendo sobre a capitania gaúcha afirma que “são os principais artigos de alimentação o charque e feijão, com alguma *farinha de mandioca*”. Essa afirmação de Smith é comprovada por Saint-Hilaire. Este, quando esteve na província do Rio Grande do Sul, descreveu a pobreza de uma família vivendo na região de Itapeva, isolada nos sertões, em cuja “choupana” ele pernoitara.

Este lugar seria delicioso se os arredores do lago fossem cultivados e povoados de casas, uma vez que a mais bela paisagem precisava ser animada pela presença e trabalho do homem. Entretanto mal se vêem, de longe em longe, algumas miseráveis choupanas. Parei per to de uma, tão úmida que não ousei fazer nela a minha cama (Saint-Hilaire, 2002:33).

Essa família, segundo o cronista, plantava mandioca, feijão e trigo. O milho, segundo os moradores, rendia muito pouco “em geral, só dá uma espiga” (Saint-Hilaire: 2002:32). Dois dias de viagem de Itapeva, o autor, já entrando em uma ambiente que ele observa sendo um pouco mais seco, com o solo arenoso, denominado pelo autor de “sítio do Inácio”, escreveu que o morador deste sítio, assim como outros sitiantes, tinham preferência por fazer suas plantações em local de Mata “o mesmo se dá, ao que parece, com todos os agricultores da região; plantam na margem ocidental do lago, coberta de mata”. Nesse local “(...) é ainda a *mandioca* a principal cultura, mas planta-se também milho e feijão” (Saint-Hilaire, 2002:34).

Mesmo entre os colonos alemães encontra-se a presença da mandioca, como observou o médico Robert Ave-Lallemant (1953:136), que também expedicionando pela província rio grandense em 1858, nos arredores de São Leopoldo, notou que a “significação econômica para a colônia, a farinha de mandioca (...) se emparelha com o milho”.

É interessante observar que August de Saint-Hilaire (1939: 291,310), também registrou, convivendo com a mandioca, incluindo a variedade “doce” entre os cultivos principais, a presença do milho, como na aldeia de São Luiz e de São João, na província do Rio Grande do Sul.

Quanto mais ao sul Saint-Hilaire caminha, menos é registrada a presença da mandioca. Quando já se encontrava no ístimo da província, nos arredores de Rio Grande escreve que os agricultores daquela localidade: “(...) ocupam-se em lavrar a terra para o plantio do milho e do feijão, que serão colhidos em janeiro. Tanto quanto pude disso lembrar-me, as espigas de milho, aqui, não passam da metade do tamanho das que em Minas se colhem” (Saint-Hilaire, 2002:143).

Esses relatos utilizados nesta seção nos permitem tirar algumas conclusões sobre o cultivo da mandioca. Primeiramente, ele era praticado em todo o território brasileiro, sendo a técnica usada o sistema de coivara ou de corte-e-queima. Também podemos perceber sua distribuição geográfica: a raiz tinha predominância principalmente nas províncias do norte e nordeste. Mais ao sul, nas províncias do Rio de Janeiro e Espírito Santo a raiz ainda era predominante, mas já começava a perder força, e nas províncias localizadas mais ao sul ainda e na região central a mandioca aparecia de forma menos intensa. Junto com essa distribuição geográfica do cultivo da mandioca, também podemos inferir, por meio das referências diretas à própria variedade, como também às aquelas feitas á produção e consumo de farinha, que a variedade amarga também se encontrava em uso em todo o território brasileiro, apenas variando de intensidade, sendo, portanto a “rainha do Brasil”.

Síntese do capítulo: A mandioca é cultivada desde antes da chegada dos europeus ao continente americano e permanece até hoje como a forma tradicional da dieta alimentar de alguns povos. Esta importância da mandioca pode ser explicada pelas vantagens que ela oferece no clima tropical, e na fase da colonização, por que estava adaptada ao padrão de ocupação do território. Índícios de sua produção já aparecem na carta de Pero Vaz de Caminha, no início da empresa portuguesa, e nas crônicas dos viajantes que circularam pelo território brasileiro durante os séculos XVII e XVIII. Nesse período foi estabelecida uma estreita relação entre o cultivo da mandioca e a ocupação do território, de modo que ao chegar o século XIX o tubérculo estava disseminado entre todas as regiões do Brasil, como deixam entrever os relatos dos viajantes que percorreram o território brasileiro durante o século XIX. Estes viajantes deixaram inúmeros depoimentos sobre o uso, indústria e consumo da mandioca, de tal forma que podemos traçar uma distribuição geográfica do seu cultivo: A raiz tinha predominância nas províncias do norte e nordeste. Nas províncias do Rio de Janeiro e Espírito Santo a ela ainda era predominante, porém nas regiões mais ao sul e na região central o tubérculo, apesar de presente, já demonstrava sinais de enfraquecimento, sendo cultivada de forma menos intensa. Assim, o cultivo da mandioca estava espalhado por todo o território nacional.

3- Cultivo da mandioca em São Paulo. A rainha do Brasil?

3.1. Na São Paulo quinhentista: a “rainha do Brasil”.

Nos primeiros anos de colonização portuguesa na capitania de São Vicente começou a tomar forma, tanto no litoral, como na região Serra acima, uma sociedade que pode ser chamada de “camponesa”: pequenos produtores voltados para a subsistência, envolvimento marginal com o mercado, técnicas de cultivo e extração rudimentares e a família ocupando um lugar central na organização social. Lançam-se então as bases daquilo que alguns autores chamam de “caipiras” (Marcílio, 2006; Candido, 2000; Del Priore & Venâncio, 2006; Sanches, 2004; Queiroz, 2006).

Na capitania vicentina, assim como em todas as áreas de colonização portuguesa, os povoados estavam em torno de uma agricultura de “plantations” voltada para o abastecimento dos mercados europeus. Neste primeiro momento existe um esforço do colonizador em adaptar o meio aos seus interesses mercantis e também às suas experiências no continente africano e asiático, com que o ambiente fértil, quente e úmido da marinha paulista contribuiu de forma significativa (Holanda, 2000:15; Prado Júnior, 2000:28). Um bom exemplo desta empresa foi a introdução do cultivo da cana-de-açúcar. Porém, o fracasso da produção desta planta na capitania de São Vicente acabou por empurrar os colonos para o planalto (Pinto e Silva, 2005:68). Para Paula Pinto e Silva (2005:68), o desvio da região de São Paulo da rota de desenvolvimento açucareiro teve como uma de suas causas a região possuir uma estreita faixa costeira, que diferente do massapé argiloso do Nordeste, consistia em terrenos baixos de mangues e pântanos. Assim, o açúcar que era produzido em território vicentino enfrentava também a concorrência do açúcar produzido no nordeste, cultivado em melhores solos e a uma distancia menor da Europa (Fausto, 2001:49).

Mediante o lugar marginal da capitania do eixo produtivo e consumidor seus habitantes se voltaram para a interiorização, vindo a desempenhar uma função bem específica no contexto da colonização portuguesa: a exploração e conquista do sertão. Esta “vocaçao para o caminho” de São Paulo foi favorecida pelas condições ambientais. Onde se instalaria futuramente a maior metrópole do país era uma área de transição entre as serras do centro e os campos do sul, funcionando como um degrau para se atingir as terras mais altas. Alguns rios, como o Tietê, corriam em direção ao interior, servindo de caminho para as primeiras expedições de interiorização, seja para aprisionar índios, procurar ouro ou povoar novos territórios (Holanda, 1994:09; Prado Junior: 2000:58). Esta peculiaridade da colonização

portuguesa na região de São Paulo vai ser marcante na formação da sociedade paulista, principalmente naquelas formadas na região serra acima (Holanda, 1994:09; 2000:16).

A mobilidade paulista também foi possível devido à disponibilidade de terras. Caio Prado Junior (2000:28) destaca como fator determinante no processo de interiorização o desinteresse dos espanhóis em se aventurar pelo interior do território, preferindo se fixar nos altiplanos andinos, que contavam com a presença de metais preciosos e um grande contingente de mão-de-obra representado pelas populações indígenas. Ademais, a presença dos Andes e da densa floresta subsequente a ele dificultavam o acesso espanhol ao interior, tornando a Amazônia uma barreira natural.

Ainda segundo esse autor (2000: 66-67), a mobilidade também está relacionada ao próprio caráter da colonização que: “não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita”.

Resumindo, a grande mobilidade empreendida pelo colonizador em terras da capitania de São Vicente, associada ao movimento de interiorização, são partes de um esforço na procura pelo melhor sistema de vida (Prado Junior, 2000:66-67). Este processo, condicionado por fatores ambientais e históricos, termina por deixar “(...) margem ao maior intercuro dos adventícios com a população nativa” (Holanda, 1994:09) que se materializa na exploração dos recursos naturais de atividades como a caça, a pesca, a coleta e a agricultura itinerante.

No que se refere particularmente a agricultura itinerante, pode-se dizer que era, além de herança indígena, também necessidade técnica. Assim, era a que melhor se ajustava ao deslocamento constante dos paulistas. Mesmo durante o processo de expansão da fronteira efetuado pelos portugueses, ainda nos primeiros séculos da colonização, as transformações das técnicas agrícolas foram muito relativas, acabando o colonizador por adotar o sistema de lavoura indígena, baseado no corte-e-queima. Representava também uma técnica adaptada às dificuldades de exploração do solo tropical (capítulo 1) e à falta de recursos capazes de proporcionar um rendimento da terra maior, como a utilização de insumos (Candido, 2001:49; Holanda, 1994:156).

O cultivo praticado pelos paulistas nesses primeiros tempos se refletiu na sua alimentação, que para Candido (2000:63), também estava adaptada à sua mobilidade: “se contenta com o mínimo para não demorar as interrupções da jornada”. É neste contexto ambiental e histórico que a mandioca parece assumir seu papel mais representativo.

Otoniel Mota (1941:19-21) afirma que no primeiro século de colonização em terras paulistas comia-se “principalmente, mandioca, algum feijão, e em São Vicente, arroz”. Frei

Vicente de Salvador (1954:61-62), escrevendo sobre a capitania de São Vicente faz uma observação: “(...) o ordinário e principal mantimento do Brasil é o que se faz de mandioca, que (...) raladas, espremidas e desfeitas em farinhas, fazem deles uns bolos delgados (...) e se chamam beijos, que é muito bom mantimento e de fácil digestão (...)”.

A presença da mandioca e a existência de mais de um tipo desta raiz, também é assinalada pelo jesuíta Luís da Grã¹⁰ (apud Assunção, 2000:200-201), que escrevendo sobre a capitania de São Vicente, diz ser: “(...) este mantimento da terra de raízes de árvores, a que chamam mandioca é peçonhenta, se se bebe sua água, contudo a farinha que dele se faz não faz mal a disposição. O aipim se come cru, como muitas outras raízes de que usamos (...)”.

Acreditamos que nesse momento, caracterizado pela instabilidade dos assentamentos e um relativo isolamento dos vicentinos, a mandioca teve um papel estratégico pois, se apresentava como um alimento disponível instantaneamente, era só arrancar as raízes e processá-las. O processamento, também adquirido do trato com os nativos, podia parecer um empreendimento trabalhoso, principalmente no caso das variedades “amargas”, mas uma vez executado, a mandioca se transformava em uma reserva alimentar de fácil conservação, ideal para as expedições interiorizadoras (Pinto e Silva, 2005; Holanda, 1994; Barghini, 2004:124).

No interior da mata, onde a agricultura era praticada pelo sistema de coivara, a mandioca também possuía outras características que justificavam sua presença. Em um complexo ecossistema de florestas tropicais ela possui uma “habilidade de combinação ecológica” que lhe permite minimizar a competição e maximizar a utilização de recursos limitados com outras plantas. Acima do solo ela tira o máximo de proveito da energia solar, e abaixo do solo, as raízes procuram maximizar a utilização da água e dos nutrientes (Martins, 2001:371-372).

Outras características da mandioca também mostram-se atrativas nos trópicos (Peroni, 2004; Peroni e Martins, 2000; Peroni e Hanazaki, 2002), por exemplo, quando cultivada no sistema de coivara ela pode apresentar grande diversidade intra-específica. De maneira mais simples, os relatos de alguns cronistas, como Anchieta, também registraram essa diversidade distribuída em dois grupos, um marcado pela sua toxicidade, e outro de que chama aipim.

Frei Vicente de Salvador (1954:62) também identificou uma outra variedade de raízes não tóxicas: "Outra casta há de mandioca à que chamam aipins, que se podem comer crus sem fazer dano, e assados sabem as castanhas de Portugal assadas (...)".

¹⁰Carta do P. Luís da Grã ao P. Inácio de Loyola. Baía, 27 de Dezembro de 1554. Luis da Grã foi um português, de Lisboa, que ingressou na Companhia de Jesus a 20 de Junho de 1543. Chegou ao Brasil em 1553 e aqui faleceu em 1609, em Olinda (Assunção 2000:200).

O relato de Luis Grã, transcrito acima (apud Assunção, 2000:200-201), também demonstra que se cultivavam duas variedades distintas de mandioca, uma “peçonhenta” e outra “que se come cru”, ou as “amargas” e “doces”. No contexto do emergente modo de vida paulista, onde a certeza era o deslocamento e a “escassez era a única coisa que não lhe faltava”, a disponibilidade de uma variedade “doce” que podia ser consumida sem maiores processamentos representava uma fonte segura de alimento¹¹.

A mandioca oferecia ainda a vantagem de poder ser efetuado um novo cultivo imediatamente após a colheita, devido à sua capacidade de reprodução vegetativa, isto é, a capacidade de se reproduzir de forma assexuada, não envolvendo o uso de sementes, ela se dá por meio da cisão de algum órgão vegetativo e posterior brotamento desta parte, transformando-se em outro indivíduo. O tubérculo também não precisava ser colhido imediatamente quando de sua maturação, podendo ser armazenada na própria terra por vários meses (e até anos), o que se mostrava como um grande adicional levando-se em conta que o ambiente quente e úmido de mata Atlântica, no qual se efetuavam as atividades dos primeiros paulistas, é extremamente desfavorável à conservação dos alimentos. Outro fator ligado ainda às condições climáticas é que a mandioca ocupa preferencialmente as áreas de temperaturas elevadas e maior precipitação, como era o caso da Mata Atlântica na faixa litorânea e nas orlas do planalto (Barghini, 2004; Martins, 2001; Adams, 2000).

Mas, a presença da raiz também se deve à forte influência indígena no modo de vida dos primeiros paulistas. Sua presença no litoral pode ser atribuída ao contato dos primeiros colonizadores como os grupos Tupis, que à época da colonização portuguesa já haviam domesticado a mandioca e desenvolvidos não apenas o cultivo, mas também as técnicas para retirar sua toxidade (ácido cianídrico) (Ribeiro, 1995:366).

Assim, durante o primeiro século da colonização, os primeiros paulistas tinham adotado as estratégias de subsistência dos grupos Tupis, baseadas na agricultura de coivara e no cultivo da mandioca (Holanda, 1994; Pinto e Silva, 2005). A principal razão para tal é que estas estratégias estavam adaptadas ao ambiente em que a expansão se desenrolava, ao seu modo de vida e à sua herança cultural indígena, pelo menos enquanto esta expansão se limitou às áreas litorâneas e do planalto mais próximo. Assim, concordamos com Pinto e Silva (2005:71), que afirma que a “lavoura do planalto, não obstante pequenas variações locais baseavam-se na plantação de mandioca, milho e batata-doce”, tendo a primeira como principal cultivar.

¹¹ Pesquisas recentes também têm demonstrado isso. Ver Dufour, 1988; Peroni e Martins, 2000).

3.2. Os séculos transformadores: o cultivo da mandioca nos séculos XVII e XVIII.

Alguns autores afirmam que durante o século XVII a agricultura de subsistência no planalto praticada pelos roceiros baseava-se no cultivo de mandioca, milho e batata doce, e acrescentam que o milho já ocupava um lugar especial (Holanda, 1994; Pinto e Silva, 2005; Mello e Souza, 1997). Em concordância com esta observação, Ambrosio Fernandes Brandão (1943), já identificava uma tendência de intensificar o cultivo do milho no decorrer do século. O cronista afirma que a mandioca era menos consumida em São Paulo do que em outras capitânicas. Nessa capitania a preferência era dada ao milho.

Para entendermos as causas do declínio do uso da mandioca durante o segundo século de colonização em terras paulista devemos observar as seguintes variáveis: condições ambientais, a intensificação do processo de interiorização, a introdução de uma “nova” herança indígena dos guaranis, novos padrões de assentamento e o envolvimento da província no cultivo do trigo.

Segundo Schmidt (1956:151), as condições ambientais, como a associação de chuvas e temperaturas, assumem grande importância na determinação do “staple food”. Para este autor, as diferenças ambientais entre a região do planalto e as áreas do litoral foram fundamentais para que a mandioca ou o milho pudessem predominar (Schmidt, 1956:152). Assim, as condições ambientais do planalto vão acabar por criar alguns obstáculos ao cultivo da mandioca ao mesmo tempo em que permitiu que o tubérculo dividisse espaço com outra planta candidata a “staple food”, o milho. Para Schmidt (Schmidt, 1956), na região de serra, já fora da área de clima tropical característico quente e úmido, ao qual a mandioca estava mais bem adaptada, a raiz perde suas vantagens competitivas e tem a sua expansão limitada. No clima mais ameno, um pouco mais seco do planalto, o milho, que no litoral tinha dificuldades de completar seu ciclo, deteriorando-se antes da colheita, ali pode permanecer o tempo necessário até sua maturação. Na geografia do planalto, com seus campos abertos e relevo suave o milho podia se desenvolver sem maiores obstáculos (Barghini, 2004:127; Pinto e Silva, 2005:68, Del Priore e Venâncio, 2006: 24).

Outro fator ambiental importante que trouxe obstáculos para o cultivo da mandioca foi a fertilidade do solo, por mais contraditório que possa parecer. Uma das características da mandioca é a sua pouca exigência de nutrientes se adaptando bem aos solos relativamente pobres como aqueles encontrados na região do litoral e nas serras cobertas pela mata Atlântica. Porém, já na região do planalto o solo se mostrava mais fértil que no litoral¹². Ao

¹² No litoral os solos, arenosos, são considerados mais pobres em nutrientes, sendo extremamente dependente da cobertura vegetal, enquanto os solos da região do planalto os solos mais argilosos e mais férteis.

observarmos a distribuição do milho e da mandioca proposta por Galvão (1963), a presença do cereal corresponde às áreas de solos mais ricos das terras baixas, enquanto que a mandioca segue as faixas de terras menos férteis (Barghini, 2004).

Portanto a combinação solo e clima agem sobre o cultivo da mandioca, na medida em que esses fatores possibilitaram que houvesse mais de uma opção de cultivo. Aquele contexto ambiental, que praticamente impunha a mandioca como “staple food” na região litorânea, adquire novas cores e possibilita que um concorrente à “rainha do Brasil” possa aparecer no planalto.

Porém, a preferência que os agricultores dispensam para uma ou outra espécie de planta deve ser analisada também do ponto de vista histórico. Acreditamos que fatores ambientais combinados com um determinado contexto histórico possibilitaram vantagens ao milho em detrimento da mandioca. Assim, a esses fatores ambientais acrescentemos outros da trajetória histórica da capitania de São Vicente.

O fracasso das empresas açucareiras do início da colonização paulista deixou a região relativamente isolada. Esse isolamento evitou a entrada de um número maior de portugueses, principalmente no interior além da Serra do Mar. A modesta presença portuguesa possibilitou que os vicentinos instalados no planalto assimilassem o milho na sua alimentação sem maiores resistências. Um número mais elevado de portugueses, que não tinham o cereal em grande conta, poderia ter barrado a expansão do seu cultivo. Sem este obstáculo, o milho se torna a herança indígena em São Paulo (Del Priore e Venâncio, 2006:24; Pinto e Silva, 2005)

Porém, a partir de 1650, a colônia brasileira recebeu um grande fluxo migratório de portugueses, que em São Paulo, impulsionou a ocupação do território sertão adentro. Este processo está associado, no século XVII, a uma fase de maior integração dos paulistas a uma economia externa, seja como fornecedora de mão-de-obra indígena escrava, os “negros da terra”, ou como produtores de gêneros alimentícios para o mercado interno, como o trigo (Monteiro, 1994).

Como fornecedores de mão-de-obra, Monteiro (1994:57) chama a atenção para o fato de que a divisão do bandeirismo em distintas fases, não obscurece que: “a penetração dos sertões sempre girou em torno do mesmo motivo básico: a necessidade crônica de mão-de-obra indígena para tocar os empreendimentos agrícolas paulistas”.

Porém, no decorrer do século XVII os paulistas tornaram-se, nos dizeres de Darcy Ribeiro, “o terror dos grupos tribais livres e dos índios catequizados pelo jesuíta (...)”, passando a ser o principal fornecedor de escravos para a colônia. Foi a existência desse mercado que fez com que os paulistas adentrassem cada vez mais no território e se lançassem

contra as missões jesuíticas do Paraguai, cujo grande contingente de mão-de-obra já sedentarizada e disciplinada para o trabalho agrícola tornava-as um alvo natural. (Ribeiro, 1995: 367).

Assim, já nas primeiras décadas do século XVII, as expedições paulistas para o apressamento de índios já alcançavam o sertão de Patos, interior do atual estado de Santa Catarina, e dos Carijós, região compreendida entre as terras além do rio Paranapanema, ambas habitadas por Guaranis (Monteiro, 1994:61).

Durante o século XVII a área Planaltina se converteu no principal ponto da expansão paulista, de onde saíam a maioria das expedições que se dirigiam cada vez mais ao interior do território. A intensificação do processo de expansão das fronteiras empreendido pelos vicentinos na busca por nativos, se aventurando cada vez mais no interior do território, acaba por dificultar a expansão da mandioca. As longas viagens impossibilitavam o transporte das ramas de mandioca, que perdiam seu poder germinativo, e ocupavam muito espaço nas bagagens (Holanda, 1994:186-187).

O processo de expansão dos paulistas até as regiões mais ao sul, como dito acima, tem como consequência a entrada de um grande número de cativos pertencentes aos Guaranis na província de São Paulo. Este fluxo foi de tal ordem, que mesmo com a introdução de outros grupos devido ao declínio da população Guarani, estes ainda representavam a maioria absoluta da população indígena cativa na metade do século XVII, se mostrando essencial até mesmo para a execução de expedições de captura de novos cativos, como observa Abreu (2000:132):

“O número considerável dos escravizados nas reduções jesuíticas manifesta-se na freqüência de Carijós, posteriormente encontrados nos lugares mais distantes de sua primitiva assistência: Carijós chamavam em São Paulo aos Guaranis. Esses índios, devidamente amestrados, serviam também para as conquistas de outros; eram o grosso das forças bandeirantes..”.

A mão-de-obra cativa Guarani assume as mais variadas funções nas expedições ou nos assentamentos paulistas, como por exemplo, nas expedições mais longas, onde eram encarregadas de plantar roças no caminho. Alguns cativos eram mandados com certa antecedência para providenciar as provisões do grupo principal. Nos assentamentos, os índios eram usados na produção de subsistência bem como em uma eventual produção para o mercado, como no caso do cultivo do trigo. Porém, mesmo nas atividades voltadas para o

mercado, os indígenas ainda eram obrigados a plantar para sua própria subsistência. Esta situação provavelmente levava os escravos Guaranis a reproduzir em solo paulista as técnicas de subsistência tradicionalmente conhecidas, baseados na agricultura de corte-e-queima e no cultivo do milho (Monteiro, 1994:90; Schaden, 1962: 48). Holanda (1994:184-85) confirma a presença do milho em terras paulistas na produção de bebidas tradicionais a base dos grãos, como é o caso catimpuera, uma bebida fermentada, e da jacuba, uma mistura de farinha com água ou leite e adoçada com rapadura e aguardente de milho. Portanto, a introdução de grande número de indígenas Guaranis, que tinham uma relação tradicional com o milho, criava mais um obstáculo para cultivo da mandioca, o aspecto cultural. Neste intenso contato dos colonizadores de São Paulo e os grupos Guaranis acabaram por transformar o cultivo do milho na herança indígena dos paulistas (Pinto e Silva, 2005).

Acompanhando a entrada dessa mão-de-obra indígena também aconteceu uma mudança no padrão de assentamentos, tanto na direção de uma “campenização”, como na formação de grandes propriedades.

Junto às expedições exploradoras do território, iam também as chamadas “bandeiras povoadoras” que tinham como objetivo fixar-se nas terras conquistadas e manter uma base militar. Nas itinerancias pelo sertão, os paulistas acabaram por se fixar nas mais diversas regiões, iniciando um período de certa estabilidade dos assentamentos, que passavam a se dedicar à agricultura ou ao gado (Chiavenato, 1991:55; Ribeiro, 1995:369). Essa situação produziu um processo de “campenização”. Em parte isto está relacionado à concentração de terras nas mãos de poucas famílias, o que fazia com que aqueles que perdiam o acesso à terra penetrassem casa vez mais no território, ocupando aldeamentos e terras indígenas, consideradas pelo Estado português como devolutas. Assim, a expansão da fronteira agrícola foi feita de modo a favorecer a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. Segundo Monteiro (1994:104), a partir de 1600 as modestas doações de terras são substituída por extensas sesmarias, estimulando cada vez mais a monocultura. A queda da produção de trigo, em meados do século XVII, também funciona como um catalisador deste processo, na medida em que empurrou aqueles agricultores antes envolvidos no comércio de trigo para uma economia de subsistência. Assim, até nos bairros rurais mais abastados, encontramos um número crescente de lavradores pobres, que tiravam o sustento de pequenas parcelas de terras, de forma legal ou como posseiros. Segundo Monteiro (1994:207), entre 1679-82, “grande parte da população rural da região de São Paulo caracterizava-se pela pobreza, desfrutando de condições materiais pouco superiores às da massa de escravos índios”.

As grandes itinerancias que marcaram o século XVI, em meados do século XVII já começavam a se tornarem relativamente limitadas, principalmente nas regiões mais próximas do litoral, seja pela concentração de terras ou devido ao surgimento de um grande número de pequenas unidades agrícolas. Essa maior estabilidade, mesmo que “forçada”, dos assentamentos paulistas contribuiu para o declínio do cultivo da mandioca na medida em que o tubérculo encontrava problemas para produzir na região do planalto, devido às condições ambientais já descritas acima, em escala suficiente para suportar um centro de povoamento mais estável (Holanda, 1994:173).

As variáveis ambientais, a entrada de mão-de-obra Guarani e a relativa estabilidade dos assentamentos acabam por tornar possível a introdução do cultivo do trigo em larga escala em São Paulo, mas a estas podemos também incluir um cenário mais global. A produção de trigo se inseria nos planos da Coroa portuguesa de transformar São Paulo no “celeiro do Brasil”, organizando fazendas de trigo nos moldes das *haciendas para* abastecer as minas e as cidades, expandindo a fronteira agrícola cada vez mais para o interior. Internamente, o crescimento da economia canavieira nas capitanias do nordeste fez surgir nas áreas periféricas, além de um mercado de mão-de-obra escrava indígena, também um mercado interno de abastecimento de gêneros alimentícios. Assim, São Paulo se apresentava como um local com a combinação propícia para o cultivo de produtos europeus como a uva, o marmelo, o algodão, o figo, algumas hortaliças, e, principalmente, o trigo (Dean, 1996:73; Fausto, 2001:50; Monteiro, 1994:100-103).

Os anos entre 1630-80 foram, segundo Monteiro (1994:113), a idade de ouro da produção de trigo para o comércio. A Câmara Municipal de São Paulo¹³, em carta ao Papa, escreve que: “(...) desta villa, e povoação vão todos os annos muitos mil alqueires de farinha de trigo e muita quantidade de Carnes, e legumes para socorrer o dito estado, e ainda para a conquista de Angola (...)” (apud Monteiro, 1994:113).

Ainda segundo esse mesmo autor (1994:114-115), a produção de trigo, mesmo que modesta, era estritamente voltada ao comércio interno da colônia, principalmente com a cidade do Rio de Janeiro, com a sua “crescente população branca de senhores de engenho, comerciantes e burocratas”. A produção de trigo em São Paulo também foi impulsionada pelas invasões holandesas, que criaram dificuldades para a importação do cereal, abrindo um grande mercado de consumo no nordeste, devido a presença de muitas frotas estrangeiras. Com o fim da invasão e a retomada do mercado de trigo com Portugal, a produção em São

¹³ Câmara municipal de sp ao papa, s.d., ARSI-FG, Missiones 721/I.

Paulo começou a decair. A concentração de terras e a escassez de mão de obra, nos finais do século XVII, também contribuem para a decadência do cereal (Fausto 2001; Monteiro, 1994). Essa nova situação acabou por fazer com que a produção de trigo para o comércio se restringisse àqueles agricultores que possuíam recursos para suportar os elevados custos de sua produção (Monteiro, 1994:126).

No contexto da monocultura, representada pela produção de trigo generalizada pelo território do planalto, tanto em larga escala como em produções mais modestas para o mercado intercolonial, o sistema agrícola exibiu uma tendência à simplificação das espécies cultivadas. Alguns autores defendem que um sistema agrícola tradicional do tipo policultor, quando colocado em um contato maior com o mercado apresenta uma diminuição do número cultivares, fazendo com que os agricultores concentrem seus esforços em produtos mais rentáveis economicamente (Molina e Casado, 2006; Emperaire, 2000, , 2000, 2002a, 2000; Worster, 2003). Sob esta lógica, o cultivo da mandioca se apresentava como uma planta de baixo rendimento, ocupando a terra por um período muito longo de tempo e exigindo um processamento trabalhoso de transformação. Ademais, o tubérculo não possuía um mercado intercolonial relevante, uma vez que era produzida em todas as regiões do país. Dessa forma, durante o surto de trigo, a mandioca perde ainda mais espaço.

Portanto, todas essas transformações citadas acima levam a diminuição do cultivo da mandioca em São Paulo, restringindo-o cada vez mais à lavoura de subsistência.

Juntamente com o declínio do cultivo de mandioca, a agricultura de corte e queima também vai passar por importantes transformações. A produção de trigo provocou a intensificação do uso da terra ocasionando também um esgotamento da sua capacidade produtiva o que por sua vez levou ao uso sistemático de novas parcelas de terras. Os habitantes, ainda que usassem a técnica indígena de corte-e-queima, iniciaram um processo de substituição da agricultura itinerante extensiva por uma intensiva que necessitava de novas parcelas de terras constantemente (Torrão Filho, 2007:42). Assim, as faixas de terras eram submetidas a anos ininterruptos de cultivo, até o seu esgotamento. Era freqüente os colonos fazerem petições para explorar novos locais, alegando que “suas terras não rendiam mais frutos”. A vida produtiva da terra se estendia por três anos, em média, sobrando ao término deste ciclo apenas as roças de milho ou mandioca. Nos bairros mais antigos, a lavoura de uma ou duas gerações já tinha prejudicado a capacidade produtiva da terra. Até o ouvidor Manuel Franco, em 1649 (apud Monteiro, 1994:106), condenou a grande mobilidade do colono paulista.

Outro fator de grande importância para a prática do sistema agrícola de corte e queima no século XVII, está no fato de que a Mata Atlântica, vegetação predominante no Estado de São Paulo, começava a desaparecer, principalmente devido a necessidade de campos para a agricultura comercial como o trigo, também praticado em sistema de corte-e-queima. Segundo Dean (1996:94) estima-se que no século XVII, as grandes fazendas de trigo de São Paulo desmataram cerca de 125 hectares por ano, um ciclo que não deixava margem de tempo suficiente para que a floresta se regenerasse para a próxima queimada, comprometendo assim a fertilidade do solo.

Portanto, quando entramos no século XVIII, as estratégias de subsistência do campesinato paulista estão baseadas em uma agricultura de corte-e-queima já transformada de seu modelo original, e no cultivo de plantas nativas, principalmente o milho.

As itinerâncias dos paulistas acabam por resultar na descoberta de ouro nos rios das Velhas, no atual estado de Minas Gerais. Talvez seja este, para nossos objetivos, o momento mais importante até agora nas transformações do modo de vida desses grupos, principalmente por causa de suas conseqüências para São Paulo.

Primeiramente, um grande fluxo populacional, tanto interno como externo, fluiu para a região. De Portugal se formou uma grande corrente migratória, assim como também de Piratininga uma população emigrou em massa. Do Nordeste, onde a economia canavieira há muito mostrava sinais de esgotamento, desviou a mão-de-obra escrava para a região das minas. Devido a esta concentração populacional nessa região foi criada uma articulação entre as mais distantes áreas coloniais. Criou-se um comércio intenso entre o nordeste, a região das minas e a colônia de Sacramento, de onde vinha o gado e as mulas (Fausto, 2001; Furtado, 2000).

Nesse intenso trânsito de mercadorias a região de São Paulo torna-se passagem obrigatória e transforma o modo de vida dos paulistas durante o século XVIII, aquilo que Holanda (1994) muito bem intitulou “do peão ao tropeiro”. A entrada desses animais se deve a um maior contato dos paulistas com a porção sul do país, principalmente a colônia de Sacramento. Este contato antes já tinha introduzido a cuia de tomar congonha e agora o chapéu de palha, os ponchos e também o gosto pela cavalaria. Para este autor só a partir dos setecentos “é que o cavalo começa a ter lugar no ritmo ordinário da vida paulista” (Holanda, 1994:129-130). Junto com os cavalos, também entram em larga escala, os muare, principalmente em passagem para as minas.

Assim, a intensificação da circulação de pessoas pela província envolvidas com o comércio, que era exclusivamente feito em “lombo de mulas”, traz uma dupla necessidade: é

preciso alimentar os tropeiros e também seus animais. Para Prado Junior (2000:163; 166), esta circulação de homens e animais era tanta, que justificou, principalmente na via de articulação entre São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás, uma atividade agrícola significativa, sobretudo de produção de milho, principal alimentação dos animais e também dos homens.

Do ponto de vista da integração com o mercado externo, a entrada desses animais alterou a vida econômica da região, tornando os negócios mais rápidos, além de evitar o desvio de mão-de-obra escrava para os transportes de mercadorias. As feiras de animais, principalmente a de Sorocaba, representavam uma etapa na evolução da economia de São Paulo e também no seu modo de vida (Holanda, 1994).

Durante boa parte do século XVIII, São Paulo também se torna o principal produtor de alimentos para a região das Minas, principalmente pelos “caminhos das águas”, levando consigo elementos de subsistência que aos poucos vão se introduzindo na área mineradora, como o milho (Holanda, 1994).

Com a crise da mineração, o processo de “campesinização” iniciado no século XVII, de que falamos anteriormente, se intensifica, principalmente em função da maior fixação na terra. A decadência das minas parece desempenhar um papel importante neste processo já que uma de suas conseqüências é a retomada da ocupação e do povoamento do território, expandindo-se pela área central¹⁴ da capitania e levando consigo a cana-de-açúcar. Ribeiro (1995:380-382) também relaciona o maior fixação do paulista à terra com a decadência da mineração. Os antigos mineradores se metamorfosearam em agricultores e se fizeram sitiantes, empreendendo uma dispersão e sedentarização pelo território, intensificando o modo de vida dos “velhos paulistas”. Assim, mais para o Sul da província de São Paulo apareciam as fazendas de gado, em direção ao vale do Paraíba retoma-se os antigos pontos de colonização, expandindo-os, e iniciando as primeiras experiências com o café (Candido, 2001:103-105; Prado Júnior, 2000:60-75).

A mudança nos padrões de assentamentos dos paulistas descrita acima, durante o século XVIII, pode também ter tido um grande peso na composição dos modos de subsistência. Num primeiro momento, o milho se adaptava a um estilo de vida itinerante como o do paulista, oferecendo um alimento de fácil disponibilidade e que não exigia infraestrutura nem cuidados no preparo, podendo ser consumido inclusive imaturo. Com a maior fixação à terra o milho viria a assumir um papel ainda mais significativo, principalmente com

¹⁴ Região entre os os rios Moji, Piracicaba e Tietê, o quadrilátero entre as vilas de Moji Guaçu, Jundiá, Porto Feliz e Piracicaba.

as melhorias das condições de cultivo como locais apropriados para os estoques e um sistema de preparo mais complexo para utilizar o grão seco (Barghini, 2004:120).

Essa predileção pelo milho está refletida nas fontes do século XVIII. Em 1727, Gervasio Leite Rebelo, (apud Holanda, 1994:183), da conta de que a canjica grossa, sem qualquer condimento, era destinada aos negros e também aos roceiros sem recursos para comprar sal ou outro tempero. No códice de Costa Matoso¹⁵ (apud Holanda, 1994:183), da primeira metade do século XVIII, encontra-se a afirmação de que numerosos produtos de milho eram consumidos de forma constante nas minas descobertas pelos paulistas, estando disseminada por todo o interior.

Para Holanda (1994:186-187), a mandioca tinha uma produção no planalto tão ínfima que a farinha de mandioca consumida no século XVIII na cidade de São Paulo provinha toda do litoral, enquanto que nas expedições procedentes do planalto a farinha é sempre a de milho.

Na primeira metade do século XVIII o conde de Assumar identifica as espécies autóctones nos arredores da cidade de São Paulo: “(...) a mayor parte dos moradores vivem fora della em huas quintas, a que chamão Rosas, as quais não constam de outras plantas, que de milho farinha de Pao, e feijam e algumas frutas da terra, que tudo isso vem a ser o seu quotidiano sustento do paulista” (apud Candido, 2001:64).

Ainda no século XVIII, em sua obra *Cultura e Opulência do Brasil*, Antonil (1950:259), nos caminhos para as minas observa que “(...) há aqui roças de milho, abóboras e feijão, que são as lavouras feitas pelos descobridores das minas, e por outros que por ai querem voltar. E só disto constão aquellas, e outras roças, nos caminhos das minas (...)”.

Junto com essa preferência pelo milho assinalada acima, no contexto externo podemos acrescentar em nossa análise as novas idéias que começam a circular em Portugal e conseqüentemente no Brasil, que se preocupavam com a agricultura aqui praticada, bem como as plantas cultivadas. Autores como Navarro e Vandelli, afirmavam que no Brasil a agricultura de subsistência era praticada de forma rudimentar e predatória e os produtos cultivados neste sistema pouco rentáveis (Pádua, 2002:44).

Navarro (apud Pádua, 2002: 34-37)propõe medidas fundamentais para renovar a agricultura da colônia portuguesa, sendo a mais significativa, a introdução do arado, cujo objetivo era eliminar o nomadismo e sedentarizar a agricultura e ao mesmo tempo “extinguir

¹⁵ Papeis colecionados por um ouvidor de comarca na capitania de Minas Gerais.

aquelas raízes venenosas e inúteis que têm chupado toda a substancia da terra”, uma clara referência à mandioca.

Rodrigo de Sousa Coutinho, em mensagem enviada para vários governadores de províncias, em 1798, incluindo a de São Paulo, recomendava que a agricultura fosse incrementada pela introdução de “novos artigos de cultura” e aperfeiçoamento dos métodos tradicionais de cultivo (apud Pádua, 2002:57; Dean, 1996). Atendendo a solicitação, o governador de São Paulo proibiu a derrubada ou queimada de florestas consideradas “virgens” (Dean, 1996:151). Jose Bonifácio, o “patriarca da independência”, escrevendo sobre a agricultura na província de São Paulo, afirma que essa era em geral predatória, fruto do desleixo dos habitantes e da falta de braços (apud Pádua, 2002:145).

Assim, o ambiente intelectual e científico no fim do século XVIII abre caminho para significativas alterações das estratégias de subsistência do campesinato que se estabelecia na região, e que, segundo o pensamento corrente, deveriam ser transformadas, pois são vistas como reflexos da “preguiça e ignorância”. Como é o exemplo de Silva Lisboa (apud Dean, 1996:155), funcionário colonial, que considerava os praticantes da agricultura de coivara “vagabundos, que devastam, destroem e reduzem a cinzas as árvores mais ricas à beira d’água”, com técnicas comparadas às dos indígenas, e com o simples objetivo de fazer o “ruinoso plantio de mandioca”.

O que pretendemos mostrar nesse capítulo é compor o cenário histórico no qual o cultivo da mandioca se inseriu no Estado de São Paulo, bem como as mudanças pelas quais passou nos primeiros séculos da colonização. Com base nesta narrativa, é possível identificar dois momentos distintos. No primeiro momento, no início da colonização quando os colonos, mesmo já estabelecidos na região Planaltina, ainda possuíam fortes vínculos como o litoral, o cultivo da mandioca se mostrou predominante. A mandioca permitiu que nesta etapa o colonizador efetivasse o povoamento da faixa litorânea e do planalto adjacente, ao mesmo tempo em que estabelecia as condições ideais para a propagação do tubérculo.

Em um segundo momento, a partir de meados do século XVII, o cultivo da mandioca deixa de ser protagonista na agricultura do colonizador uma vez que o milho se mostrava mais adaptado às condições ecológicas do planalto paulista e também mais aceitável culturalmente devido a influência indígena Guarani. O cereal também atendia as necessidades de um mercado interno em expansão.

Síntese do capítulo: O cultivo da mandioca apresenta dois momentos distintos no Estado de São Paulo: em um primeiro momento, nos anos iniciais da colonização, o tubérculo

se apresenta como o cultivo principal, devido à combinação de condições ambientais, como solo e clima, e do contexto histórico, representado como uma forte influência cultural indígena e a vida seminômade dos primeiros colonizadores. A partir do século XVII, e principalmente no século XVIII, a mandioca começa a perder espaço nas práticas agrícolas dos habitantes de São Paulo. O clima mais ameno e os solos mais férteis do planalto abrem a possibilidade de produção de outros cultivares, como o milho e o trigo. As transformações do modo de vida dos habitantes, como um maior envolvimento com o mercado local, a intensificação do processo de interiorização e forte influência Guarani acabam por contribuir para que a mandioca tenha cada vez menos espaço na agricultura camponesa.

4. O cultivo da mandioca em São Paulo no século XIX.

Teodoro Sampaio (1978), em seu estudo sobre São Paulo no século XIX, define o início deste período como o de profunda mudança daquele modo de vida que foi característico dos paulistas durante os séculos anteriores. Segundo o autor (1978:61), haviam terminadas as “empresas audaciosas que tornaram celebre o nome paulista”, resultando em um processo de empobrecimento e paralisação. Porém, Sampaio também afirma que é neste mesmo século que os habitantes paulistas mais se empenham na prática agrícola, ocupando áreas até então cobertas de matas. Acompanhando esta expansão agrícola, o povoamento do território se fez em direção ao interior na medida em que essa atividade necessitava de novas terras, preenchendo os espaços vazios entre as grandes estradas reais e os postos avançados do sertão (Sampaio, 1978:61-82).

A expansão do povoamento e da fronteira agrícola da província de São Paulo entre os séculos XVI e XVIII, conforme visto no capítulo anterior, teve como base produtiva a agricultura itinerante. Segundo Muller (1923:26), este é o sistema agrícola ainda em uso na província de São Paulo no século XIX. Para este autor, a agricultura praticada pela maior parte da população da província, nos anos de 1835-36, se encontrava do mesmo modo que faziam os primeiros cultivadores ameríndios e colonizadores: roçar, queimar e plantar, ficando o terreno em descanso por alguns anos. Foi este sistema que passou a definir o campesinato paulista, o “caipira”.

Para alguns autores, é no século XIX que se encontra o produto do processo de formação da sociedade paulista dos séculos anteriores e a cristalização do modo de vida definido como “caipira” (Ribeiro, 1995, Candido, 2000), o camponês paulista. Nestas definições os elementos que se destacam são: a “rusticidade”¹⁶ e o “isolamento” nos sertões, que condicionava um envolvimento tímido com as vilas e cidades próximas. Somado a estas características encontrava-se uma produção baseada em técnicas e produtos nativos e no trabalho do núcleo familiar voltada quase que exclusivamente à subsistência. Esta definição nos é útil porque fornece ferramentas para podermos identificar esse “tipo” rural nos relatos dos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil nesse período. Desse modo, nosso objetivo neste capítulo será localizar as transformações no mundo rural paulista e localizar nesse contexto os grupos camponeses e o cultivo da mandioca.

¹⁶ Segundo Candido (2000) os “mínimos vitais”.

4.1. As transformações do mundo rural paulista.

A primeira forma de agricultura comercial lucrativa na província de São Paulo está relacionada ao envolvimento dos agricultores paulistas com o mercado interno. A produção dos pequenos produtores que cultivavam alguns produtos alimentícios voltados exclusivamente para a subsistência, mas que também alimentavam um incipiente mercado interno tem sido muito debatida na historiografia mais recente, e tem mostrado que são esses pequenos agricultores que alimentaram as fazendas monocultoras e as vilas e cidades, durante todo o período colonial, pelo menos até os fins do século XIX (Coelho, 2007; Foot-Hardman e Leonardi, 1982; Schwartz, 2001). Segundo Luna e Klein (2005:108-109), até a década de 1830 um terço das exportações de São Paulo para outras províncias provinham de gêneros alimentícios como arroz, milho e farinha de mandioca, produzidos principalmente por pequenas unidades agrícolas baseadas principalmente no trabalho familiar.

Porém, ainda no final do terceiro decênio do século XIX o mercado local, estimulado pelo dinamismo do comércio regional na área mineira e anteriormente abastecido por pequenos agricultores que produziam algum excedente por meio do trabalho familiar, começou a se transformar cedendo lugar a propriedades maiores com mão-de-obra escrava negra e especializadas na produção de gêneros alimentícios (Luna e Klein, 2005:122; Messias, 2003:32). O desenvolvimento destas últimas no cenário do mercado começa pouco a pouco a suplantar a pequena agricultura de subsistência.

O desenvolvimento desse tipo de economia provoca uma separação entre os agricultores, divididos entre aqueles que passaram a produzir em larga escala para o mercado interno, e aqueles que sem posse das terras praticavam uma agricultura de subsistência (Luna e Klein, 2005; Messias, 2003:32), sendo estes constantemente empurrados cada vez mais para o interior da província, ou para áreas economicamente marginais.

A essa transformação caracterizada pelo aumento do domínio e de desenvolvimento do mercado interno, soma-se outra grande mudança na economia e na sociedade paulista: o avanço da agricultura colonial de “plantation” centrada na monocultura de produtos voltados para o mercado colonial e baseada exclusivamente no braço escravo negro.

O cultivo da cana-de-açúcar é a primeira a dominar a paisagem agrícola. Em finais do século XVIII e início do XIX, a produção de açúcar na província de São Paulo recebeu investimentos para que o produto fosse beneficiado e assim pudesse obter a qualidade necessária para a exportação (Luna e Klein, 2005:52-57). Isso fez com que São Paulo, entre 1816 e 1836, experimentasse um grande aumento na produção de açúcar para exportação em locais como Jundiá, Mogi Mirim e Itu. Este crescimento está relacionado ao aumento no

porte das unidades produtoras, tanto no que diz respeito ao tamanho destas unidades, como também a sua capacidade produtiva baseada no braço escravo.

A expansão do cultivo da cana-de-açúcar transforma o modo de vida do “caipira” na medida em que o separa da terra e o insere de forma subordinada na economia mercantil, transformando-os em “agregados”, isto é, “(...) homens livres e sem propriedade que não foram integrados na produção mercantil propriamente dita, mas mantinham ligações com o sistema e contribuíam em parte para a sua sustentação” (Samara, 2005:94).

Aqueles que preferiam não se submeter na condição de “agregado”, eram obrigados a constantes deslocamentos, sempre pressionados pela expansão da fronteira agrícola monocultora. Assim, a expansão da lavoura açucareira exigia constantemente a derrubada de novas áreas de florestas, desalojando o pequeno agricultor e o cultivo tradicional de subsistência e deslocando-o para outras atividades complementares do grande latifúndio, como a condução de animais (Luna e Klein, 2005:58; Samara, 2005:75-77).

Apesar da importância do açúcar até os dias de hoje, a economia paulista, durante o século XIX, foi gradativamente dominada pelo cultivo do café. Sua entrada na província de São Paulo se deu pela parte setentrional do Vale do Paraíba, região com as mesmas características da região vizinha, no Rio de Janeiro. A lavoura cafeeira inicia-se em São Paulo no final do século XVIII em São João do Barreiro, Areais e Bananal chegando as áreas de São Sebastião e Ubatuba de onde atravessou a Serra do Mar, atingindo outras regiões.

No início da implantação do cultivo do café nessa província, esta cultura cooptou um grande número de pequenos agricultores devido aos reduzidos custos de ingresso na atividade, se comparados com a produção de açúcar. Porém, na segunda fase da economia cafeeira o número de escravos e o tamanho das terras passaram a ser importantes para a prática da cafeicultura (Luna e Klein, 2005:92-103). Nesta segunda fase do cultivo o café também está relacionado ao contexto externo. As mudanças econômicas e o desenvolvimento tecnológico dos Estados Unidos e da Europa, junto com o crescimento urbano e elevação do nível de vida, permitiu à grandes parcelas da população o consumo de produtos anteriormente relacionados aos mais abastados, como o próprio café¹⁷. Esta demanda impulsionou este cultivo a procurar constantemente novas terras, principalmente após o esgotamento do solo no vale do Paraíba.

O declínio da produção de café na região do vale do Paraíba estava associado a duas questões: o esgotamento das terras e a impossibilidade de expansão dos cafezais. Neste local as plantações eram feitas em fileiras para facilitar o trabalho da colheita, porém, acabaram por

¹⁷ Priore e Venâncio (2006:126) ainda destacam a expansão do café na Europa como um fenômeno cultural, uma nova moda de consumo, sendo exaltada em livros por toda a Europa.

provocar a erosão do solo e diminuição da fertilidade. Geograficamente, o relevo acidentado e com altas escarpas colocava limites à expansão dos cafezais e levou as plantações para outros locais que ofereciam condições para seu cultivo (Fausto, 2001:110).

A necessidade de constante incorporação de novas terras para a cultura do café pôde ser atendida no Oeste Paulista. Além da oferta de terras, a região apresentava características físicas favoráveis ao cultivo, como a presença da “terra roxa” de alta produtividade e um clima temperado (Fausto, 2001:110). Assim, a partir da década de 1850 o cultivo de café centralizou-se no oeste paulista, que se tornou a principal região cafeeira durante todo o restante do século XIX (Luna e Klein, 2005:82-84; Messias, 2003:54).

Associado ao cultivo do café em grande escala, também observamos uma alteração da cobertura vegetal do Estado de São Paulo: o desaparecimento da floresta Atlântica que dominava praticamente toda a área deste estado. Assim, a expansão dos cafezais, favorecidos tanto pelas políticas adotadas pelo governo brasileiro e paulista como pela grande demanda internacional, vai ser o principal protagonista nesta transformação (Dean, 1996), conforme mostra a figura 1.

FIGURA 1. SITUAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA - SÃO PAULO - (1854-1886).



Fonte: Conselho estadual do meio-ambiente - Mapas do desmatamento do Estado de São Paulo

Concomitante às essas transformações do mundo rural, o Estado português passa a ter um interesse maior na província de São Paulo. Este interesse já pode ser observado em finais do século XVIII, quando a província se inseria nos planos do império. Assim, em 1765, Morgado de Mateus, capitão geral da então restaurada capitania de São Paulo, foi instruído de ocupar a fronteira oeste da capitania e fazer produzir gêneros exportáveis.

Mediante essa preocupação com a província que, durante as décadas finais do século XVIII e no início do século XIX, foram providenciados vários estudos que procuravam

diagnosticar as causas da “decadência” da província e as medidas a serem tomadas para reverter esta situação¹⁸ (Medicci, s/d).

Uma das prescrições apontadas nesses estudos encomendados pelo poder público para tirar a província de São Paulo da “crise” era tornar a agricultura mais comercial. Para isso seria necessária a interferência do Estado sobre o universo “caipira”, liberando terras ocupadas por pequenos produtores e transformando-os em um mercado de mão-de-obra para a agricultura monocultora (Ribeiro, 1995:386-387).

Assim, paralelamente à expansão da cultura cafeeira é instituída a Lei de Terras, talvez a mais importante interferência do Estado português na paisagem rural, tanto na província paulista como em todo o país, possibilitando assim a liberação das terras para a agricultura exportadora. Neste período, inúmeras áreas ocupadas por pequenos agricultores caipiras acabaram por ceder lugar a imensas fazendas cafeeiras. Esses primeiros, na condição de posseiro não tinham como proteger suas terras do avanço dos grandes proprietários, apoiados agora pela legislação do Império. Isso dá início a um processo de concentração de terras, com cartórios avalizando títulos de velhas sesmarias, algumas no mínimo suspeitas, e desalojando os antigos posseiros. Assim, como nas áreas envolvidas na produção canavieira, aos “caipiras” restava tornar-se agregado nas fazendas, com ocupações das mais variadas, ou se deslocar novamente para áreas ainda livres do avanço latifundiário (Priori & Venâncio, 2005:134-135).

Na passagem para o período republicano a hegemonia dos cafeicultores sobre o Estado coloca a “maquina governamental” a serviço deste grupo, como por exemplo, a faculdade do Estado de dispor das terras devolutas, fator de grande importância para as áreas cafeeiras essenciais para a expansão do cafezais e desalojando os camponeses de suas terras (Ribeiro, 1995:401).

Dessa forma a penetração do Estado monopoliza a terra e promove uma reestruturação do modo de vida caipira, limitando seu acesso às terras mais produtivas ao mesmo tempo em

¹⁸ Andrada, Martim Francisco Ribeiro de. *Jornais das viagens pela capitania de São Paulo : copiados dos originaes que possui o socio Francisco Adolpho de Varnhagen / Martim Francisco Ribeiro de Andrada*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t.45, pt.1, p. [5]-47, 18—

Oliveira, Antonio Rodrigues Velloso de. *Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo* (1810). 2. ed. / pref. e notas de Antonio Barreto do Amaral. São Paulo : Governo do Estado de São Paulo, 1978.

Oliveira, Antonio Rodrigues Velloso d'. *Memória sobre a agricultura no Brasil* (1814). Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v.36, pt.1-2, 1873.

Cleto, Marcelino Pereira Cleto (1782). *Dissertação sobre a Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelece-la*.

Rendon, José Arouche de Toledo Rendon (1788). *Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na capitania de São Paulo / José Arouche de Toledo Rendon*. Separata de: *Documentos interessantes*, v.44.

que instaura outras formas de acesso e o integra em um sistema voltado para o abastecimento do mercado internacional.

Outras duas importantes transformações no mundo rural brasileiro e paulista são o processo de abolição da escravidão e a introdução da mão-de-obra imigrante, sendo que elas se encontram relacionadas.

Frente as constantes pressões externas e a própria especificidade interna, inicialmente o tráfico de escravos africanos e posteriormente a própria escravidão declinam e acabam por findar-se no final do século XIX¹⁹. Com o fim da escravidão, o negro liberto devido às condições à que foi exposto até aquele momento passa a ser resistente ao trabalho disciplinado nas fazendas, aproximando-se da cultura caipira, acostumado que estava aos mínimos vitais oferecidos pelos seus senhores. Desta forma o negro liberto se “caipiriza”, preferindo integrar um núcleo de economia de subsistência a engajar-se na condição de assalariado rural (Ribeiro, 1995:397-398).

Acompanhando o processo de fim da escravidão no Brasil, já a partir da segunda metade do século XIX (1847), começaram a surgir as primeiras experiências de substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre em alguns lugares, como na fazenda Ibicaba, localizada em Limeira, no interior da província de São Paulo.

Depois das primeiras experiências frustradas de imigração empreendidas por alguns fazendeiros, o Estado brasileiro assume o controle do processo. Desta forma, o fluxo migratório para o estado de São Paulo se intensifica, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Entre as diferentes etnias que se dirigiram para esta província fora, principalmente, de italianos. Entre 1887 e 1900, 73% dos imigrantes que entraram no Estado de São Paulo eram desta nacionalidade, atraídos pelos subsídios oferecidos pelo governo paulista, (Fausto, 2001:157).

Primeiramente, os imigrantes se estabeleceram em sistema de parceria. Nesse sistema o imigrante ficava com metade do rendimento líquido dos pés de café que cuidasse e mais a metade do cultivo dos produtos alimentares cultivados na terra a ele cedida, enquanto o restante cabia ao proprietário. Entretanto o endividamento como as despesas de viagem tornava-se impossível de quitar, levando-o a se dedicar cada vez mais às roças de subsistência, que lhe garantia a sobrevivência e podia ainda permitir uma comercialização do excedente cultivado. Assim, a agricultura praticada por esses imigrantes no sistema de parceria acaba por se aproximar do modelo praticado pelos sitiantes “caipiras” de outras

¹⁹ Sobre isso ver Priore & Venancio, 2006; Fausto, 2001;

regiões, voltado principalmente para a subsistência. Dessa forma o imigrante opta pela “campesinização” na medida em que as famílias investem sua força de trabalho na lavoura de subsistência comercializando um eventual excedente, obtendo assim certa autonomia frente ao grande fazendeiro (Burnier, 2000:59-60, Carvalho, 1978:83; Oliveira, 1993:66-68).

Porém o sistema de parceria logo foi extinto, uma vez que nenhuma das partes estava satisfeita com os rumos que este sistema tomou: o imigrante envolvido em dívidas impagáveis e o fazendeiro tendo sua mão-de-obra se afastando da produção de café. Com o fim das parcerias e o provável fim da escravidão justificaram a introdução do sistema de colonato a partir de 1880. Este sistema tentou corrigir os “erros” de parceria principalmente no que diz respeito a limitar a “campesinização” do imigrante, retirando-lhe a autonomia. No colonato o imigrante era remunerado pela tarefa e pela medida colhida de café, e as roças de subsistência eram permitidas de acordo com o número de pés de café cuidados (Burnier, 2000:59-60, Oliveira, 1993:66-68).

É o regime de colonato que implanta o assalariamento na vida rural paulista e brasileira. A possibilidade de se livrar das dívidas e tornar-se um proprietário vislumbrada pelo colono neste sistema o faz abandonar os cultivos voltados para a subsistência, se dedicando mais aos pés de café e passando a consumir os produtos comercializados nos barracões das fazendas, onde, segundo Ribeiro (1995:400-401), o fazendeiro se tornava comerciante. Assim, esta nova relação de trabalho nas fazendas de café buscou viabilizar um amplo contingente de mão-de-obra que pudesse ser usado exclusivamente na cultura do café (Gnaccarini, 1980).

O camponês nacional, mediante a imensa oferta de mão-de-obra estrangeira ocupando os espaços nas fazendas, novamente tem a opção de se integrar ao sistema, tornando-se também um assalariado das plantações monocultoras, ou, de novo, procurar outros locais, normalmente áreas “marginais”, aonde não chegava o alcance das grandes fazendas, para se instalar e dar continuidade ao seu modo de vida.

É nesse contexto agrário que os grupos camponeses descritos pelos exploradores estrangeiros que estiveram na província de São Paulo durante o século XIX são encontrados. Passaremos agora à localização do campesinato e de sua prática agrícola.

4.2 - Os camponeses nos relatos dos viajantes.

Em 1808, Mawe (1944:84), observa que nos arredores de São Paulo, as casas dos agricultores não passam de choupanas miseráveis, com chão sem pavimentação e compartimentos formados por vigas trançadas cobertas de barro. Em 1818, a mesma

observação sobre os hábitos dos camponeses paulistas é feita por Spix e Martius (1981:118-119) em Areias, onde os autores encontraram alguns colonos pobres que habitavam “(...) casas baixas, construídas com ripas amarradas com varetas entrelaçadas e barreadas (...)”. Estes dois (1981:116) também observam que as roças eram feitas na mata previamente queimada, e que seriam feitas novas plantações na época das chuvas. Ainda observam que, assim como em todo o Brasil, este era o método empregado em toda a província de São Paulo (1981:171).

Luís D’Alincourt (2006:25-26), passando por São Paulo em 1818, registrou a existência de uma comunidade de agricultores pobres vivendo aos arredores da Igreja Nossa Senhora do Ó, que cultivavam alguns produtos como a cana-de-açúcar, algodão e legumes para o próprio consumo, porém também para a produção de aguardente “(...) que forma o principal ramo do negócio” local. Ou seja, apesar da sua orientação para a subsistência, a agricultura caipira também produzia modestamente para o comércio local. Ao passar por São José de Mogimirim²⁰, Nossa Senhora das Dores da Casa Branca e no arraial de Franca, o mesmo D’Alincourt (2006:38-43) observa novamente a presença do mesmo tipo de agricultura de subsistência.

Saint-Hilaire (1974:74), em suas viagens pela província de São Paulo, entre 1819 em 1822, ao descrever a população da província, afirma que a maioria dessa população vivia no meio rural, se relacionando com os povoados e arraiais em ocasiões especiais, como os dias de missa. Era nestas ocasiões que levavam seus produtos para serem vendidos nesses locais, conforme atesta uma experiência do autor que mandou seu ajudante procurar milho nas vendas de Guaratinguetá e foi instruído pelos habitantes da vila a mandá-lo no domingo, quando iam à vila os habitante da zona rural.

Assim também é a descrição que ele dá sobre região de Moji-Mirim²¹ e de Pouso Alto, próximo do rio das Pedras. Ambas, são apresentadas pelo autor como pouco povoadas quase sem lavouras e com os habitantes estabelecidos “de longe em longe” (Saint-Hilaire,1976:83). Mas, apesar do isolamento, esses habitantes praticavam algum comércio vendendo gêneros alimentícios para os viajantes, principalmente milho, e uma vez por ano freqüentavam o mercado da cidade de São Paulo para vender toucinho e algodão e comprar sal e ferro (Saint-Hilaire, 1976:85-86).

Sobre o modo de vida desses habitantes rurais, Saint-Hilaire também dispensa atenção à rusticidade dos habitantes que ele encontra pelo interior da província paulista. Nas

²⁰ Grafia usada pelo autor.

²¹ Grafia usada pelo autor.

proximidades de Itapetininga chama os moradores de “genuínos camponeses”, destacando que não possuíam escravos e plantavam para a subsistência, e que estes chamam a atenção do viajante por sua extrema miséria. O mobiliário de suas casas “consistia em um jirau, num par de bancos e em alguns pilões, destinados a socar o milho e para fazer fubá” (1976:198). Sobre o método agrícola, nas redondezas de Moji-Mirim, ele observa que quando “a capoeira já se torna vigorosa” ela é “cortada e queimada, sendo as cinzas aproveitadas como adubo na recuperação da terra”, depois da colheita o local era deixado para descansar (Saint-Hilaire, 1976:107).

Nos últimos anos da década de 1830 o padre metodista Daniel Kidder (1972) ao percorrer a província de São Paulo encontra pelo caminho vários agricultores pobres vivendo em pequenos ranchos e sítios muitos precários que também se ocupavam em vender produtos agrícolas aos viajantes:

Ao entrar na casa - que era suja e fumarenta - encontramos de envolta com porcos, galinhas, gatos e cachorros sem conta,- um casal de pretos cujo meio de vida consistia, ao que nos informaram, em servir os viajantes. Depois de alguns rodeios destinados a preparar nosso espírito para o que eles imaginavam ser um preço exorbitante, deram milho aos animais (1972:176-177).

O mesmo tipo de informação nos oferece Hercules Florence (1943:50-51) no relato de sua viagem feita entre 1825 e 1829 cobrindo do Tietê ao Amazonas. Este autor descreve que no caminho de Porto Feliz à Cuiabá encontra uma população rural pobre que negocia algum milho com os viajantes. Ele afirma ter comprado 120 alqueires de farinha de milho, mas pagara-os “(...) em gênero, porque em Camapuan não há necessidade de dinheiro”, o que também nos dá uma idéia do isolamento da localidade.

Davatz (1980:58), imigrante suíço, registrou em suas memórias na fazenda Ibicaba na metade do século XIX, que aos colonos era dado uma parcela de terra para que estes pudessem abrir suas roças da mesma forma utilizada pelos nacionais:

Para obter boa terra de lavoura desbasta-se parte da mata. Com o emprego de machados e foices (lamina recurvada e fixa em uma das pontas e uma cabo que se empunha com ambas as mãos) ... Passadas duas ou três semanas – e essa operação é praticada em geral no mês de outubro, quase

sempre quente e enxuto – as ervas ficam completamente secas e boas para queimar (...) (1980:58).

Esse autor (1980: 103) ainda chama a atenção ao fato de que os sitiantes que ele encontrou já instalados na região costumavam vender, nos mercados próximos, a farinha de milho produzida ali.

Tschudi, em suas estadias no Brasil entre 1857 e 1868, reporta que os colonos imigrantes de Ubatuba dispunham de terras aráveis nas quais plantavam usando o método praticado em todo o país: corte-e-queima. Podiam também vender os seus produtos agrícolas no mercado local, além de suas atividades nas plantações de café. Ainda segundo o cronista, muitos destes colonos abandonavam o cultivo do café para se dedicarem apenas às suas roças (1980:16;151-152). A estratégia de cultivar alimentos que poderiam ser usados para a subsistência e também para obter algum “lucro” por meio da venda do excedente também é observado entre as famílias imigrantes na fazenda Santo Antônio, sendo, segundo o cronista, um procedimento muito comum em todos os cafezais de São Paulo (Tschudi, 1980: 195)

Se nos valermos do conceito de Cardoso (2004) de “brecha camponesa²²” os imigrantes descritos por Davatz (1980) e Tschudi (1980) desenvolviam atividades que nos permitem enquadrá-los como participantes do campesinato paulista: agricultura de métodos rudimentares, com a produção voltada essencialmente para o autoconsumo e um tímido envolvimento com o mercado local. Nesta mesma linha, encontramos nos relatos em Ribeyrolles (1980), no fim da década de 1850, a observação de que em alguns lugares de São Paulo se dava aos escravos pequenos lotes de terras onde ele podia cultivar e vender sua produção.

O português imigrado para o Brasil Augusto Emílio Zaluar (1975:49) ao passar por Bananal em sua peregrinação pela província de São Paulo, entre 1860-1861, encontra sua população habitando “as roças”, se dirigindo para a cidade apenas em eventos especiais, como eleições. Estes habitantes, segundo o cronista, eram “(...) mais guerreira do que agricultores, não trabalha, lida; e a atividade não produz, consome-se” e sua agricultura era notadamente nômade e de subsistência (1975:73).

Já no final do século XIX, o jornalista francês Max Leclerc (1942:79) enviado para o Brasil em 1889 para cobrir o início do regime republicano, registra o método agrícola ainda em uso no Estado de São Paulo. Descreve uma paisagem rural com “grandes troncos

²² Ver capítulo 1.

calcinados, desganhados, últimos vestígios da floresta virgem vencida pelo fogo e abatida pelo machado”.

Baseado nesses relatos podemos então afirmar que os habitantes rurais paulista são aqueles que definimos na primeira parte desta dissertação como camponeses. Porém, esta imagem cristalizada desse modo de vida no século XIX parece não se firmar diante das grandes transformações que ocorreram na província no decorrer desse século e que viriam a transformar profundamente o universo rural da província de São Paulo. Estas transformações estão relacionadas como o desenvolvimento da agricultura comercial, que atinge de forma direta os camponeses alienando-os de sua principal condição pré-existente, a terra.

4.3 - O cultivo da mandioca nos relatos dos viajantes.

Conforme assinalamos no capítulo anterior, no estado de São Paulo encontramos duas áreas de alimentação. A bibliografia consultada, incluindo-se pesquisas recentes (Marcílio, 2006; Schmidt, 1958; 1956; Sanches, 2004), têm demonstrado a ancestralidade do cultivo da mandioca entre os caiçaras do litoral paulista. Desta forma, nos interessa aqui localizar o cultivo da mandioca entre os camponeses que habitam, principalmente, a região do planalto, área marcada pela presença do milho.

Os viajantes que registraram a existência do que aqui chamamos de campesinato “caipira” na província de São Paulo também escreveram sobre sua prática agrícola e produtos cultivados.

John Mawe (1978:66), em viagem entre 1807-1810, afirma que a mandioca era alimento de todos e dedica uma atenção especial ao seu cultivo e uso: “Depois de plantarem a semente julgada necessária, preparam novo terreno, para o cultivo da cassava, aqui denominada mandioca, cuja raiz serve de alimento, indistintamente, a todas as classes do Brasil”.

O mesmo viajante também registra o cultivo da mandioca entre os escravos:

Limpo o solo, os negros abrem covas com enxadas, e nelas semeiam milho, feijão ou qualquer outra leguminosa (...) preparam novo terreno, para o cultivo da cassava, aqui denominada mandioca (...). O solo, para este fim, é melhor preparado; limpam-no com ancinho (...).(1978:66)

E em seguida nos oferece uma detalhada descrição do cultivo e preparo da raiz:

A mandioca raramente pode ser colhida em menos de dezoito ou vinte meses; se a terra é apropriada a produção varia de seis a doze libras por pé.(...) Esta raiz generosa exige pouco trabalho para substituir o pão. Depois de arrancada, levam-na e raspam-na, e a seguir passam-na num ralador de ferro ou cobre, extraem-lhe o suco e colocam-no sobre uma superfície quente, uma frigideira rasa, por exemplo, com quatro ou cinco pés de diâmetro, ou em uma de barro, sobre o fogo forte; a massa, até secar, é constantemente revolvida e quando se evapora toda a umidade, está pronta para ser comida. Se protegida da umidade, durará muito tempo (1978:67).

Spix e Martius (1981:122-128) encontraram o cultivo da mandioca entre os agricultores nos arredores da vila de Areias, no caminho para Guaratinguetá e na região de Jacareí, e em todos os casos ela aparecia sendo cultivada com outras espécies, principalmente com o milho. Estes alemães publicaram em sua obra tabelas com a lista de produtos agrícolas da capitania de São Paulo em 1814. Segundo esses dados, a produção de farinha de mandioca ocupa uma posição de destaque somando um total de 111.460 alqueires (Tabela 1).

Tabela 1 – Lista de produtos da lavoura na capitania de São Paulo em 1814.

Artigo	Quantidade	Preço corrente	Valor de todo o artigo
Milho	723.939 alqueires	240 réis por alqueires	173:757\$360
Açúcar	122.993 arrobas	O redondo 1\$600 O mascavo 1\$280 por arroba	98:394\$400 78:775\$520
Arroz	120.860 alqueires		116:025\$600
Farinha de mandioca	111.460 alqueires	960 réis por alqueire (descascado)	62:417\$600
		560 réis por alqueire	

Fonte: Spix e Martius, (1976:150).

D'Alincourt (2006:25-26), quando registra a presença de pequenos agricultores na freguesia de Nossa Senhora do Ó, assinala que esses cultivavam a mandioca para seu

consumo: “Os habitantes desta freguesia (...) colhem café, mandioca, algodão (...)”. Nos arredores da vila de Jundiaí, a maioria da população “(...) se aplica à cultura das terras” onde “(...) fazem farinha de mandioca (...)” (2006: 28).

Na cidade de São Paulo, Saint-Hilaire (1976:148) encontrou a farinha de mandioca entre as produções deste local. Quando em Santos observou o tubérculo plantado em pequena escala e voltado para o consumo (1976:152) e volta a registrar o cultivo da raiz quando se encontrava em Itararé, onde o autor afirma que “as terras que margeiam o (rio) Itararé são excelentes e geralmente apropriadas à cultura do milho, do arroz, do feijão e da mandioca” (1976:225). Quando este cronista (1974:71) volta à província de São Paulo, em 1822 observa que na vila de Guaratinguetá “são o açúcar, café, e mandioca o que mais se cultivava aqui”.

Na excursão que o padre Daniel Kidder (1972:198) fez a uma fazenda do Jaragué, nos arredores da cidade de São Paulo, o cultivo e preparo da mandioca, feito pelos negros, chamou a atenção do autor que declara que a mandioca “é o principal farináceo do Brasil e, por isso merece especial destaque”. Mas o que realmente o deixa curioso é a mandioca amarga: “sua particularidade consiste na existência de um terrível veneno, a par de qualidades altamente nutritivas”, servindo inclusive como remédio. Além desse tipo de mandioca, o cronista também registra a “manihot aipim”, desprovida de veneno (Kidder, 1972:202).

Hercules Florence (1943:06), na segunda metade da década de 1820, ao descrever a vida dos habitantes das regiões rurais da Província, faz menção à alimentação do paulista: “Não comem pão: em seu lugar usam da farinha de milho ou de mandioca que sabem preparar com perícia, alva como leite, e muito boa ao paladar”.

O naturalista francês Alcide D’Orbigny (1976:173) passando por São Paulo em 1832, no caminho pela região de Caçapava, “no meio de montanhas” encontra “belas plantações de milho, mandioca e cana de açúcar”. Fez a mesma observação para o vale do Paraíba, próximo a Lorena e Guaratinguetá, onde “via-se uma bela cadeia de colinas plantadas de feijão, milho, mandioca e tabaco”. Quando em Jacareí afirma que “o alimento comum da população é o milho, mais usado que a mandioca” (1976:174). Afirmação esta que nos permite concluir que o cultivo da raiz também era praticado nessa região, mesmo que em menor escala.

Em 1850, o imigrante Davatz (1980:120: 60) afirma plantar mandioca “em uma porção da grande praça quadrangular ao centro da colônia” de Ibicaba. Costume aprendido com os sitiantes nacionais que plantam “em roças especiais, geralmente perto das habitações (...) mandioca, batata doce e mangaritos (...)”. Esse autor também faz referência ao papel da mandioca na segurança alimentar ao imigrante:

(...) no lugar de onde se tiraram as raízes, coloca-se imediatamente um tolete de cerca de três polegadas, tirado da parte grossa e lenhosa da rama... Desse modo, sempre que não falte a terra indispensável (...) podem-se ter raízes na maior parte do ano (...) (1980:60).

Charles Ribeyrolles (1980:45-46), escrevendo sobre São Paulo no relato de sua viagem (1859-1860), comenta que os principais gêneros alimentícios são a mandioca o milho, o feijão e o arroz. À primeira dedica algumas linhas ao descrever as praticas de cultivo:

A mandioca é a raiz de um arbusto do tamanho da oliveira. Produz melhor que as leguminosas e permanece 15 a 18 meses no subsolo, onde adquire proporções consideráveis (...). A plantação e a cultura da mandioca são muito simples. Num terreno bem preparado, isto é, bem queimado distribuem as plantas em cinco ou seis polegadas de fundo, por intervalos iguais (...).

Porém, o que mais chama a sua atenção é método usado para a fabricação de farinha:

Arrancada, descascada e lavada em água corrente, ela é raspada, comprimida e torrada. Todas essas operações são necessárias e devem ser feitas a tempo, sem o que a fécula se azeda e perde. O suco dessa fécula é um veneno violento; porém, desde que a raspagem a reduz a polpa e que esta polpa se submete a uma torrefação enérgica, todo o principio tóxico desaparece. Apenas fica nas torradeiras uma farinha seca e branca, elemento essencial da alimentação brasileira, como o trigo na Europa (1980:45-46).

Há de se notar que quando comparados com os relatos dos viajantes que estiveram nas províncias do norte e nordeste do Brasil durante o século XIX, as referências sobre a mandioca na província de São Paulo apresentam diferenças tanto quantitativas e qualitativas. Naquelas regiões os relatos são mais detalhados e em maior número, conforme já demonstramos em capítulo anterior. Porém, quando analisamos os relatos que tratam da província paulista as referências são esparsas e, na maioria das vezes, muito breves. Seu cultivo e uso são apenas citados de forma breve.

Segundo Cormier (2005), a ausência de determinado elemento na paisagem pode ser tão revelador quanto sua presença. Dessa forma, esta ausência pode estar relacionada com a

invisibilidade que a mandioca (Adams et al, 2006) adquire frente aos viajantes devido a sua baixa produção voltada principalmente para o a subsistência de grupos marginais ou ainda pelo seu caráter de alimento corriqueiro entre a população paulista. Dessa forma, apesar da importância da mandioca na subsistência dessas populações, ela acaba por passar despercebida pelos estrangeiros que visitaram a capitania, província ou estado de São Paulo durante o século XIX.

Outro fator que pode ter contribuído de forma significativa para a escassez de referências ao cultivo da mandioca na província de São Paulo é a preferência pelo milho apresentada pelos camponeses paulistas, conforme mostra os relatos de alguns viajantes.

Assim, referindo-se aos moradores dos sítios, Luís D'Alincourt (1954:45), em 1818, escreve que “(...) o seu pão é a farinha de milho; para a fazerem lançam grão de molho até fermentar, pilam-no depois, e torram a farinha (...)”.

Davatz (1972:11-13), no interior da província paulista, registra em suas *Memórias de um Colono no Brasil*, o cultivo do milho: “Planta-se nesses lugares (...) abóboras (...). A abóbora é plantada juntamente com o milho e nos intervalos do milharal. Uma variedade mais fina, de forma achatada, a que chamam moranga, constitui legume apreciável”. Referindo-se à população de Jacareí, D'Orbigny (1976:174) diz que “alimento comum da população é o milho, mais usado que a mandioca”.

Hercules Florence (1977:10), escrevendo sobre os habitantes de São Paulo diz que eles “Não comem pão: em seu lugar usam farinha de milho ou mandioca que sabem preparar com perícia, alva como leite, e muito boa ao paladar.”

Spix e Martius (1938:211) escreveram que em São Paulo: “Planta-se aqui pouca mandioca, porém mais milho. Os habitantes daqui dizem que a farinha de mandioca é pouco saudável, tal como os habitantes do norte dizem da farinha de milho”, Ou ainda, como observou o oficial alemão Friedrich von Weech (1992: 123-124 apud Luna e Klein, 2005:120) em passagem por Jacareí observou que o milho tinha importância nas zonas temperadas comparável à mandioca nas zonas mais tropicais.

A constatação desse fato no levantamento de dados se colocou um obstáculo para a nossa pesquisa, uma vez que dificultava dimensionar o verdadeiro papel da mandioca entre o campesinato paulista durante o século XIX, e nos obrigou a confrontar os dados colhidos nas crônicas dos estrangeiros com informações obtidas de outras fontes historiográficas, etnográficas ou estatísticas, que de alguma forma tratam da agricultura paulista durante o século em questão.

4.4. A bibliografia e a presença da mandioca durante o século XIX.

Teodoro Sampaio (1978:63-64) mostra que em 1817, entre os artigos de exportação da província paulista encontrava-se a farinha de mandioca, acompanhada do milho, fumo, café, arroz, entre outros.

Dando conta do solo e da agricultura paulista, Muller (1923:25) escreve que “o terreno para Leste, para onde corre o rio Parahyba, e seus afluentes, é uma grande parte de matos”, planta-se para o próprio alimento produtos como milho, feijão, arroz, e mandioca. Esse mesmo autor nos mostra que, em 1836, a farinha de mandioca figura entre os principais produtos agrícolas em todas as regiões relacionadas pelo autor, embora sua importância varie de região para região (Tabela 2).

Tabela 2 – Quantidade produzida em valor dos principais produtos agrícolas da província de São Paulo em 1836.

Regiões	Importância Relativa	
	Milho	Farinha de mandioca
Vale do Paraíba	11,0	34,1
Região da capital	16,7	20,4
Oeste Paulista	45,8	5,5
Caminho do Sul	26,5	21,7
Litoral	-	18,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Daniel P. Muller (1978)

Gilberto Leite de Barros, em sua obra *A cidade e o planalto (1967)*, afirma que o caipira paulista, no que diz respeito à agricultura, adotou os “costumes” do indígena, derrubando e queimando a mata para semear a roça, feita de maneira itinerante. Os produtos cultivados nesses “roçados” eram mandioca, milho ou cana. Mesmo já no século XIX, a alimentação do caipira, que segundo o autor “continua a comer farinha-de-pau, mingau de tapioca, beiju de milho ou de mandioca” (Barros, 1967:317) nos dá a constatação de que a mandioca estava presente em sua agricultura.

Essa informação se confirma quando observamos os dados estatísticos de Muller (1978). Dos dados levantados por este autor, podemos concluir que o cultivo da mandioca, na província de São Paulo em 1836, ocupava um lugar de destaque, como mostra a produção de farinha de mandioca, muito superior à quantidade produzida de farinha de milho (Tabela 3).

Tabela 3 - Valor da produção e importância relativa dos produtos agrícolas na província de São Paulo em 1836.

Produtos	quantidade	porcentagem do valor do produto
Milho em toneladas	93.238	34,3
Farinha de mandioca em alqueires	89.765	1,0
Farinha de milho em alqueires	2.451	-

Fonte: Daniel P. Muller (1978)

Antonio Candido (2000:63), em seu clássico *Parceiros do Rio Bonito*, ao construir sua definição de “caipira”, afirma que sua dieta durante o século XIX e início do XX era a mesma que fora estabelecida pelo Regimento de dom Rodrigo de Castel-Blanco: mandioca, feijão e milho.

A análise dos dados, em uma perspectiva local, também aponta para a persistência do cultivo da mandioca. Muller (1923:124-129) faz uma relação de 47 distritos paulista e suas respectivas produções, a farinha de mandioca aparece de forma expressiva em mais de 50%. Da mesma forma, nos estudos de caráter mais regional a mandioca também figura entre os cultivos camponeses. Segundo dados apresentados por Luna e Klein (2005:111), em Areais, em 1820, por exemplo, as unidades agrícolas baseadas na família eram responsáveis por 50% da produção de farinha de mandioca. Na mesma localidade em 1836 o distrito produz ainda 13.600 alqueires de farinha de mandioca (Muller, 1923:124).

Na vila de Cunha, entre os agricultores sem escravos, por isso menos integrados ao mercado local, os cereais, como o milho, juntos com a mandioca, apesar das oscilações, ocupa a uma posição de certo destaque no valor da produção, conforme mostra a tabela 4.

Tabela 4. Quantidade, valor e comercialização da produção agrícola em Cunha, 1804-1835.

Produtos típicos de Exportação	Porcentagem no valor da produção				
	1804	1810	1816	1823	1835
Café e Açúcar	2,8				0,1
Tabaco e Algodão	0,3				0,9
Produtos típicos do mercado interno					
Cereais e mandioca	23,8	0,3	8,9	16,6	74,5
Toucinho	32	84			23
Animais	40,9	15,6	91,1	83,4	2,0

Fonte: Luna e Klein (2005: 119).

No Vale do Ribeira, sul do estado de São Paulo, Petrone (1960:80-83) escreve que esta região já era ocupada pela população indígena que se deslocava do planalto para o litoral. Durante os séculos XVII e XVIII esta região foi povoada por colonizadores a partir de núcleos como Cananéia e Iguape, primeiramente à procura de ouro. Assim, grupos humanos vão se instalando às margem do rio Ribeira de forma dispersa pelo território ou formando núcleos como Xiririca. Obedecendo ao ritmo da atividade mineradora, esses habitantes também iam deixando pelo caminho roças de subsistência, onde a mandioca tinha um lugar garantido. No século XVIII a mandioca e o arroz eram as culturas mais importantes da região, adquirindo um caráter comercial, inclusive com uma produção mais significativa por volta de 1785. Com a decadência da mineração muitos mineradores se voltaram para a atividade agrícola onde a mandioca, o arroz e a cana eram os principais recursos. No século XIX, a expansão do povoamento do vale do Ribeira prosseguiu de forma lenta e dispersa, onde os “capuavas²³” e “ribeirinhos”, habitantes destes novos espaços, ocuparam as terras por meio do sistema tradicional, em uso em toda a baixada, abrindo clareiras para o cultivo de subsistência “à margem do império do café” (Petrone, 1960:89-101). Nestas áreas eram cultivados o arroz, principal produto de exportação, um pouco de cana, feijão, milho, fumo e, obviamente, a mandioca (relatório da Província de São Paulo, 1888, apud Petrone, 1960:96).

²³ Segundo Petrone (1960) os “capuavas”, eram aqueles que habitavam os morros e grotões das áreas mais afastadas do eixo de circulação

Ainda no vale do Ribeira, Andrade (2003:33), no seu estudo sobre os “agricultores familiares de tradição cabocla”²⁴, sugere que estes agricultores se espalharam pela região do vale do Ribeira, principalmente, após a crise da produção de arroz no século XIX, quando os agrupamentos caiçaras, capuavas e ribeirinhos vão florescer. Nos fins do século XIX quando a crise do arroz já se tornava mais intensa e grandes propriedades se fragmentaram, os antigos agregados, sítiantes livres e descendentes de escravos se espalharam pela região.

Esses grupos ocuparam os espaços adotando um modo de vida que ainda perdura entre alguns habitantes da região: “(...) a predominância da agricultura e do modo de vida caboclo”, plantando entre outras plantas a mandioca e dependendo das “possibilidades ou limitações do meio” e dos recursos disponíveis (Andrade, 2003:39). Nessa mesma região, a partir do século XVII inicia-se a entrada de mão-de-obra escrava utilizada na mineração, e que vai dar mais tarde origem às comunidades quilombolas que existem hoje na região. Este fluxo de pessoas das mais diversas condições dá origem a grupos familiares de lavradores, vivendo numa economia de subsistência, “organizando sua vida socioeconômica nos moldes do sítiante tradicional brasileiro: lavram a terra, ainda virgem e abundante, utilizando-se de técnicas, instrumentos e métodos rudimentares de cultivo (...). O trabalho agrícola é realizado na maior parte pelos membros das famílias elementares”. No maior quilombo do Ribeira, Ivaporanduva, o cultivo do arroz, do feijão e da mandioca, são historicamente praticados por seus habitantes (Queiroz, 2006; Andrade et al, 2000).

Os estudos sobre os camponeses habitantes do litoral paulista, no século XIX, apontam para a continuidade, desde o início da colonização, de um sistema de subsistência centrado no cultivo da mandioca. No litoral de Ubatuba, por exemplo, no início do século XIX, a maioria dos agricultores se apropriou de uma parcela pequena de terra, onde praticava sua agricultura de forma extensiva e itinerante, baseada no corte-e-queima e onde a mandioca possuía um lugar de destaque, servindo para o próprio consumo, para abastecer o mercado local e até exportar para outros portos algum excedente. Em 1818 a produção de farinha de mandioca no município de Ubatuba correspondia a 69% da renda de exportação (Marcílio, 2006:131). Escrevendo sobre os caiçaras do litoral sul do estado de São Paulo, Sanches (2004:62) afirma que pelo menos até o início do século XX, a vida caiçara era “caracterizada pela economia de subsistência voltada aos cultivos em pequena escala” de diversos produtos, entre eles a mandioca.

²⁴ A autora concorda com Petrone (1960) da divisão desses grupos em capuavas, caiçaras e ribeirinhos, conforma Petrone (1961)

No litoral Sul paulista, na região conhecida como Juréia-Itatins, Cali (1999) enumera três tipos de padrão de assentamento: o caiçara, o capuava ou ribeirinho e o fazendeiro. Segundo este autor, os caiçaras faziam suas roças próximas da praia ou no interior da floresta de Mata Atlântica. Já o capuava e ribeirinho praticavam a agricultura mais distante da costa, no interior da mata e nas encostas dos morros.

Durante o século XIX, nos dois primeiros padrões de assentamento, caiçara e capuava, predominava a agricultura de coivara com sistema de rotação de terras, voltada essencialmente para a subsistência, porém com uma eventual venda do excedente. Esta atividade agrícola desenvolvida pelo caiçara e pelos capuavas e ribeirinhos tinha como principal produto o cultivo da mandioca para a produção de farinha (Cali, 1999:129-174).

No interior do estado, na região de Franca, nordeste paulista, no século XIX, existia uma agricultura de subsistência que atendia aos próprios agricultores e também ao mercado local, onde a mandioca, bem como o milho, algodão, estava entre os principais produtos cultivados (Oliveira, 1997:56-57).

Em um trabalho sobre a região de Araraquara no início do século XIX, Messias (2003:28) afirma que quando esta região ainda era “boca do sertão”²⁵ predominavam as pequenas e médias unidades agrícolas baseadas no trabalho familiar que produziam milho, arroz, feijão e mandioca para a subsistência, porém comercializando o excedente no incipiente mercado local. Para Bierrenbach (1998:179), nas fazendas araraquarenses a alimentação baseava-se no que era cultivado nas hortas, estando a mandioca entre as plantas mais freqüentes. Na região de São Carlos, em 1810, o cultivo da mandioca, junto do milho e do algodão, formava a base econômica do distrito (Muller, 1923:126; Messias, 2003:29).

Petrone (1995:326), em um estudo sobre os aldeamentos paulistas afirma que no século XIX estes locais estavam desaparecendo, sendo incorporados aos núcleos “caipiras” ao redor da cidade de São Paulo. Segundo o autor, nesses antigos aldeamentos agora transformados no “cinturão caipira”, a agricultura era praticada de “forma” tradicional, baseada no cultivo da mandioca e do milho. Seus habitantes eram produtores rurais que produziam principalmente para o consumo, mas também vendiam o excedente no mercado de Santo Amaro. Segundo Muller (1923:125) no distrito de Santo Amaro, a farinha de mandioca era um dos principais produtos (Tabela 5).

²⁵ Regiões distantes e “isoladas” dos centros urbanos dinâmicos mais antigos.

Tabela 5 – Principais produtos do distrito de Santo Amaro – 1936.

Produto	Quantidade produzida
Café	39 arrobas
Arroz	761 alqueires
Farinha de mandioca	7.939 alqueires
Milho	13.812 alqueires

Em um desses antigos aldeamentos de que fala Petrone, está a região de Itapecerica da Serra, uma área que segundo Fukui (1979:108), apesar da ausência de estatísticas para o século XIX, foi caracterizada pelos “cultivos tradicionais do meio caboclo” como milho, feijão, mandioca e batata.

Com base nos relatos dos viajantes e nesta bibliografia apresentada acima podemos finalmente dimensionar a importância da mandioca entre a agricultura do campesinato paulista do século XIX. Seu cultivo e consumo, principalmente na forma de farinha, pelo menos até a primeira metade deste século, ainda ocupava uma posição considerável, tendo inclusive uma expressiva participação no mercado local e até no mercado entre províncias. Porém, vale destacar que ela não é o principal cultivo, aparecendo sempre como coadjuvante à outras espécies cultivadas, principalmente o milho.

Apesar das fontes aqui utilizadas não deixarem claro qual a variedade de mandioca recebe um maior destaque nas “roças”, podemos inferir, principalmente pela grande quantidade de referências à farinha de mandioca, que a variedade conhecida como amarga, se encontrava disseminada por toda a província de São Paulo, sendo, portanto amplamente cultivada.

4.5 - A decadência do cultivo da mandioca no século XIX.

Apesar de disseminado por todo o território de São Paulo durante o século XIX, como vimos na seção anterior, o cultivo da mandioca já começava a dar sinais de declínio ainda neste mesmo século, dando início a um processo que vai ser intensificado no século XX.

Carlos Borges Schmidt (1958:12), ao falar das áreas de alimentação em São Paulo afirma, apoiado em autores como Teodoro Sampaio e Saint-Hilaire, que “pequena seria, assim, a importância dada à mandioca, como alimento, entre a gente que povoava o planalto paulista”. Spix e Martius (1981:152) falando sobre a província de São Paulo de modo geral afirmam que se planta pouca mandioca pelo motivo dos habitantes paulistas acharem que ela é pouco saudável, e de acordo com seus dados sua produção tendia à queda. Entre os produtos

exportados pela capitania de São Paulo em 1805 e 1807 a mandioca sofre uma considerável queda, passando de 4.300 alqueires para 650 alqueires em 1806 e não se recuperando mais em 1807, permanecendo em 1.720 alqueires (Spix e Martius, 1981:151).

Tabela 6 – Exportação da capitania de São Paulo para a Europa. 1801-1807

Ano	Quantidade (alqueires)
1801	-
1802	120
1803	270
1804	450
1805	4.300
1806	650
1807	1.720

Fonte: Spix e Martius (1981:152-153)

Dissertando sobre as riquezas da província de São Paulo D’Orbigny (1976:178) também nos dá indicação da situação da mandioca em terras paulistas: “A principal cultura é o milho, vendo-se em compensação, poucas plantações de mandioca. Os habitantes dessa província consideram a farinha de mandioca como malsã (...)”.

Para Candido (2001:66-68), a mandioca, um dos lados do “triângulo básico da alimentação caipira”, elemento característico do campesinato paulista, começa a ser substituída pelo arroz, que se espalhou pela província de São Paulo a partir do século XIX, diminuindo assim seu cultivo. Isso acaba por se refletir em uma queda no cultivo do tubérculo, como o próprio Candido (2001) observaria anos depois no seu trabalho etnográfico *Parceiros do Rio Bonito*.

Em seu estudo sobre as populações caiçaras no litoral norte de São Paulo, tipicamente produtora de farinha de mandioca, Marcílio (2006:130) observa que em 1818, 69% da renda da exportação local provinha da venda de farinha de mandioca. Em 1820 esse valor caiu para 43%. Em 1836, representava apenas 1,5% da exportação. Quanto à produção de farinha de mandioca no município de Ubatuba, esta autora também registra uma queda (Tabela 7).

Tabela 7 – Produção per-capta de farinha de mandioca em Ubatuba. 1801-1830

Ano	Produção (alqueires)
1801	4,71
1820	11,51
1830	3,59

Fonte: Marcílio (2006:131)

A mesma tendência à queda é encontrada em Areias. Na década de 1820 as pequenas unidades agrícolas de trabalho familiar, responsáveis por quase da metade da produção de farinha de mandioca somavam 130 agricultores. Em 1829, restavam apenas 35 produtores que correspondiam à apenas 10% do total da produção de farinha²⁶ (Luna e Klein, 2005:134-135).

Os dados estatísticos de Muller (1923) também mostram uma produção de farinha de mandioca muito pequena quando comparada a outros produtos. Sua safra média no ano de 1836 foi de 89 mil alqueires, enquanto as safras de arroz e milho foram da ordem de 250 mil a 300 mil alqueires.

Tabela 8 - Principais produções em São Paulo- 1836

produto	Quantidade
café	588.136 arrobas
açúcar	563.108 arrobas
aguardente	46.728 canadas
arroz	341.220 alqueires
f.mandioca.	79.765 alqueires
feijão	237.116 alqueires
milho	3.870.020 alqueires
azeite am	666 med. medidas
fumo	11.773 arrobas
algodão ra	9.282 arrobas
toucinho	12.990 arrobas
marmelada	30 arrobas
f. milho	2.451 alqueires
trigo	26 alqueires

Fonte: Muller (1923)

²⁶ Nas outras localidades estudadas pelos autores a mandioca não está na relação de produtos.

Dessa forma, essa ultima seção deste capítulo nos deixa entrever que apesar da mandioca, durante o século XIX, ter sido cultivada em todo o território paulista, observamos que esta prática já se encontrava em declínio, mesmo que ainda de forma atenuado, até mesmo em áreas onde sua predominância era mais acentuada, como no litoral do Estado de São Paulo, caracterizado como sua “área de alimentação” (Schmidt, 1958:12). Aqui também podemos inferir que dentre as duas variedades de mandioca, o declínio sobre o cultivo se concentrou mais na variedade “amarga”, como pode ser notada pelas referências ao declínio da produção de farinha de mandioca (Tabela 6, Tabela 7) (Candido, 2001, Marcílio, 2006, Luna e Klein 2005, Muller, 1923). Dessa forma, confirma-se a tese defendida na primeira parte deste trabalho, de que o declínio do cultivo da mandioca apresentado no presente no Estado de São Paulo faz parte de um processo histórico que se intensificou principalmente a partir do século XIX e está relacionado com as transformações que atingiram os seus principais cultivadores, os camponeses.

Síntese do capítulo: Neste capítulo procuramos primeiramente apontar as transformações que ocorreram durante o século XIX no Estado de São Paulo e que atingiram o universo rural. A partir desta contextualização apresentamos, por meio dos relatos dos viajantes e da bibliografia consultada, que entre os pequenos agricultores do Estado de São Paulo o cultivo “tradicional” da mandioca, apesar era praticado apesar do tubérculo não representar o “staple food”, papel pertencente ao cultivo do milho. Também observamos que o cultivo da raiz já começa a dar sinais de declínio ainda neste século.

5 - O cultivo da mandioca no Estado de São Paulo no século XX.

O Estado de São Paulo, durante a primeira metade do século XX, passou por grandes transformações que tiveram como consequência a intensificação daquele processo que havia se iniciado no século XIX, transformando profundamente o mundo camponês paulista. No início do século XX, o Rio de Janeiro vivenciava uma grande remodelação do espaço em função dos interesses da nova classe dominante. A cidade vivia uma “febre de obras” que transformaria também a vida de seus habitantes²⁷. Assim, estas transformações iniciadas em 1904, transformaram o Rio de Janeiro em referência de modernização para o restante do país e tinham por objetivo redimir os brasileiros da imagem pejorativa atribuída pelos estrangeiros de um país atrasado e primitivo. Porém, ao se tornar o modelo de “redenção” civilizadora para o povo brasileiro, o Rio de Janeiro moderno também criou uma dicotomia na sociedade brasileira: tornava as relações entre o campo e a cidade antagônicas, identificando o primeiro como herdeiro do mundo arcaico colonial, enquanto a cidade, o mundo urbano, significava a modernização e o progresso. Para os adeptos da “modernização” era necessária a transformação também do habitante do mundo rural tornando-o compatível com a nova ideologia do trabalho e de progresso. Assim, ao construir a imagem de um Brasil moderno que deveria ser redirecionado para o caminho da industrialização e da urbanização, relegava-se o “caboclo”, habitante do mundo rural por excelência, ao papel de entrave para o avanço da civilização, da modernidade e do progresso, uma herança do passado colonial que precisava ser superada e esquecida (Carola s/d; Sevckenko, 2003; Ferraro, 2005). Esta dicotomia entre o campo e a cidade vai persistir pelo menos até o advento da “Revolução Verde” na década de 1960.

Paradoxalmente, tem início uma série de iniciativas para modernizar o mundo rural, apesar da posição conservadora dos grandes cafeicultores. Com a ascensão de um novo modelo socioeconômico de desenvolvimento aumenta a preocupação em modernizar o sistema agrário brasileiro.

Assim, durante toda a primeira metade do século XX e também nas primeiras décadas da segunda metade, observamos que a necessidade de transformar o modo de vida do camponês tradicional paulista foi uma constante, estando presente na literatura, em artigos científicos e trabalhos acadêmicos. Assim, este capítulo pretende apresentar de forma resumida as transformações pela qual o campesinato passou durante as seis primeiras décadas do século XX e que transformaram aquele modo de vida camponês encontrado no século

²⁷ Inauguração da Avenida Central, instituição da vacina obrigatória, demolição de cortiços são algumas dessas “obras” e ações.

XIX. Uma vez definido esse quadro procuramos localizar a situação do cultivo da mandioca entre esses grupos e seu papel nesta nova ordem econômica.

5.1 - Transformações no modo de vida camponês.

No início do século XX, a principal preocupação do governo brasileiro, tanto estadual como federal, ainda estava voltada para o café, porém, os problemas de superprodução e de mão-de-obra já se faziam sentir urgindo uma busca mais acirrada de soluções. Assim, a “modernização” da agricultura paulista tinha como prioridade neste primeiro momento o barateamento dos custos de produção, assim aumentando a competitividade do café no mercado exterior (Ferraro, 2005:54).

O processo de transformação do mundo rural e de seus habitantes começa a tomar contornos práticos com a chegada ao poder de Jorge Tibiriçá e Carlos Botelho, entre 1904-1908, respectivamente como presidente do Estado e seu secretário da agricultura. Neste período, alguns aspectos da agricultura camponesa, como a itinerância, a agricultura de coivara e a diversidade “excessiva” de espécies cultivadas acabam por se tornar alvos diretos dos ataques de Botelho. Sua primeira iniciativa foi distribuir mudas e sementes de espécies e variedades mais comercializáveis, que visavam ao mesmo tempo controlar a diversidade de cultivos dos pequenos produtores, e resolver a questão da itinerância (Ferraro, 2005:61). As mudas e sementes distribuídas, principalmente de árvores frutíferas, não favoreciam o padrão de mobilidade da agricultura caipira, pois exigiam do agricultor cuidados constantes com a plantação.

Acreditando que a itinerância também estava relacionado à existência de terras devolutas, estas foram catalogadas e vendidas à imigrantes na forma de pequenos lotes de terras onde pudessem produzir para o consumo próprio e também para o mercado interno, sendo este último prioritário (Ferraro, 2005:68). Desta forma, os grandes espaços e disponibilidade de matas, que permitiam a vida seminômade do camponês seriam ocupados. Durante os governo de Tibiriçá foram fundados dois núcleos colonizadores nesses moldes, e em 1913, uma nova experiência desse tipo foi realizada na área do Vale do Rio Ribeira de Iguape, com a introdução de agricultores japoneses que praticavam uma agricultura exclusivamente comercial, como o chá (Ferraro, 2005:70; Andrade, 2003:71).

Os ocupantes das terras, imigrantes ou nacionais, seriam a mão-de-obra assalariada absolvidas pelas fazendas da época com maior carência de braços para o trabalho durante a colheita. No resto do ano, a subsistência retirada de seus lotes de terras desobrigava o fazendeiro com o sustento desses trabalhadores. Desta forma, os custos com mão-de-obra

caíram significativamente e o café adquiriu competitividade, conforme o projeto de modernização dos fazendeiros paulistas mencionado acima (Ferraro, 2005:68-71).

Concomitante a todo esse esforço do governo paulista em transformar o mundo rural, o café continuou a se expandir sobre o solo paulista, impulsionado ainda mais pela política de valorização que fez com que entre 1906 e 1915, o preço se tornasse um grande atrativo para a expansão dos cafezais. Estas mediadas acabam por incentivar ainda mais a expansão da cafeicultura, conforme testemunhou Monteiro Lobato (1995) por meio de sua crítica à mentalidade monocultora no conto *Café! Café!* se referindo às cidades do vale do Paraíba, que com o fim do ciclo do café se encontravam em plena decadência.

Na obra de Cornélio Pires (1987:5-7 apud Mariano, 2001:20), encontramos então testemunhos de que a vida do homem do campo estava em transformação. Este autor, em 1921²⁸, registrou os “caipiras” paulistas como desalojados de suas terras, submetido à condição de parceiro e uma integração a outras atividades que não a agrícola. Para o autor o “caipira” já não habitava um mundo exclusivamente rural: “É fato: o caipira puxador de enxada, com a maior facilidade se transforma em carpinteiro, ferreiro, adomador, tecedor de taquaras e guembê, ou construtor de pontes”. Ou seja, ele se encontrava cada vez mais praticando outras atividades monetarizadas que não a agricultura. Este fato parece se justificar por já não mais ter a posse das terras, mas estar cultivando em propriedades alheias: “(...) são forçados a trabalhar como camaradas, a jornal”, se tornando cada vez mais dependente do dinheiro para garantir sua subsistência.

A partir da década de 1930 os sintomas de esgotamento do modelo socioeconômico praticado até então, intensificados pela quebra da bolsa de Nova York em 1929, levaram ao retraimento da política de valorização do café e a ascensão de um novo modelo de desenvolvimento (Fausto 2001; Paiva: 2002).

Na ascensão desse novo modelo socioeconômico, baseado na industrialização e na urbanização, a agricultura passou a desempenhar um novo papel na economia brasileira, em consonância com o projeto da acumulação capitalista no país: gerar recursos necessários à industrialização interna, produzir gêneros alimentícios para garantir a reprodução da mão-de-obra nas cidades, e depois de mecanizada, permitir o deslocamento da mão-de-obra do campo para a cidade. O mundo rural não é mais visto como o entrave para o desenvolvimento moderno urbano-industrial, mas sim como um complemento, articulado aos setores urbanos (Paiva, 2002:27).

²⁸ Data da primeira edição de *conversas ao pé do fogo*.

Portanto, modernização nesse período, tem o sentido de articulação entre os setores agrários e urbanos da sociedade, promovendo a ocupação dos espaços “vazios” do território, porém, sem operar grandes transformações estruturais no sistema agro-exportador já existente. Assim, são criadas as colônias agrícolas nacionais em Goiás, Amazonas e Pará, baseadas na pequena propriedade e com a função de abastecer os mercados consumidores das capitais destes Estados, porém sem concorrer com o setor agrário-exportador (Paiva, 2008:27-28).

É nesse sentido de “modernização” que podemos entender algumas medidas práticas adotadas sobre o mundo rural paulista (Paiva, 2008:28). Em 1933 a Secretaria da Agricultura produziu um estudo com a relação sobre terras devolutas livres para a venda²⁹. Os moradores destas áreas deveriam se adequar aos novos mecanismos impostos para a legalização da propriedade da terra, como por exemplo, o tempo de colonização. Assim, eles estariam livres de apresentar título de propriedade se comprovassem moradia habitual, que seria caracterizada pelo beneficiamento da terra através do cultivo e estrutura residencial com mais de cinco anos e comprovar que não deviam nenhum tipo de imposto (Paiva, 2002:59-63). Na prática, os posseiros pobres acabam por desistir da propriedade uma vez que sobre ela sempre incidiam impostos que eles não tinham condições de pagar, mesmo diante de comprovada ocupação da terra. Paiva (2002) mostra que este foi o caso dos posseiros das terras devolutas do vale do Ribeira.

Dessa forma, o camponês que não conseguia a titularidade das terras era obrigado a abandoná-la, deslocando-se para as cidades, onde vai se integrar como mão-de-obra na crescente indústria urbana ou passar a ocupar áreas cada vez periféricas a todo esse processo. Aqueles que conseguiam o título de propriedade recebiam junto o ônus de centrar sua produção agrícola no abastecimento dos centros urbanos. Um exemplo desse tipo de colonização efetuada pelo Estado foi o processo de discriminação de terras devolutas na gleba de Juquiá, no vale do Ribeira. De sua demarcação, em 1931, até 1939, 92,3% do total de terras demarcadas já haviam sido ocupadas. Esta mesma tendência é observada em outras áreas do litoral sul paulista e no vale do rio Ribeira (Paiva, 2002:71-78). Esta distribuição de terras devolutas tinha por base manter a pequena propriedade, entre 12 e 24 hectares e dar preferência para aqueles agricultores que dependiam do trabalho familiar. Assim, alguns elementos tradicionais de uso da terra são mantidos, como a pequena propriedade e o trabalho familiar, porém sua articulação com o mercado se torna mais intensa (Paiva, 2002).

²⁹ Grande parte dessas terras se encontrava na baixada vicentina, Litoral Sul e Vale do Ribeira de Iguape, além das áreas de S.J. do Rio Pardo, e Bauru.

Essas medidas adotadas pelo Estado visavam acabar com aquele campesinato que ainda conseguia manter certa autonomia por meio da ocupação e exploração da terra. Assim, o posseiro, por ser um trabalhador que não vendia sua força de trabalho, não tinha a propriedade legal das terras, o que o eximia de pagar impostos, subvertia a ordem capitalista vigente. Transformar este posseiro em proprietário seria inseri-lo no domínio do capital, ficando impossibilitado de continuar sua exploração tradicional do ambiente, centrada na produção de gêneros para a subsistência e para o mercado local e baseada na agricultura itinerante. Aqueles que não eram inseridos nesse cenário eram obrigados a abandonar suas terras (Paiva, 2002:96).

Já no período pós-segunda guerra, pelo menos até meados da década 50, notamos uma aceleração do processo de industrialização e urbanização e um aprofundamento da integração entre agricultura e indústria. Aliás, um dos fatores que permitiu esta aceleração foi o crescimento da oferta do setor agrícola sem a necessidade de grandes investimentos infraestruturais e financeiros - pelo menos nada além do que estava sendo feito para a indústria - evitando assim o aumento no custo da mão de obra urbana (Beskow, 1999). A integração intersetorial se intensifica entre alguns ramos da produção agrária e do segmento industrial processador de matérias-primas, fazendo com que a primeira passasse a incorporar cada vez mais as etapas do beneficiamento ou processamento dessas matérias-primas, como no caso das usinas de açúcar e álcool, engenhos ou máquinas de arroz, torrefadoras de café, frigoríficos, indústria de laticínios, entre tantas outras. Assim, inicia-se o processo de formação da agroindústria. Em outras palavras, abre-se a possibilidade de maior penetração do capitalismo no campo (Beskow, 1999).

Também é de se destacar que apesar de todas essas mudanças ocorridas no mundo rural paulista, a produção de café ainda continuava a atingir altas taxas, mesmo com a crise de superprodução que fez necessário a intervenção do Estado que queimou cerca de 80 milhões de sacas de café entre 1931 e 1940. Observamos também neste período a revitalização da cultura da cana-de-açúcar, que no decorrer do século XX, mesmo que sob o rígido controle do governo, que estabelecia quotas de açúcar por usinas e estados e restringia a abertura de novos engenhos. Com a Segunda Guerra Mundial a exportação de açúcar foi desorganizada e a circulação do produto pelo território nacional tornou-se difícil através da navegação de cabotagem. Dessa forma, o Estado passou a ser mais liberal quanto à instalação de novas usinas e destilarias, fazendo com que o Centro-Sul, por ser uma área de maior povoamento e nível de renda, fosse o grande beneficiado. O desenvolvimento industrial também abria

perspectivas para o crescimento do consumo de álcool além do aproveitamento do bagaço da cana para a produção de celulose ou ração de animais (Mariano, 2001:71-72).

Carvalho (1978:18) faz importantes apontamentos sobre o processo de penetração do capitalismo no mundo rural paulista no período de 1940 à 1960. Ele observa que São Paulo assumiu um papel de grande relevância na produção agrícola. Nos anos de 1948-50 foi o Estado líder em sete produtos com relação à área colhida e em seis, em termos de produção total. Isto, concomitante ao fato de, segundo o autor, ser este o Estado brasileiro que mais investiu capital de produção no setor agrário, como uso de fertilizantes, número de arados e colhedoras, entre outras.

É interessante observar que ao mesmo tempo em que o estado de São Paulo assumiu esse papel proeminente na produção agrícola brasileira, existia no Estado, entre 1940- 1960, uma tendência à manutenção do número de pequenas propriedades, embora no período posterior, de 1960-1970, este número tenha sofrido uma queda (Carvalho, 1978:99). Porém, estas pequenas propriedades já eram empresas familiares, contando com uma crescente especialização, capitalização e tecnologia, embora ainda mantivessem suas bases produtiva sustentadas no trabalho familiar (Carvalho, 1978:99).

Nesse processo de penetração do capitalismo no campo e exclusão dos camponeses do campo a única possibilidade deste voltar a possuir um quinhão de terra para o cultivo era vendendo sua força de trabalho, submetendo-se ao assalariamento, seja em outras propriedades ou nas cidades, colocando-o em maior contato com a sociedade capitalista. Uma vez que a possibilidade de tornar-se proprietário não se realizava o camponês deixava o mundo rural em direção às cidades, tornando-se definitivamente um assalariado.

Aqueles grupos que continuavam a resistir ao processo de modernização agrária acabavam sendo expulsos das suas terras e empurrados para áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos e que ocupavam uma posição marginal tanto ecológica como economicamente na nova configuração econômica e política, pelo menos até que o mercado os alcance novamente em uma expansão subsequente. Os que conseguiam ficar tinham de se adaptar à novas demandas, centrando sua produção no abastecimento dos mercados urbanos, embora o cultivo de subsistência ainda existisse seu papel passa a ser secundário. Em suma, neste momento parece existir duas “opções” para o campesinato “caipira”: o êxodo rural ou a “empresarização” (Carvalho, 1978:98-99).

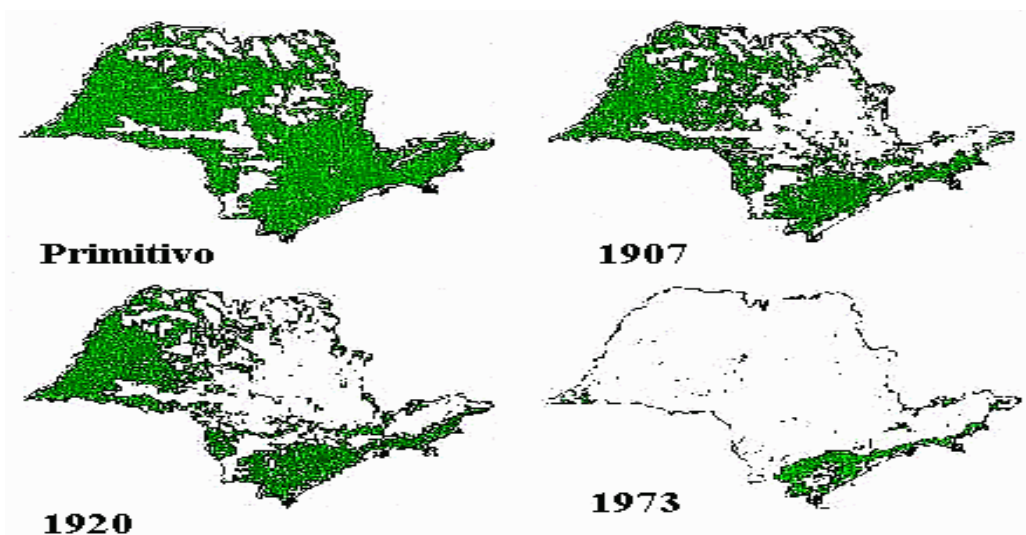
Em Itapecerica da Serra, Fukui observa que em 1940 (1979:109) a região, produtora de alguns gêneros alimentícios e inserida de forma marginal em uma economia de mercado, já dava sinais de erosão de seu modo de vida. Em 1950, a participação desta região na produção

estadual mostrou uma queda maior ainda, que para a autora significava “degradação” da atividade agrícola. Esta informação também acompanha outros dados observados pela autora. Em 1940, 100% dos estabelecimentos agrícolas de Itapecerica produziam em pequena escala e os produtos eram consumidos no próprio local, com uma pequena parte destinada ao mercado da capital. Em 1950, esta produção voltada para a subsistência se encontrava em apenas 33% dos estabelecimentos, o restante dos estabelecimentos que sobreviveram a esse declínio econômico passaram por um processo de “modernização” (Fukui, 1979:110-112).

Assim, o sítio tradicional no bairro de Itapecerica da Serra, que tirava o seu sustento principalmente da agricultura, apresentou mudanças principalmente a partir da década de 1940, quando sua agricultura passou a ser integrada de forma mais efetiva ao mercado da cidade de São Paulo. A produção voltada principalmente para a subsistência, feita em pequenos lotes de terras começou a diminuir, dando lugar a terrenos um pouco maiores e com a produção voltada para o mercado, embora o trabalho nestas unidades produtivas continuasse a ser baseada na família (Fukui, 1979).

É interessante observar também, que concomitante às todas essas transformações no mundo camponês, a paisagem do Estado de São Paulo também é transformada, intensificando aquele processo que já tínhamos identificado no capítulo quatro: o desmatamento da cobertura vegetal do Estado (Figura 2).

FIGURA 2. Situação da Mata Atlântica - São Paulo - (primitivo-1973).



Fonte: Conselho Estadual do Meio Ambiente – Mapas do Desmatamento do Estado de São Paulo.

Os grandes protagonistas dessa transformação foram, sem dúvida o cultivo do café, que pelo menos até a década de 1930 ainda ocupava um lugar central na vida econômica brasileira, e a cana-de-açúcar, que a partir desta década se expande por todo o estado de São

Paulo, substituindo o café na paisagem agrícola e tornando-se o principal produto do Estado (Andrade, 1994; Dean, 1996). A partir da década de 1950, quando a agricultura paulista passa pelo processo de modernização chamada de “Revolução Verde”, a floresta praticamente desaparece do território do Estado paulista, conforme demonstra a figura 2.

Segundo alguns dados levantados por Warren Dean (1996:262) as áreas ainda cobertas com florestas no estado de São Paulo, entre 1905 e 1950, apresentaram um declínio. Em 1905 São Paulo tinha 41640 km² de áreas com florestas, em 1951, restavam apenas 27.705 Km².

Para o período entre 1920 e 1934 estima-se que mais de três mil Km² de floresta por ano tenham sido destruídas. Desta forma, na metade do século XX, a mata Atlântica no Estado de São Paulo, que originalmente cobria 85% do seu território estava reduzida a 18%. (André, 2007:148; Dean, 1996:262).

Dessa forma, é sob estas transformações que chegamos ao retrato do camponês traçado por Antonio Candido (2001), e que pode ser entendido como uma tendência geral em todo o Estado de São Paulo, na metade do século XX.

Esse autor, ao investigar os caipiras, buscando compreender os ajustamentos culturais deste grupo, verifica algumas transformações no modo de vida camponês. Assim, o autor os encontra localizados em áreas ecológica e economicamente marginais, sem a posse efetiva da terra (na condição de posseiros), ou, na maioria das vezes, trabalhando como parceiro, principalmente após o declínio da cafeicultura. Portanto, sua produção visava, além da subsistência, também o pagamento da obrigação com o parceiro que lhe forneceu a terra e uma eventual troca no mercado local (Candido, 2001).

Candido, também registra o acesso restrito à terra, que torna-se evidente quando o camponês tem necessidade de usar o mesmo lote de terra para o cultivo antes que a vegetação se recuperasse de maneira satisfatória, para a prática do sistema de corte-e-queima. Outra transformação apontada por Candido é o uso de máquinas alheias para moer o milho ou limpar arroz. Estas tarefas deixaram de ser executadas em casa (Candido, 2001).

Tanto Carvalho (1978: 100-101) na década de 1940, quanto Candido (2001:171-173) na década de 1950, observaram mudanças nos hábitos alimentares do campesinato paulista, com a introdução de itens que eles não produziam, sendo necessário a compra destes produtos nas vilas e cidades próximas. O caso do mais óbvio é o do macarrão, introduzido pelo contato com os italianos.

Para Candido (2001), as condições mínimas de vida e sociabilidade que permitiam a reprodução dos agrupamentos caipiras elaboradas a partir de seu relacionamento com o ambiente e os recursos naturais estavam relacionadas a uma “vida social de tipo fechada, com

base na economia de subsistência”. O estreitamento das relações dos caipiras com a economia local transforma estas estratégias de sobrevivência. A marcha da urbanização, conseqüência do progresso industrial e ampliação dos mercados, proporciona a entrada em áreas rurais de bens de consumo até então desconhecidos, criando novas expectativas de demanda. Estes novos padrões são supridos não mais pelo que ele pode retirar da natureza, mas pelo mercado. Assim, na década de 1950, o campesinato estudado por Candido se encontra cada vez mais inserido no sistema capitalista ocupando o papel de consumidor e produtor de mercadorias. (Candido, 2001:207; Mariano, 2001:27).

Nos anos sessenta do século passado teve início aquilo que alguns autores consideram como o verdadeiro e irreversível processo de modernização da agricultura brasileira, a “Revolução Verde”, que intensificou o estabelecimento de novos objetivos e novas formas de exploração agrícola. Entretanto, para nós, esta “revolução” significou a continuidade de um processo que vinha ocorrendo desde o início do século XX, e que também propunha transformações na agricultura privilegiando o aumento da produtividade e a especialização em algumas espécies comercializáveis. A “Revolução Verde”, desta forma, representa não o início de um processo, mas uma etapa que consolida a entrada do capitalismo no campo, principalmente no que diz respeito às transformações da “agricultura tradicional” praticada pelo campesinato durante o século XIX.

Segundo os ideais que permearam a “Revolução Verde” podemos destacar alguns pontos antagônicos aos praticados pelo campesinato que ainda persistia: a integração técnica, econômica e cultural em detrimento da autonomia camponesa; o aumento da noção de especialização; e o aparecimento de um agricultor economicamente competitivo. Assim, grupos econômicos forneciam máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes, aumentando a relação dos agricultores com outros setores da economia, principalmente o industrial e o financeiro. Aquela relação intersetorial proposta na década de trinta, se reflete de forma aprofundada na “Revolução Verde” e na consolidação dos complexos agro-industriais (Balsam, 2006:125-127).

O Estado de São Paulo é apontado como aquele que mais se modernizou e que, por conseqüência, incorporou efetivamente as propostas da “Revolução Verde”. Porém, também foi um dos Estados em que seus efeitos foram mais sentidos. Para Santos (2000:89) diante da acelerada modernização da agricultura, os agricultores são transformados em “servos da gleba”. É atender a tais imperativos ou sair. Assim, aumenta ainda mais o êxodo rural, pois o camponês é expulso se suas terras, agora sob o poder do capital.

O campesinato paulista mediante a modernização do mundo rural proletariza-se ao transformar-se no bóia-fria. Esta figura, com a capitalização do campo, torna-se comum no cenário rural, porque é mais viável, do ponto de vista econômico, assalariar o trabalhador do que mantê-lo como parceiro ou arrendatário. O estatuto do trabalhador rural acabava legalmente com o sistema de parceria e instalava de vez o trabalho assalariado no mundo rural (Balsan, 2006:132; Gliessman, 2000:35).

5.2. O cultivo da mandioca no estado de São Paulo na primeira metade do século XX.

Uma vez estabelecido esse contexto das transformações que atingem o mundo rural e seus habitantes nos resta localizar a situação do cultivo da mandioca. Entretanto, novamente nos deparamos com a pouca bibliografia disponível sobre este tema e mesmo nesta bibliografia nosso objeto está disperso, pois, no nosso conhecimento, não há nenhuma obra que tenha se proposto a analisar o cultivo da mandioca em perspectiva histórica como acontece com o cultivo do café e da cana-de-açúcar. Mesmo na literatura, seja ela histórica, antropológica ou econômica, que procura tratar das práticas agrícolas locais, as informações são escassas, principalmente sobre os primeiros anos do século XX. Só a partir dos anos de 1940 é que os dados começam a aparecer de forma mais sistemática, principalmente nas estatísticas fornecidas por órgãos governamentais.

Luís Amaral em sua *História Geral da Agricultura Brasileira* (1939), na década de 1940, apesar de não dar detalhes, já se mostrava preocupado com a baixa produção de mandioca no Estado de São Paulo, que vinha ocorrendo desde 1935. Preocupação justificável quando observamos outros dados. Segundo publicação do Ministério das Relações Exteriores a produção de mandioca no Estado de São Paulo, entre 1935 e 1941, demonstra uma queda de 89.700 toneladas, passando de 432.000 para 342.300 toneladas. Quando a produção de farinha de mandioca é analisada, observa-se entre 1927 e 1942 uma significativa queda na produção, passando de 62.659 toneladas no primeiro período, para 31.500 toneladas no segundo. Tanto Amaral quanto o Ministério das Relações Exteriores também especificam que a maior parte da produção da mandioca e de farinha provém de pequenas propriedades, portanto esta queda significa também um declínio do cultivo do tubérculo entre o campesinato, e a redução da produção de farinha de mandioca aponta para o declínio do cultivo da variedade conhecida como “amarga” (Brasil, 1936:167; 1944:195).

Na década de 1940, quando a agricultura paulista desempenhou a função de sustentar os centros urbanos do Estado, foi publicado um artigo (Pierson, 1944) sobre a alimentação na

cidade de São Paulo que revela a intensidade do cultivo da mandioca. Assim, neste estudo, o autor demonstra que entre os domicílios pesquisados em diferentes bairros da cidade³⁰, inclusive de classes sociais diferentes, a frequência do consumo da farinha de mandioca estava na média de 4%, sendo mais freqüente nos domicílios dos bairros populares. Em outra pesquisa sobre a *alimentação da classe obreira de São Paulo*, Araújo (1940) deixa entrever a ausência da mandioca, seja na sua forma de farinha ou “in natura” na alimentação do trabalhador urbano paulista. Segundo este autor, o que mais chama a atenção na alimentação é a alta incidência de outros alimentos, principalmente o trigo.

Portanto, podemos inferir que a baixa frequência da mandioca na alimentação da cidade de São Paulo seja um reflexo da baixa intensidade do seu cultivo, como demonstra o estudo de Fukui (1979). De acordo com esta autora, em 1940 os agricultores do município de Itapeverica da Serra contribuíram com 1,25% da produção de farinha do Estado de São Paulo. Em 1950, a produção de farinha já não é mais indicada (Fukui, 1979:109).

Antonio Candido também observa o mesmo declínio do cultivo da mandioca entre os “parceiros” do município de Bofete. Segundo este autor, na década de 1950 os “caipiras” desta região já haviam deixado de produzir o tubérculo, fato evidente no desaparecimento da farinha de mandioca “(...) que hoje não se fabrica nem se consome” (2001:175). Assim, segundo este autor, o declínio do cultivo da mandioca é um indicador do desaparecimento de elementos culturais que antes caracterizavam o campesinato paulista, materializado em artefatos como o tipiti e a prensa de mandioca (Candido, 2001:178).

Carvalho (1978:19), ao tratar do campesinato paulista, demonstrando que São Paulo foi o Estado que mais teve investimento de capital na agricultura, como já mencionado acima, também demonstra que, acompanhando a “capitalização” do mundo rural entre 1948 e 1950, a participação da mandioca na produção nacional tinha pouca importância, ocupando o último lugar tanto em área colhida por hectares, quanto em toneladas produzidas, posição esta que se mantém pelo menos até 1969, o que implica em uma conseqüente redução do cultivo.

Outra indicação do declínio do cultivo da mandioca pode ser encontrada no caso da região do Ribeira de Iguape, que no passado teve uma grande produção de farinha de mandioca (Petroni, 1960:80-83), mas que em 1946 não apresentava produção registrada. Isto é observado especialmente em Cananéia e Iguape, com exceção de Jacupiranga que teve uma produção de 50 toneladas (Medeiros et al, 1950:23).

³⁰ O autor pesquisou residências nos bairros do Bexiga, Canindé, Mooca, Pacaembu, Higienópolis e Jardim América.

Essa pouca importância da mandioca também pode ser inferida por meio da análise do periódico *A Agricultura em São Paulo*, publicado pela Secretaria da Agricultura Estadual durante a década de 1950 e início da de 1960. Esta revista tem entre suas seções uma que é denominada de “Situação da Lavoura” onde enumera e tece alguns comentários sobre os principais produtos agrícolas do Estado. Nesta seção a produção de mandioca recebe uma atenção mínima, principalmente se comparada com outros cultivos como o café, o milho, o feijão ou a cana-de-açúcar. Este desinteresse parece ser também seguido pelos agricultores, segundo este periódico: “Enquanto que a exploração canavieira oferece ótimas perspectivas, o mesmo não se verifica com relação ao cultivo da mandioca para o qual reina desinteresse” (São Paulo, 1951:9).

Em uma pesquisa que esse periódico fez sobre o município de Santa Isabel, a mandioca ocupava um lugar de pouca importância nos hábitos alimentares dos grupos humanos, como mostra o seguinte trecho: “A mandioca adapta-se bem às terras do município, onde o seu consumo destina-se pequena parte ao fabrico de farinhas e a maior parte a engorda de porcos” (São Paulo, 1954:04). Sobre a produção de mandioca no Estado paulista, *Agricultura em São Paulo* afirma que entre 1970 e 1971 houve “a menor safra paulista dos últimos 10 anos”, sendo que na região de Sorocaba e no Vale do Paraíba a participação na produção total do Estado sofreu uma redução, enquanto que em outras áreas a produção ficou estagnada (São Paulo, 1972:5-28).

No Censo Agrícola do Estado de São Paulo, publicado pelo IBGE (1955; 1960) as informações sobre o cultivo da mandioca já se apresentam de forma mais sistematizadas. A análise desses dados mostrou que a produção estadual de mandioca a partir de 1940, período do processo de modernização da agricultura paulista (Carvalho, 1978) nota-se uma tendência ao declínio deste cultivo apesar dos períodos de discreto aumento na produção, apresentados na tabela 9.

TABELA 9 - Produção Estadual de mandioca e aipim (t)- 1940-1980

Ano	Aipim	mandioca	farinha de mandioca
1940	317.912		
1949	199.086	27.112	–
1950	226.198		
1959	301.008	181.675	11.615
1970	–	453.380	2.088
1980	–	242.210	754

Fonte: IBGE, 1955, 1960, 1970, 1980;

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=11&i=P>

A distinção adotada pelo IBGE entre “mandioca” e “aipim” usando o primeiro termo para se referir à mandioca amarga, e aipim para a mandioca doce, nos permite observar que as duas variedades se encontravam em uso em todo o estado de São Paulo. Porém, o aipim é predominante em todas as “zonas fisiográficas” “serra acima”, enquanto a amarga é mais intensa em algumas áreas do litoral, tradicionalmente “áreas da mandioca”. Por exemplo, na zona do litoral de São Sebastião foram produzidas 4.417 toneladas de mandioca e 405 toneladas de aipim em 1959 (Tabela 6). Porém, vale destacar que nem em todas as zonas do litoral a mandioca “amarga” reinava com tranquilidade, como é o caso do litoral de Santos. Esta região produziu em 1949 26 toneladas de aipim e 25 toneladas de mandioca. Em 1959, apesar de aumentar a produção de ambas as variedades, a presença do “aipim” acaba prevalecendo ainda mais: 123 toneladas de aipim contra 74 toneladas de “mandioca” (tabela 10) (IBGE, 1955; 1960).

Por meio da tabela 10 observamos que existe uma tendência ao aumento da produção entre os anos de 1949 e 1959, porém esse aumento se verifica de forma mais intensa na variedade doce, o aipim, como é o exemplo do litoral de Santos apresentado acima.

Tabela 10 - Produção total de mandioca e aipim- SP- 1949-1959.

Zonas fisiográficas	1949		1959	
	Aipim	Mandioca	Aipim	Mandioca
Lit. S.Sebastião	73	92	405	4.417
Médio Paraíba	10.784	8.197	12.942	1054
Alto Paraíba	6.200	493	4.515	63
Mantiqueira	57	33	400	20
Litoral Santos	26	25	123	74
Paranapiacaba	3.111	204	19.703	438
Alto Ribeira	4.210	645	2.984	76
Piracicaba	42.134	633	3002	1538
Ribeirão Preto	9513	241	17.964	509
Araraquara	963	61	10482	4402
Botucatu	657	514	3336	687
Rio Preto	43.880	684	8.961	280
Marília	5465	1133	9897	1064

Fonte: IBGE, (1955, 1960)

Ao mesmo tempo em que se observa a preferência pelo cultivo do aipim, em detrimento da mandioca amarga, os números da produção destinada à subsistência do agricultor mostram que a mandioca, nas suas duas variedades, está saindo da esfera camponesa. A produção particular, segundo o IBGE, mostra isso claramente (Tabela 11).

Tabela 11 - Produção Particular de mandioca e aipim (toneladas)

Ano	Aipim	mandioca
1949	8.422	2.463
1959	5.240	4.774
1970	–	2.505
1980	–	344

Fonte: IBGE, 1955. 1960, 1970, 1980.

A tabela 12 mostra que entre 1949 e 1959, a produção de mandioca para o consumo próprio do agricultor apresenta uma queda na maioria dessas regiões, principalmente na variedade “amarga”.

Tabela 12- Produção particular de mandioca e aipim-SP. 1949-1959

Zonas fisiográficas	1949		1959	
	Aipim	Mandioca	Aipim	Mandioca
Lit. S. Sebastião	–	–	–	1
Médio Paraíba	163	62	100	18
Alto Paraíba	1920	37	35	5
Mantiqueira	4	3	5	-
Litoral Santos	–	–	81	42
Paranapiacaba	3	84	4	–
Alto Ribeira	1049	244	–	–
Piracicaba	280	378	9	4
Ribeirão Preto	18	4	434	16
Araraquara	131	17	74	14
Botucatu	43	2	46	2
Rio Preto	713	202	1047	234
Marília	491	213	207	48

Fonte: IBGE, (1955, 1960)

Os dados da tabela 13 mostram que a produção de farinha, principal subproduto da variedade “amarga” também apresenta uma queda significativa que pode estar relacionada com o declínio no cultivo do tubérculo.

Tabela 13 - Produção de farinha de mandioca. São Paulo 1931-35-1980.

Ano	Produção (t)
1931-35	81097
1936	43.494
1937	84.000
1938	72.000
1939	—
1959	11.615
1970	2.088
1980	754

Fontes: Brasil, 1939-40; IBGE, 1960, 1970.

Portanto, apesar dos dados apresentados aqui não serem totalmente confiáveis, eles apontam na direção de um constante declínio do cultivo da mandioca, tanto na produção voltada para o mercado, como naquela direcionada para a subsistência.

Observamos neste capítulo que, concomitante àquelas transformações operadas desde o início do século XX no mundo rural paulista que visavam “modernizá-lo” através da entrada do grande capitalismo, também ocorre uma queda no cultivo da mandioca atingindo de forma geral ambas as variedades. Entretanto, na convivência das duas variedades, foi observada uma maior redução no cultivo da variedade amarga, refletida na queda da produção de farinha de mandioca. Considerando que a maior parte da produção de mandioca tem origem entre os pequenos agricultores (Adans et al, 2006:295; Brasil, 1936) podemos afirmar que durante a primeira metade do século XX, estes grupos tenderam a reduzir o cultivo da raiz, dando continuidade ao processo iniciado no século XIX, como demonstramos no capítulo quatro.

Síntese do capítulo: O Estado de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, vai passar por grandes transformações que tem como consequência a intensificação do processo que havia se iniciado no século XIX, além de introduzir novas mudanças que acabam por afetar o mundo rural paulista como um todo. Assim, tem lugar transformações que visavam, principalmente, “modernizar” o campo, transformando aqueles aspectos que eram considerados como entrave ao desenvolvimento de uma agricultura capitalizada no Estado,

como a agricultura itinerante e o policultivo. A partir da década de 1930, a adoção de um novo modelo de desenvolvimento, baseado no mundo urbano-industrial, a agricultura passa a ser vista não mais como antagônica ao desenvolvimento industrial, mas como complementar. A integração entre o rural e o urbano provoca transformações do modo de vida “tradicional” do campesinato paulista, que se intensificam cada vez mais. O estabelecimento do que viria a ser conhecida como “Revolução Verde”, amplia de maneira definitiva e estrutural a integração dos camponeses a uma economia de mercado e ao grande capital. Neste contexto de transformação o cultivo da mandioca demonstra sinais claros de redução do cultivo e uso.

6 - Discussões e conclusão.

Gostaríamos de iniciar essa última seção retomando algumas idéias já discutidas em maiores detalhes na primeira parte deste trabalho. Primeiramente, a idéia de “metabolismo” entre os grupos humanos e o mundo natural. Por essa concepção, não existe uma separação entre os dois domínios, Humano e “Natural”, mas sim uma estreita relação entre eles. Assim, a “Historia da Natureza” e a “História dos Homens” não podem ser separadas e suas relações são dialéticas. Desta forma, a natureza que observamos hoje é o resultado das atividades humanas no passar do tempo, tanto no esforço de se organizar nos quadros e nas condições oferecidas pela primeira, quanto, concomitantemente, na sua reorganização.

Trata-se de adotar uma perspectiva que considere o “meio histórico³¹”, isto é, que englobe os dois domínios: humanos e natural, intermediados pelos meios com que o homem garante a sua subsistência (Balée, 1998a; Braudel, 1995; Candido, 2001; Cardoso, 1979; Foster, 2005; Marx, 1984; Mendras, 1978, Moscovici, 1974;).

A partir dessa idéia examinamos a relação dos humanos com os diversos elementos do “mundo natural”, como por exemplo, as plantas comestíveis. De todos os elementos do mundo natural, são as plantas que podem ser transformadas em alimentos para os humanos que desempenham o papel mais relevante na sua sobrevivência e reprodução social. Esta relação pode ser compreendida como uma “rua de mão dupla”, na qual ambas as espécies tiram proveito, por exemplo, a difusão do trigo na Europa e do milho na América que, ao mesmo tempo que possibilitaram o sustento de sociedades humanas complexas, também ganharam a proteção destas garantindo a sua perpetuação (Braudel, 1995:92; Barghini, 2004:16; Cook, 2005:43-47; Diamond, 2003). Porém, consideramos que estas relações também dependem de um determinado “meio-histórico”, ou seja, está relacionada tanto com fatores ambientais, quanto à fatores econômicos, sociais e culturais. Portanto, o uso e domesticação de plantas não é um caminho inevitável e previsível.

É a partir dessa perspectiva das relações entre o homem e os diferentes elementos que o compõem o mundo natural que analisaremos os relacionamentos dos grupos humanos e o cultivo da *Manihot esculenta*. Esta análise será feita integrando-se os fatores ambientais, assim como também as circunstâncias culturais, sociais e econômicas, que, ao nosso ver, agiram de forma integrada sobre as condições de cultivo e consumo (Grenand, 1993:447) levando assim ao seu declínio. Dessa forma, analisaremos primeiramente a distribuição

³¹ Cardoso (1979:18), considera que “meio histórico” é pensar a História Humana, ao mesmo tempo, como continuidade e a ruptura com a História Natural, interposta pelas forças produtivas, resultado da relação dialética entre humanos e mundo natural.

geográfica da mandioca no território brasileiro durante o século XIX, conforme vimos no capítulo dois, e a partir daí retomaremos algumas das transformações do mundo rural paulista nos séculos XIX e XX, vistas nos capítulos três e quatro, conectando-as ao declínio desta cultura.

6.1 - A Historia Ambiental da Mandioca no Brasil do século XIX.

De acordo com o que foi visto no capítulo dois, podemos observar que o cultivo da mandioca pelo método tradicional se encontrava disseminado por todo o território brasileiro, embora com intensidades diferentes de acordo com a região.

A raiz predominava principalmente nas províncias localizadas no norte e nordeste do Brasil, enquanto que mais ao sul, já nas províncias do Rio de Janeiro e Espírito Santo, embora a mandioca ainda fosse predominante, já aparecia dividindo o espaço “nas roças” com o cultivo do milho. Nas províncias mais ao sul - São Paulo, por exemplo - e na região central, a presença do milho se tornava mais constante, porém não excluía de forma alguma o cultivo da mandioca.

Esta distribuição geográfica é assinalada por diversos autores, como Caio Prado Júnior (2000: 164-165) para quem a distribuição das culturas alimentares no país “(...) em área e volume, o primeiro e incontestado lugar cabe à mandioca, ‘o pão da terra’”, enquanto que “(...) no Sul, o milho leva-lhe a palma”. Linhares e Silva (1981), Schwartz, (2001) e Holanda (1994), também concordam que o cultivo principal variava regionalmente, mas de maneira geral pode-se dividir o território em duas grandes áreas: o Norte, representado pela Amazônia e o nordeste, que estaria incluídos na *área de subsistência da mandioca*. Já nos planaltos de Minas Gerais, o milho se tornava mais presente, e de São Paulo para o sul o cereal se tornava predominante³². Assim, segundo estes autores e os cronistas consultados no capítulo dois, existem duas áreas sócio-ambientais no território brasileiro. Portanto, parece ser um útil exercício esboçar algumas linhas que possam justificar essa distribuição geográfica do cultivo da mandioca.

Schmidt (1959:168-69) relaciona a distribuição geográfica da mandioca com as condições ambientais, que ele chama de “imposições ecológicas”, uma combinação de solo,

³² Uma análise quantitativa feita no Arquivo Ernani Silva Bruno entre os catálogos de obras de cronistas estrangeiros do século XIX, vem confirmar essa distribuição geográfica da mandioca. O maior número de citações catalogadas no arquivo Ernani sobre a mandioca se encontra nas regiões norte e nordeste. Na região sudeste, o Rio de Janeiro ainda apresenta uma quantidade substancial de citações, mas quanto mais ao sul nos dirigimos, mais raras vão ficando as menções ao cultivo do tubérculo. Fenômeno inverso observamos quanto ao cultivo do milho. Nas regiões norte e nordeste ele praticamente não é mencionado, enquanto nas regiões centro-sul sua presença supera a mandioca. Também é interessante observar que mesmo nas regiões onde a mandioca não possui um papel predominante seu cultivo é sempre citado (Bruno, 2000-2002).

chuvas e altitude. O solo preferido pela mandioca é designado como “fofo, fresco e fértil” que permite o bom crescimento da raiz. Mas, mesmo quando as condições ideais não são encontradas a mandioca pode produzir em solos lixiviados e ácidos, com níveis de nutrientes baixos e altos níveis de alumínio, prejudiciais à outros cultivos (Sauer, 1993:58; Schmidt, 1959:169). As áreas de florestas derrubadas e queimadas são excelentes para o cultivo do tubérculo devido ao grande número de nutrientes liberados no pelas cinzas e matéria orgânica em decomposição (Ellen, 1991; Morán, 1994; Schmidt, 1958; Vasey, 1992).

Com respeito ao clima, a mandioca exige uma estação chuvosa para que possa obter uma boa brotação e enraizamento e temperaturas elevadas, embora a planta apresente grande resistência a períodos de seca podendo produzir em climas com índices de precipitação mais baixos (Sauer, 1993:58; Schmidt, 1959:169).

Na região Norte, em quase toda a área amazônica, região da hiléia, a mandioca é o alimento básico da população, sendo cultivada tanto pelos povos indígenas como pelos caboclos. Um dos primeiros fatores que pode explicar sua predominância são as condições ambientais apresentadas pela região: uma combinação de temperatura, índice pluviométrico, solo e cobertura vegetal.

A temperatura, em torno de 22 e 28° C, e os níveis de chuvas, entre 2.400 e 3.000 mm por ano, tornam o clima da região, quente e úmido, extremamente favoráveis ao cultivo da mandioca. Porém, o tubérculo também é resistente às secas sazonais que também podem ocorrer na região durante certas épocas do ano. Ademais, a densa cobertura florestal que após a derrubada e queimada cria excelentes condições edáficas para o desenvolvimento do tubérculo pode ser também uma grande vantagem (Ellen 1991; Vasey, 1992). Outro adicional é o fato de que mandioca é menos exigente no que diz respeito à fertilidade do solo, sendo capaz de continuar seu ciclo mesmo em solos menos férteis, lixiviados e ácidos, características da maior parte dos solos da floresta amazônica (Grenand, 1993:447; Morán, 1973:35, Sauer, 1993).

Outro aspecto estratégico é a estocagem. Numa região de clima quente e úmido estocar e conservar alimentos pode ser um grande obstáculo, para o qual a mandioca apresenta soluções extraordinárias, uma vez que ao tubérculo pode permanecer estocado no solo durante meses e até anos (Barghini, 2004:135-136; McKey & Beckerman, 1993:95).

Outro fator importante, que deve ser adicionado às circunstâncias ambientais, que também exerceu grande importância sobre o cultivo e o consumo da mandioca na região amazônica pode ser associado à sua própria trajetória histórica e o papel econômico da região norte no contexto da economia brasileira do século XIX. A grande lavoura parece não ter se

adequado à região amazônica, cujas condições naturais, tanto da várzea como da terra firme, parece ter criado obstáculos intransponíveis: as primeiras, devido à suas cheias periódicas e na terra firme, o solo relativamente pobre em nutriente.

Assim, a colonização da região foi feita por meio de uma economia extrativa baseada na coleta de produtos, bem diferente do sistema de “plantation” no litoral. Esta mesma situação econômica marginal impôs um contato maior do colonizador com a população indígena³³. No que diz respeito à alimentação, na região amazônica, principalmente, o colonizador branco não teve como impor seus hábitos e costumes, pelo contrário, “se viram subordinados aos gentios da terra” (Pinto e Silva, 2005:61). Na Amazônia o cultivo da mandioca representou ao mesmo tempo a herança indígena e um elemento estratégico na subsistência das populações da região, incluindo os colonizadores brancos e “caboclos”, pois tornou possível o movimento de entrada nos sertões (Del Priore & Venâncio, 2006; Pinto e Silva, 2001; 2005).

Na faixa marítima do Nordeste, em regiões de Mata Atlântica, a mandioca também ocupou o papel principal na subsistência da população rural e também dos centros urbanos (Barickman, 2003). Nessas áreas a mandioca encontra as condições perfeitas para seu cultivo: clima quente e úmido e ótimas condições de fertilidade do solo. Mas, estas mesmas condições também eram ótimas para o cultivo da cana-de-açúcar, a principal monocultura da colônia. Porém, ao invés da cana excluir o cultivo da mandioca, a capacidade do tubérculo de conviver com o cultivo da primeira possibilitou que essa se tornasse – ou continuasse a ser - a base da alimentação de escravos e senhores (Alencastro, 2000; Prado Junior, 2000; Gorender, 1978).

A facilidade e flexibilidade do cultivo e o alto valor calórico da fécula também fazem com que na Bahia, por exemplo, a proporção entre mandioca e o milho na dieta dos habitantes fosse de aproximadamente 10:1, razão pela qual a raiz tinha um lugar privilegiado entre os “roceiros” (Schwartz, 2001:126-127).

Já no interior da região Nordeste, caracterizado como caatinga, de solos mais “fracos” e de longos períodos de seca, e que por isso não se cultivava a cana-de-açúcar, a mandioca também predomina devido a sua capacidade de resistir a períodos de seca, sendo bem menos afetada pela diminuição da água que outros cultivares, e sua adaptação a solos pobres (Barghini, 2004:128). A este fator ecológico, acrescenta-se também, assim como na região norte, a herança cultural indígena, principalmente na faixa litorânea nordestina, ocupada primordialmente pelos Tupis, plantadores de mandioca (Dean, 1996:48).

³³ Primeiro nos aldeamentos e depois usando-os como mão-de-obra nas expedições pelo interior da região.

Mas, para se entender a presença da mandioca na região nordeste, deve-se também atentar para algumas especificidades históricas da região, como a presença marcante da escravidão e da relação que este tubérculo estabeleceu com este regime de trabalho, como mostramos no capítulo dois. Assim, o escravo africano se alimentava de mandioca não apenas durante a viagem da África para o Brasil, mas antes mesmo do embarque, ainda no continente africano, pois eram forçados a plantar mandioca enquanto esperavam pela viagem de traslado. Quando no Brasil, os escravos recebiam uma parcela de terra onde podiam cultivar para sua subsistência. Nesses terrenos eram feitas principalmente roças de mandioca (Cardoso: 2004:97-99; Alencastro, 2000:91-95). Gorender (1978:241; 294) mostra que entre os agregados a mandioca era o cultivo que garantia a subsistência e a participação no mercado local, assim como também o “consumo doméstico” das grandes propriedades monocultoras.

Acompanhando as áreas cobertas pela mata Atlântica, seguimos para as províncias do Espírito Santo e do Rio de Janeiro onde, como observamos no capítulo dois por meio dos relatos de alguns viajantes, a presença do cultivo da mandioca acompanhado do milho se tornava mais freqüente (Schwartz, 2001:127). Adentrando nas áreas dominadas pelas florestas de araucárias e pelos campos sulinos, envolvendo os territórios do Paraná ao Rio Grande do Sul, encontramos condições ambientais diversas daquelas da região norte, nordeste e parte do sudeste. O clima, frio e úmido, nestas regiões meridionais torna-se um fator criticamente significativo para o cultivo da mandioca. Assim, apesar dos índices pluviométricos, em torno de 1.200 mm por ano, o clima frio, principalmente no inverno, com a ocorrência de geadas em alguns locais, dificulta o pleno desenvolvimento da mandioca já que esta apresenta pouca resistência a baixas temperaturas (Morán, 1973). As altitudes mais elevadas encontradas nestas áreas colocam mais um obstáculo para o cultivo da mandioca, pois como afirma Schmidt (1958:169) o tubérculo não produz satisfatoriamente em áreas elevadas, apresentando o que o autor denomina de “vertigem de altura”. Estas condições climáticas acabam possibilitando o desenvolvimento de uma lavoura apoiada em outros cultivares, inclusive de uma agricultura bem mais europeizada, evitando o avanço da mandioca (Schmidt, 1959).

Nestas regiões a mandioca também não se mostrou bem adaptada à trajetória histórica de seus habitantes, marcada pelas constantes movimentações pelo território (Holanda, 1994). Nestas condições, o investimento de tempo e energia no processamento do alimento desempenhava um papel importante na hora de escolher o que cultivar. A transformação do milho em farinha era mais simples que a da mandioca, principalmente da variedade amarga.

Para o primeiro bastava um monjolo, um tacho de ferro, um pequeno forno artesanal e uma peneira (Amorim, 2004:126).

A preferência pelo milho nas regiões meridionais do território brasileiro também está ligada à influência exercida pelos paulistas, tanto que o cultivo e consumo do milho podem indicar “a presença de paulistas ou de seus descendentes”, responsáveis pelo povoamento destas regiões (Abreu, 2000:227).

A mesma situação é encontrada nas regiões localizadas no centro-oeste, dominadas pelo cerrado. O clima, marcado por duas estações bem definidas, uma chuvosa e outra seca, com índices pluviométricos entre 1.000 e 2.000 mm, portanto mais seco do que na região amazônica e da floresta Atlântica, e temperaturas que podiam variar de 20 a 1°C, a menor de todos os biomas brasileiros, seriam obstáculos importantes ao cultivo da raiz (Ribeiro, 2005:50). Portanto, encontramos aí também a presença reveladora do milho associado ao da mandioca. Estas limitações eram conhecidas dos indígenas que cultivavam ambas as áreas.

Nessa região, mais dois elementos também foram decisivos para a predominância do milho sobre a mandioca: o cereal representava a herança indígena local, com mais de 4 mil anos, e a influência cultural dos paulistas, povoadores da região (Abreu, 2000; Amorim, 1995; Ribeiro, 1995; Ribeiro, 2005).

Acompanhando a distribuição geográfica do cultivo da mandioca nas diferentes regiões do Brasil, também encontramos durante o século XIX, (capítulo dois), a prática do corte-e-queima. Para Martins (2001:372) esta associação não é aleatória, mas faz parte de uma lógica, onde a combinação de espécies é feita de forma que a competição possa ser minimizada e os recursos disponíveis maximizados, assim a inclusão do cultivo da mandioca no sistema de cultivo baseado no corte-e-queima está relacionada à sua “habilidade de combinação ecológica” com outras espécies.

Quanto à permanência e persistência do sistema de corte-e-queima nas diferentes regiões brasileiras durante todo o período colonial entrando pelos séculos XIX e XX (e XXI, em algumas regiões do Brasil), os argumentos de Vasey (1992:93-94) são particularmente explicativos. As queimadas produzem cinzas que disponibilizam os nutrientes acumulados na biomassa vegetal para o solo. Esta prática também diminui o “input” de trabalho necessário na limpeza da roça, pois ela destrói o material vegetativo que colonizaria a área recém aberta com ervas daninhas. A alcalinidade das cinzas altera o pH do solo aumentando a concentração de cálcio, magnésio e potássio que, por sua vez, contribuem para um melhor crescimento das plantas. Estas qualidades fazem deste método de cultivo o mais adaptado aos solos pobres dos trópicos, principalmente nas áreas de florestas (Ellen, 1991; MacGrath, 1987; Morán, 1994:

329). Esta capacidade de auto-sustentação por meio da conversão da biomassa em nutrientes mostra-se economicamente vantajosa no contexto da economia camponesa, onde a produção agrícola é voltada principalmente para a subsistência, pois retira o capital energético do complexo natural solo-vegetação, evitando que nutrientes externos tenham que ser adicionados ao local onde os campos são cultivados, sendo na maioria das vezes, a única fonte de nutrientes para o cultivo (MacGranth, 1987; Pádua, 2002:76).

Esse Método de cultivo também está associado à influência indígena, uma vez que foi adotado pelos colonizadores sem grandes alterações, se disseminando por todo o território brasileiro (Linhares e Silva, 1981; Holanda, 1994).

Outro fator de grande importância na manutenção do sistema de coivara é a grande disponibilidade de terra. Segundo Linhares & Silva (1981: 130-138), nada impedia que em diversas regiões do Brasil, mesmo em áreas com o maior adensamento de fazendas de cana e outros produtos de exportação, uma massa de homens livres pobres ou negros fugidos entrasse nos sertões estabelecendo roças ao longo dos rios e caminhos, uma vez que não existia mecanismo eficientes de vigilância e repressão que os impedissem de ocupar estas terras, cultivando-se assim a “percepção de que o território do Brasil apresentava uma fronteira sempre aberta ao avanço da produção econômica e da ocupação social”, pois quando a terra se tornava “fraca” outros lotes de terras eram abertas na floresta e assim sucessivamente. (Pádua, 2002:73-76).

Dessa forma, podemos concluir que as estratégias de subsistência adotadas pelo campesinato brasileiro no século XIX estão relacionadas com o ambiente natural, e com o contexto histórico no qual estes grupos estão inseridos (Ellen, 1991; Worster, 1991). Assim, são estes fatores que determinam a predominância da mandioca nas regiões norte e nordeste, e do milho nas regiões ao sul do território brasileiro. Porém, apesar da predominância do cultivo do milho entre os pequenos agricultores das regiões meridionais e centrais não exclui o cultivo da mandioca, cabendo à esta um papel complementar na subsistências destes grupos. Assim, estes dois elementos se constituem no “patrimônio sociocultural camponês”, pelo menos até o século XIX, e possibilitou que os grupos humanos ocupassem os mais diversos ambientes garantindo a conquista do interior do Brasil. Resta-nos agora verticalizar essas observações para o Estado de São Paulo.

6.2 - A História Ambiental da Mandioca em São Paulo entre os séculos XVI-XIX.

De acordo com o que vimos na seção anterior, o Estado de São Paulo está localizado na área onde a mandioca, apesar de presente, começa a perder a importância, enquanto outra espécie assume o papel principal: o milho.

Como vimos no capítulo três, os primeiros paulistas tinham adotado no início da colonização da capitania vicentina, como estratégias de sobrevivência a agricultura indígena, incluindo o cultivo da mandioca e o sistema de coivara. Assim como em outras regiões, a associação desses dois elementos se deve à combinação da trajetória histórica da população rural paulista, como também às condições ambientais.

A capitania de São Vicente, e mais tarde a província de São Paulo, iniciou seu processo de colonização pelo litoral, dominado pela floresta Atlântica de clima tipicamente tropical, quente e úmido, e solos relativamente pobres (Adams, 2000:93; Dean, 1996:27). Da mesma forma que na região amazônica, essas características oferecem condições propícias para o cultivo da mandioca: altos índices pluviométricos (entre 1.800 e 3.600 mm), temperaturas elevadas (Adams, 2000) e relevo sem grandes altitudes.

Portanto, no início da colonização a mandioca, associado ao sistema de coivara, foi adotada pelos primeiros habitantes não-indígenas por ser uma forma de subsistência já testado e adaptado pelos indígenas com o qual o europeu teve contato. Este contato acabou por transformar esses dois elementos na herança cultural Tupi dos primeiros paulistas do litoral³⁴ (Candido, 2001).

Mesmo quando vencida a Serra do Mar e estabelecidos os primeiros povoados na entrada do planalto, onde mais tarde estaria a vila de São Paulo, a mandioca continuava a fazer parte da agricultura do colonizador, agora também favorecida pela sua adaptação ao modo itinerante que caracteriza as primeiras décadas de ocupação. O tubérculo podia ser plantado imediatamente após a colheita, podia ficar armazenada no solo, e mesmo depois de colhida e transformada em farinha podia ser consumida depois de meses da sua fabricação.

Assim, durante o primeiro século da colonização, a adoção das estratégias de subsistência dos grupos Tupis pelos primeiros colonizadores, baseadas na agricultura de coivara e no cultivo da mandioca, foi central para o sucesso da ocupação do território, pelo menos enquanto a expansão se limitou às áreas litorâneas e do planalto mais próximo (Holanda, 1994; Pinto e Silva, 2005).

³⁴ Conhecidos nos dias de hoje como Caiçaras.

Porém, no processo de expansão para o interior, essas estratégias de subsistência vão sofrer algumas modificações, principalmente no que diz respeito ao cultivo da mandioca. As temperaturas mais amenas, com médias entre 16 e 18 graus e as chuvas mais escassas e altamente sazonais, com índices em torno de 1.000 e 1.400 mm ao ano³⁵ tornaram-se um obstáculo para que a mandioca continuasse sua expansão em direção ao interior (Dean, 1996; Schmidt, 1956, Barghini, 2004, Pinto e Silva, 2005, Del Priore e Venâncio, 2006). As próprias condições dos solos do planalto, considerados bem mais férteis que no litoral e o relevo mais ameno, acabam por abrir o leque de possibilidades de cultivares, diminuindo a dependência ao tubérculo.

Portanto, a combinação de solo e clima agiram sobre o cultivo da mandioca na medida em que ela possibilitou a diversificação de cultivo, inclusive de espécies mais exigentes. Aquele contexto ambiental, que praticamente impunha a mandioca como “staple food” na região litorânea, adquire novas cores e possibilita que concorrentes à “rainha do Brasil” possam aparecer.

Porém, apenas as variáveis ambientais não explicam por completo o declínio do cultivo da mandioca entre as estratégias de subsistência dos pequenos agricultores paulistas, uma vez que estas estratégias estão relacionadas à outros fatores que extrapolam as características físicas do ambiente, como a trajetória histórica da província (Ellen, 1991; Lees e Bates, 1990; McCabe, 2003; Wilmsen e Denbow, 1990).

Economicamente, os vicentinos ocuparam um lugar marginal na vida da colônia uma vez que a cana-de-açúcar não conseguiu prosperar no litoral sul da mesma forma que no litoral do nordeste brasileiro. Desta forma, longe dos planos da coroa, a capitania se voltou para dentro, buscando sobreviver explorando os recursos do planalto, incluindo aí “drogas do sertão” e os “negros da terra” (Monteiro 1994). Neste processo de interiorização as estratégias de subsistência indígenas tornaram-se novamente essenciais, pois vai fornecer os meios materiais à expansão e interiorização (Holanda, 1994).

Nesse relacionamento são os grupos Guaranis que entraram em grande número na província paulista³⁶ e passaram a ter maior influência na nova fase de expansão paulista, impondo seu principal cultivo e alimento, o milho. Assim, embora ainda presente, a mandioca passa a ter um papel secundário (Abreu, 2000:132; Holanda, 1994; Monteiro, 1994, Pinto e Silva, 2005; Schaden, 1962).

³⁵ In www.biota.org.br/info/soopaulo/index, acessado em 05/05/2008.

³⁶ na metade do século XVII a população guarani representava a maioria da população cativa da província paulista.

Quanto ao modo de vida do paulista, na qual a mandioca havia se adaptado bem no primeiro século da colonização, continuava sendo caracterizado pelas andanças pelo sertão. Porém, as viagens tornaram-se mais longas, atingindo as áreas do centro e do sul do território brasileiro. Estas longas viagens tornaram inviável o cultivo da mandioca, pois a rama perdia sua capacidade vegetativa antes de chegar ao seu destino, além de ocupar mais espaço na bagagem. Ao contrário, o milho era fácil de carregar e sua semente tinha um tempo vegetativo maior, podendo ser plantado muitos meses depois de estocado. Após ser colhido, o milho representava um alimento de fácil disponibilidade e que não exigia infra-estrutura para o seu processamento como era o caso da mandioca, principalmente sua variedade amarga. Mesmo quando os assentamentos paulistas tornam-se mais estáveis, já no século XVIII, o milho, principalmente na forma de farinha, assume um papel ainda mais importante.

Outro fator que exerce grande influência sobre o declínio do cultivo da mandioca é o envolvimento da capitania com o mercado de gêneros alimentícios da colônia, como demonstramos no capítulo três.

A primeira forma de produção voltada exclusivamente para o mercado interno foi o cultivo do trigo, durante o século XVII, cujo cultivo foi favorecido pelas condições ambientais da região do planalto, com temperaturas amenas, altitudes mais elevadas e solos férteis. Porém, o surgimento de um mercado com grande demanda por este produto e a existência de um grande contingente de escravos indígenas, principalmente Guaranis, provenientes das incursões pelos sertões empreendidas pelos bandeirantes também foram fatores decisivos no desenvolvimento deste cultivar.

Com a descoberta de ouro a região das Minas tornou-se alvo de um grande fluxo migratório, tanto externo como interno. A crescente população acabou por impulsionar um comércio interno da colônia, onde a província de São Paulo se tornou passagem obrigatória. Esta movimentação pela província paulista era feita, até o século XIX, principalmente no lombo de animais, cujo principal alimento era o milho. Desta forma cria-se uma demanda por este cereal que vai justificar sua presença mais marcante na agricultura paulista, de acordo com o que vimos no capítulo três (Holanda, 1994; Fausto, 2001; Furtado 2000). Ambos os fatores, mercado interno e cultivo do trigo para o mercado acabam por influenciar as estratégias de subsistência dos pequenos agricultores de São Paulo, em direção a uma certa especialização da agricultura, centrada em algumas poucas espécies em detrimento de outras, o que levaria a uma simplificação do sistema agrícola. Em contato com o mercado os agricultores passam a cultivar de acordo com as necessidades deste mercado, concentrando

seus esforços em espécies economicamente mais rentáveis (Molina e Casado, 2006; Emperaire, 2002).

Dessa forma, quando chegamos ao início do século XIX, encontramos no território da província de São Paulo duas nítidas áreas culturais: uma no litoral e outra no planalto, onde na primeira a maior influência é da mandioca, enquanto na segunda é a do milho. Na gênese desta diferenciação encontramos as bases socioambientais e a trajetória histórica da província de São Paulo.

6.3 - O declínio da mandioca em São Paulo nos séculos XIX e XX.

Durante os séculos XIX e XX as transformações no mundo rural paulista (capítulos 4 e 5) vão acentuar ainda mais as tendências que levaram ao declínio do cultivo da mandioca.

Primeiramente, a tendência à diminuição do número de espécies e variedades cultivadas, principalmente a mandioca, parece estar inversamente relacionada ao envolvimento dos pequenos agricultores com o mercado, tanto interno como externo (Emperaire, 2002; 2002a).

Na terceira década do século XIX, com o desenvolvimento do mercado interno de gêneros alimentícios³⁷ (capítulo 4) as pequenas propriedades se expandiram, tornando-se médias ou grandes, e especializando-se cada vez mais em gêneros alimentícios voltados para o mercado urbano (Luna e Klein, 2005:122; Messias, 2003:32). Como vimos na seção anterior, no mercado interno das colônias do sul e sudeste existia uma grande preferência pelo milho, principalmente pelo fato de servir, ao mesmo tempo, de alimento para os animais de cargas e para o homem.

A ocupação de amplos espaços territoriais pelas monoculturas de café e cana-de-açúcar, os principais produtos agrícolas de exportação na capitania neste período, vai se intensificar no decorrer dos séculos XIX e XX. Dentre estes dois, sem dúvida, o café foi o principal agente homogeneizador da paisagem agrária do século XIX e início do século XX, conquistando grandes áreas do território estadual. Devido a necessidade de expansão de novas plantações para atender a demanda internacional crescente, o café se espalha rapidamente para o oeste paulista, tornando-se o principal produto brasileiro de exportação, posição mantida pelo menos até meados do século XX (Fausto, 2001; Petrucelli, 1994).

No início do século XX, quando a agricultura camponesa paulista começou a ser o principal alvo da agenda de transformações visando a “modernização” do Estado, vista como necessária para impulsionar o cultivo de café, a pressão para a diminuição do número de

³⁷ Vale observar que esse mercado não é recente, conforme vimos no capítulo três, porém é no século XIX que ele vai se expandir.

espécies cultivadas pelos camponeses e para uma maior integração com o mercado se intensificou (capítulo cinco). A “policultura” praticada pelos camponeses representava, para este novo modelo, um desperdício de energia, uma vez que a agricultura “eficiente” deveria se concentrar em poucos cultivos, preferencialmente os mais lucrativos (Ferraro, 2005).

A agenda de “modernização” da agricultura camponesa persistiria até a década de 1930, quando um novo modelo de desenvolvimento econômico-social inspirado no capital industrial passou a dar o tom das iniciativas estatais. Na implantação deste novo modelo a agricultura deveria voltar sua produção para garantir o desenvolvimento das cidades e da indústria, suprindo de alimentos baratos o crescente proletariado urbano. Com a intensificação do processo “modernizador” da agricultura paulista a partir década de 1960, que representa a predominância da agroindústria, com a chamada “Revolução Verde” (capítulo cinco), a perda de biodiversidade intra e interespecifica também se intensifica. Sementes tradicionais são substituídas por variedades modernas e cientificamente criadas para aumentar a produtividade e lucratividade, assim como mais áreas de florestas serão constantemente abertas para a ampliação da fronteiras agrícola (Balsan, 2006:130-131).

Todas essas transformações até aqui destacadas, o mercado interno, o cultivo do café e da cana e a “modernização da agricultura” possuem um ponto em comum: apresentam uma tendência à especialização no cultivo de determinadas espécies, obviamente aquelas de valor econômico mais expressivo. Nesse crescente processo de inserção dos camponeses paulistas numa economia de mercado, o cultivo da mandioca mostrou-se mais vulnerável, principalmente, pelo fato de não ter um papel de destaque nos hábitos alimentares dos centros urbanos (Emperaire, 2002a, 2002; Molina e Casado 2006; Burnier, 2000; Fausto, 2001; Murrieta, 2001, Paiva, 2002).

Outra transformação de grande impacto sobre o cultivo da mandioca está relacionada à alteração da paisagem no Estado de São Paulo, principalmente o intenso desmatamento operado durante os séculos XIX e XX. Como vimos no capítulo quatro, a lei de Terras acabou por expulsar o pequeno agricultor do campo e tornou este disponível para a expansão da monocultura acelerando ainda mais o processo de desmatamento. Embora, a expansão da agricultura monocultora tivesse início nos séculos anteriores de colonização, com o cultivo do trigo e da cana-de-açúcar (capítulo dois e três), foi a partir da segunda metade do século XIX, com a expansão da monocultura do café, que o processo vai se intensificar no Estado de São Paulo. Assim, os períodos entre 1854 e 1920, quando o café era o principal produto cultivado no estado, e por isso mesmo alvo de políticas de valorização, a floresta sofreu um grande recuo, uma vez que, pelo menos durante todo o século XIX e início do século XX, as

plantações de café continuavam sendo feitas através do método de corte-e-queima (Andrade, 1994; Dean, 1996).

Nas décadas de 1920 e 1930, outro cultivo reaparece e assume gradualmente o lugar do café nas grandes fazendas: a cana-de-açúcar, impulsionada pela demanda de açúcar no mercado interno, que se encontrava no próprio Estado, e a eminente crise do café, devido à superprodução. Assim, na década de 1940, São Paulo já se tornava o maior produtor de açúcar do país superando inclusive o estado de Pernambuco que liderava o mercado desde o período colonial. Os incentivos por parte do governo à produção de cana nas décadas seguintes, como a facilitação de empréstimos e adoção de políticas públicas de subsídio para o emergente indústria de etanol³⁸ fizeram com que este cultivar se espalhasse ainda mais pelo Estado de São Paulo, dando continuidade ao processo de desmatamento e homogeneização da lavoura, iniciado pelo café (Andrade, 1994; Dean, 1996).

Embora os agricultores caipiras mantivessem o hábito de cortar a mata e atear fogo para o cultivo, este método já apresentava algumas variações que não mais permitem sua caracterização como “tradicional” (capítulo um). Assim, sua agricultura rompe com este “modelo” por desrespeitar duas condições básicas deste método: a presença de biomassa vegetal, responsável pela liberação de nutrientes e o tempo de pousio exigido para a terra se recompor (Peroni, 2004; Martins, 2001; Kleinman et al, 1995).

Como já discutido no primeiro capítulo, a adequação da agricultura de corte-e-queima as áreas de floresta tropical, está ligada principalmente a sua capacidade de transferir nutriente da biomassa vegetal para os solos poucos férteis da maior parte dos trópicos. Ademais, a itinerância do sistema requer uma grande disponibilidade de terras. A implantação de monoculturas de regimes de cultivo intensivos compromete a sustentabilidade da prática de corte-e-queima já que elimina a cobertura florestal (André, 2007:153; Dean, 1996; Martins, 2001; Vasey, 1992). Concomitante ao desaparecimento das áreas de floresta ocorre também uma intensificação do cultivo nas áreas já abertas, diminuindo o tempo de pousio necessário para a recuperação da biomassa vegetal para que seja novamente transformada em nutrientes.

Uma das conseqüências dessas transformações do método de corte-e-queima, é a tendência à uma diminuição da diversidade de espécies e variedades cultivadas, e a mandioca tem se mostrado vulnerável a este tipo de pressão. Sua presença no corte-e-queima, quando praticada no “modelo tradicional” não é aleatória, mas obedece às suas características de “habilidade de combinação genética” que lhe fornece vantagens sobre outras espécies. Porém,

³⁸ Como o caso do Proálcool na década de 1970.

quando o contexto de vantagens da mandioca é alterado, a floresta e disponibilidade de terras, e o “modelo tradicional” se transforma, a mandioca apresenta uma tendência à diminuição do cultivo, fazendo com que muitas de suas variedades deixem de ser cultivadas (Peroni, 2004; Peroni e Hanazaki, 2002, André, 2007; Dean, 1996; Martins, 2001; Vasey, 1992)

Acompanhando essas transformações na agricultura ocorreram também mudanças no modo-de-vida do campesinato impulsionadas pelo avanço da agroindústria e urbanização. Por exemplo, Candido (2001) sugere que durante o século XX o campesinato paulista teve alguns dos principais elementos de seu modo de vida (como retratado no século XIX) impactados, como por exemplo, a vida semi-nômade.

A vida itinerante dos camponeses paulistas estava condicionada à disponibilidade de terras, que passou a ser limitada, desde o século XVII, pela concentração de terras nas mãos de alguns poucos proprietários e expansão do latifúndio voltado para a monocultura (Luna e Klein, 2005; Messias, 2003). No século XIX esta expansão dos latifúndios ganhou um considerável impulso a partir da Lei de Terras (1850), que acabou por expulsou o pequeno agricultor da terra ou integrá-lo como mão-de-obra nas fazendas. Assim, muitas áreas ocupadas por camponeses deram lugar a imensas fazendas de café, onde o pequeno agricultor se tornou um agregado ou parceiro, não possuindo mais as terras onde cultivava.

Durante o século XX, esse processo de alienação do campesinato paulista se intensificou ainda mais com a iniciativa do governo em colocar à venda as terras consideradas “devolutas”, mesmo quando estas eram ocupadas por “posseiros”. Isso acaba acentuando ainda mais o êxodo rural, levando um grande número de camponeses para os centros urbanos, onde eram marginalmente integrados como mão-de-obra da crescente indústria ou se transformavam em “lumpen proletário” rural das grandes fazendas ou nas agroindústrias. Este processo tem reflexos diretos nas culturas agrícolas tradicionais, como a mandioca, implicando normalmente em perdas totais ou parciais do capital cultural, pois o tubérculo deixa de fazer parte das estratégias de sobrevivência destes grupos (Crumley, 1996).

O campesinato que ainda possuía a terra também foi “obrigado” a passar por algumas transformações. Primeiramente, a proximidade com a sociedade urbano-industrial transforma aquilo que Candido (2001) chamou de “mínimo de sobrevivência”, ajustando-o as novas possibilidades de consumo, levando o camponês a consumir de forma mais freqüente produtos que ele não produziu. Para satisfazer esses novos “mínimos vitais” sua produção, antes voltada para a subsistência, começa a se voltar para comercialização de forma a satisfazer seus novos de consumo (Godelier, s/d; Candido, 2001; Cardoso, 1978; Queiroz,

1973). Assim, mesmo no mundo rural “tradicional” a mandioca perdeu lugar para as culturas de mercado.

O processo de imigração, principalmente européia (capítulo quatro), também, ao nosso ver, pode ter contribuído para a erosão do cultivo da mandioca. Primeiramente, a própria imigração é impulsionada, mesmo que não exclusivamente, por uma expectativa de melhores condições econômicas (Holanda, 1980:20). Uma vez aqui, o imigrante já se via envolvido em um esquema da produção exclusiva para o mercado, a monocultura do café, principalmente. Nas poucas oportunidades que tinha de cultivar para o próprio sustento, aproveitando-se da “brecha camponesa” (capítulo 1), como no sistema de parceria, sua produção procurava atender não apenas a necessidades de subsistência, mas também a demanda do mercado. Desta forma, o camponês imigrante podia adquirir produtos que não produzia, como também conseguir acumular dinheiro quitar as pesadas dívidas assumidas, principalmente, com a aquisição de alimentos nos primeiros anos no país (Ribeiro, 1995). Assim, os produtos cultivados em suas “roças” se concentraram em produtos que pudessem atender a essa dupla lógica, no qual o milho se encaixava melhor, como mostra os depoimentos de alguns viajantes que observaram os imigrantes no Brasil, citados no capítulo quatro. Dessa forma o cultivo da mandioca passou a ser praticado de forma cada vez mais modesta e voltado exclusivamente para o consumo próprio.

Com o sistema de colonato, onde a renda do imigrante dependia do número de pés de café que cuidava, acabou fazendo com que este abandonasse os cultivos de subsistência, dedicando-se aos cultivos comerciais (Ribeiro, 1995).

Os hábitos alimentares desses imigrantes também podem ter agido para aprofundar o declínio do cultivo da mandioca no Estado de São Paulo. Os colonos oriundos do centro e do norte da Europa, principalmente entre os anos de 1827 e 1860, apresentavam mais resistência à adoção dos hábitos alimentares praticados na província, chegando a influenciar alguns locais de colonização com seus hábitos alimentares associados às culturas “hortenses”, cujos produtos eles vendiam nos mercados locais (Holanda, 1980:20; 31).

Dentre os vários grupos imigrantes que se deslocaram para o Brasil, e especificamente à província de São Paulo, a partir de 1875, os italianos representaram o maior contingente migratório do período. Este contingente foi reforçado com uma grande leva de imigração, após a segunda guerra mundial, que trouxe mais italianos para o Estado, fazendo desta a nacionalidade com maior número de representantes em terras paulistas. Ao chegarem ao Brasil, estes imigrantes tinham que se adaptar ao clima, ao ambiente, à língua e, principalmente, aos alimentos da terra, porém, sempre tentando manter alguns aspectos de seu

modo de vida anterior (Fernandes, 2006:11). A própria familiaridade pré-existente com o milho, fez com que os italianos, principalmente aqueles do norte e do centro daquele país, preferissem este cereal que aos outros produtos da terra, pois o relacionamento com este já vinha de longa data. A polenta de milho era reconhecida pelos italianos pobres como comida popular no período pós-unificação. Assim, além de garantir a subsistência dos italianos, o milho também representava a permanência de hábitos “tipicamente italianos”, uma tentativa de manter sua identidade no meio de tantas adaptações, tendo a vantagem de ser um cultivo tradicionalmente praticado aqui (Barghini, 2004; Oliveira, 2007; Piffar, 2006).

Mesmo entre os imigrantes italianos que não estavam acostumados com a polenta, como os oriundos do sul da Itália, onde predominavam as farinhas de trigo, cevada e centeio, mediante a restrita oferta destes produtos no interior de São Paulo, acabam aderindo ao fubá, encontrado com maior facilidade (Oliveira, 2007). Os italianos também exerceram grande influência nos hábitos alimentares das localidades onde eles se instalaram introduzindo cultivos de hortaliças, pouco consumidos no Brasil, como a rúcula e a alcachofra que penetrava nos hábitos alimentares dos brasileiros através do mercado local (Holanda, 1980; Oliveira, 2007).

Dessa forma, concluímos nosso trabalho constatando que no Estado de São Paulo o cultivo da mandioca teve dois momentos distintos. Primeiro, durante o início da colonização do território paulista, quando o tubérculo ocupou um lugar de destaque, representando o cultivo principal e sustentando o processo de povoamento desta região. Este papel central deve ser entendido como o resultado das condições ambientais da faixa litorânea e nas áreas iniciais do planalto, como o solo, a temperatura, as precipitações e a cobertura vegetal, além do contexto sócio-econômico e cultural, caracterizado principalmente pela vida seminômade e influência indígena.

Porém, nos séculos seguintes o cultivo da mandioca, apesar de presente, começa a dar sinais de declínio frente à maior penetração dos colonizadores no interior do território paulista que começaram a se instalar em áreas ecológicas que apresentavam características distintas daquelas encontradas no litoral. Na região planaltina do Estado de São Paulo, as melhores condições do solo e o clima mais ameno, adicionados às longas viagens ao interior e a grande influência indígena, fizeram com que o milho assume o lugar de “staple food”, antes representado pela mandioca.

Durante o século XIX e na primeira metade do século XX o desenvolvimento do mercado interno, a introdução de monoculturas como a cana e o café, a expropriação de terras camponesas pelos latifundiários, a entrada de novas levas de imigrantes europeus, a

intensificação do desmatamento e a “modernização” da agricultura (capítulos 4 e 5) acabaram por acentuar ainda mais o declínio cultivo da mandioca, que já tinha um papel secundário, chegando a desaparecer em alguns locais (capítulo 5). Os pequenos agricultores que ainda se mantêm na terra após todo esse processo de transformações apresentam duas tendências: começam a se apresentar como um pequeno produtor, ou “agricultor familiar” ou passam a habitar as regiões marginais tanto ecológicas quanto economicamente, denominados hoje de “populações tradicionais”. Entre os primeiros, as relações com o passado camponês vão se tornando cada vez mais tênues, chegando a se diferenciar desta. Apesar de manterem a estrutura familiar, se encontram altamente integrados as demandas do mercado, que se reflete em seus cultivares, incorporando avanços técnicos e capazes de responder à políticas governamentais (Abramovay, 1998). O segundo grupo, apesar de manter ainda algumas características “tradicionais”, também apresentam outras já transformadas, como o declínio ou a ausência do cultivo da mandioca³⁹.

Essas transformações, observadas por uma perspectiva histórica, de acordo com suas relações com o cultivo da mandioca, podem ser agrupadas em três grandes grupos: a) diminuição da diversidade cultivada; b) alterações no sistema agrícola de corte-e-queima, devido principalmente ao desaparecimento da cobertura vegetal e escassez de terras; e c) a integração cada vez mais intensa do campesinato à sociedade urbano-industrial.

Assim, a combinação dessas variáveis resultou na reorganização das estratégias de subsistência camponesa, em comparação com aquela retratada no século XIX, e teve como uma de suas conseqüências a perda e o abandono de várias culturas agrícolas. A mandioca é apenas o exemplo mais sintomático do colapso deste capital cultural (Crumley, 1996; Lees e Bates, 1990).

Assim, temos confirmada a hipótese inicial deste trabalho que defende que as transformações políticas-econômicas e socioambientais pelas quais os camponeses do Estado de São Paulo passaram durante os séculos XIX e XX tiveram como uma de suas conseqüências o declínio e até o desaparecimento do cultivo da mandioca entre as estratégias de sobrevivência destes grupos. Assim, aquela caracterização do campesinato tradicional brasileiro (definida no primeiro capítulo) baseada em uma produção agrícola voltada primordialmente para a subsistência do grupo familiar, relativo envolvimento com o mercado local, praticante de uma agricultura de itinerante baseada no sistema de corte-e-queima e contando com a mandioca como sua principal cultura agrícola se apresenta reconfigurada.

³⁹ Alguns estudos recentes têm mostrado que o cultivo da mandioca entra “as populações tradicionais” tem apresentado um declínio até o desaparecimento de algumas variedades deste tubérculo (Empereire, 2002; Peroni e Martins, 2000)

Esperamos, com este trabalho ter contribuído para a consolidação do campo da História Ambiental no Brasil, na medida em que procuramos mostrar que os estudos das relações entre as sociedades e o mundo natural devem partir da perspectiva interdisciplinar. Para isso é necessário integrar informações de disciplinas, como a antropologia, a ecologia, geografia, a economia, a arqueologia, entre outras, além, é claro da História. Desta forma reafirmamos um dos postulados do campo da História Ambiental: o diálogo sistemático com disciplinas de áreas diversas (Drummond, 1997; Worster, 1991).

Também esperamos ter mostrado que as informações oferecidas por essas disciplinas devem ser dimensionadas em uma perspectiva histórica, isto é, mostrar que os relacionamentos dos humanos com o mundo natural possuem uma trajetória histórica, suprimindo uma lacuna deixada pelos estudos concentrados apenas na situação presente destas relações, que podem acabar por “naturaliza-las” (Wilmsen e Denbowm, 1990).

Outra preocupação apresentada neste trabalho foi a tentativa de dimensionar essas relações em períodos mais longos de tempo, por isso iniciamos nossa narrativa com o início da colonização do Estado de São Paulo. Acreditamos que o uso de recorte temporal mais longos permite observar transformações que em períodos mais curtos seriam impossíveis de serem percebidas, como foi o caso do declínio do cultivo da mandioca no Estado de São Paulo, cuja presença passa quase despercebido, “naturalmente” considerada como integrante da área de subsistência do milho. (Braudel, 1984; 1995; Drummond, 1997; Worster, 1991). Outra contribuição que esperamos que este estudo possa dar à História Ambiental brasileira é a perspectiva “intrahistórico”, isto é, o diálogo entre os múltiplos domínios da História, como a História Economia e a História Social, fortalecendo aquilo que consideramos uma das características deste campo de estudo, que é o caráter de “síntese histórica” na formação daquilo que consideramos “ambiente”: a trama complexa e dinâmica de elementos físicos-biológicos e os elementos econômicos, sociais, culturais, entre outros (Martins, 2007).

Enfim, esperamos ter mostrado que a “História da Natureza” e a “História dos Homens” não podem ser separadas e que estas se condicionam reciprocamente.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Editora Hucitec, Editora da Unicamp: SP-Campinas, 1998.

ADAMS, C. As florestas virgens manejadas. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Série Antropologia, vol. 10, nº1. p.3-20. 1994.

ADAMS, C. Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume: Fapesp. 2000.

ADAMS, C.; SIQUEIRA, A. D.; MURRIETA, R.S. & SANCHES, R. O Pão da Terra: Da Invisibilidade da Mandioca na Amazônia. In ADAMS, CRISTINA; MURRIETA, RUI; NEVES, WALTER. Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade. Annablume: São Paulo, 2006.

ADAMS, C; MURRIETA, R.S.S; SANCHES, R. A. Agricultura e Alimentação em Populações Ribeirinhas Ambiente & Sociedade – Vol. VIII nº. 1 jan./jun. 2005

ADANS, C.; MURRIETA, R.S.S.; SIQUEIRA, A.D.; NEVES, W.; SANCHES, R. A. O pão da terra: da invisibilidade da mandioca na Amazônia. In: ADANS, C.; MURRIETA, R.S.S.; NEVES, W (eds.). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

AGASSIZ, Jean Louis R. Viagem ao Brasil. 1865-1866. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

AGUIAR, P. Mandioca: pão do Brasil. (Coleção Retratos do Brasil, v.166) RJ: Civilização Brasileira, 1982.

AGUIRRE ROJAS, C. A. Os Annales e a historiografia francesa: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault. Maringá: Eduem, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

Amaral, Luis. História geral da agricultura brasileira no tríplice aspecto político-social-econômico. São Paulo : Companhia editora nacional, 1939-40. p.311.

Amaral, Luis. História geral da agricultura brasileira no tríplice aspecto político-social-econômico. São Paulo [etc.]: Companhia editora nacional, 1939-40. p.311.

AMARAL, Luis. História Geral da Agricultura brasileira. No tríplice aspecto político-social-econômico. Vol. i. cia. Editora nacional, são paulo. 1939.

ambiental paulista. Temas, fontes, métodos. São Paulo: Editora Senac, 2007.

AMORIM, M. L. O “segundo Eldorado” Brasileiro. Navegação fluvial e sociedade no território do ouro. De Ararituaba a Cuiabá (1719-1838). Dissertação. UFMS, Dourados, 2004.

Amorim, M. L. O “segundo Eldorado” Brasileiro. Navegação fluvial e sociedade no território do ouro. De Ararituaba a Cuiabá (1719-1838). Dissertação. UFMS, Dourados, 2004. 111-112.

Amorim, M. L. O “segundo Eldorado” Brasileiro. Navegação fluvial e sociedade no território do ouro. De Ararituaba a Cuiabá (1719-1838). Dissertação. UFMS, Dourados, 2004. p. 126.

ANDRADE, Daniela. Pobreza rural e conservação da mata Atlântica no processo de transformação do sistema de produção agrícola caboclo: História agrária do município de Iguape Vale do Ribeira-SP. Dissertação. USP - Procam, São Paulo, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. Modernização e pobreza. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

ANDRADE, T. PEREIRA, C.A.; ANDRADE, M.R. (eds.). Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território. 2ª ed. São Paulo: Itesp: Páginas e Letras- páginas e Letras- ed. Gráfica, 2000.

ANDRÉ, R. G. Cafeicultura e degradação ambiental. In Martinez, P.H (org.). Historia

ANDRÉ, R. G. Cafeicultura e degradação ambiental. In Martinez, P.H (org.). Historia ambiental paulista. Temas, fonts, metodos. São Paulo: Editora Senac, 2007.

ANDREONI, João Antônio (Antonil). Cultura e opulência do Brasil. Livr. Progresso Editora, 1955.

Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil* (1711). Salvador, Livraria Progresso Editora, 1950. p. 259

ARAÚJO, Oscar Egídio de. Alimentação da classe obreira de São Paulo. Revista do Arquivo Municipal. Ano VI. Vol. LXIX, São Paulo, 1940.

ARNALD, David. La naturaleza como problema histórico. El médio, la cultura y la expansion de Europa. Fonde de Cultura Econômica: México, 2000.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Ambiente & Sociedade. Ano II. N°5- 2º Semestre, 1999.

Assunção, Paulo de. A Terra dos Brasis: A Natureza da América Portuguesa Vista Pelos Primeiros Jesuítas. São Paulo: Annablume, 2000.

ASSUNÇÃO, Paulo de. A Terra dos Brasis: A Natureza da América Portuguesa Vista Pelos Primeiros Jesuítas. São Paulo: Annablume, 2000.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem à Província de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pelo Norte do Brasil no Ano de 1859. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/ Instituto Nacional do Livro, 1961.

AVE-LALLEMANT, Robert. Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858. vol I, Rio de Janeiro: Instituto nacional do livro/Ministério de Educação e Cultura, 1953.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Sul do Brasil no Ano de 1858*. vol. I, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro/ Ministério de Educação e Cultura, 1953. p. 31

AZEVEDO, Thales. Povoamento da Cidade de Salvador, Edição da Prefeitura Municipal de Salvador, Bahia, 1949, (Aguair, 1982:31)

BALÉE _____. Introdction. In Balle. W (ed.). *Advances in historical ecology*. Columbia University Press. New York, 1998a.

BALÉE _____. *Historical Ecolgy: Premises and postulates*. In Balle. W (ed.). *Advances in historical ecology*. Columbia University Press. New York, 1998b.

BALÉE, W. Cultura na vegetação da Amazônia Brasileira. In: Neves, W.A. (Ed.) *Biologia e ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectivas*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. CNPq. (p.95-109), 1989.

- BALÉE, William. (editor). *Advances in historical ecology*, New York : Columbia University Press, 1998.
- BALSAN, Rosane. Impactos da modernização da agricultura brasileira. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, vol. 1, n. 2, agosto, 2006.
- BARGHINI, Alessandro. “O milho na América do Sul pré-colombiana. Uma história natural.” In: *Antropologia n°61*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2004.
- BARGHINI, Alessandro. “O milho na América do Sul pré-colombiana. Uma história natural.” In: *Antropologia n°61*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2004.
- BARICKMAN, J.B. Um contraponto Baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante Oito Anos no Brasil* (1647). São Paulo, EDUSP, 1974.
- BATES, Henry Walter. *O Naturalista no Rio Amazonas* (1848-1859). São Paulo, Ed. Nacional, 1944.
- BATES, Henry Walter. *O Naturalista no Rio Amazonas* (1848-1859). vol. I, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944.
- BECKERMAN, S. A Amazônia estava repleta de gente em 1492? In NEVES, W.A. (org) *Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia*, 1991
- BERKES, F. e FOLKE, C. (eds). *Linking social and ecological systems: management practices and social mechanisms for building resilience*. Cambridge University Press: New York, 1998.

BESKOW, P. R. Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964).

BIARD, Auguste François. *Dois anos no Brasil* /. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BIARD, François. *Dois Anos no Brasil* (1858-1859). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945

BIERRENBACH, N.B. Como se Vivia nas Vilas e Fazendas Antigas, memórias de Antonio de Pádua Côrrea in Moura, C.E.M (org), *Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX*, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998. p.171-181.

BLUTEAU, Rafael *Vocabulario portugues e latino Caminha* : Impressor Real, 1716

BRADY, D. S.K. Shifting Cultivators as agent of deforestation. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, 1996, vol. 58, n° 1 pp.3-11.

Brandão, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Dois Mundos

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. 1943-1944. Recursos, possibilidades. Rio de Janeiro, 1944.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Estatísticas, recursos, possibilidades. Rio de Janeiro, 1936.

BRASIL, Relações das condições geográficas, econômicas e sociais. 1939-1940.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Martins Fontes: São Paulo, 1995.

- BRAUDEL, Fernad. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II. 2 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- BRAUDEL, Fernand. Civilização Material Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII. Vol. 1 As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. Martins Fontes: São Paulo, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II. 2 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- BROCHADO, J.P. Alimentação na floresta tropical. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRS, 1987.
- BRUNO, Ernani Silva, Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira, 6 volumes. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2000-2002.
- BRUNO, Ernani Silva. Equipamentos, uso e costumes da casa brasileira. Volumes 1-5. São Paulo: Museu da casa brasileira, 2000.
- BUNBURY, Charles James Fox. Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e minas Gerais: 1833-1835. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.
- BURKE, P. A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Fundação Editora da Unesp. 1997.
- BURNIER, Diva Maria da Faria. Agricultura brasileira: a produção de alimentos. Dissertação. FFLCH/USP: São Paulo, 2000.
- CALI, Plácido. O processo de povoamento do litoral sul de São Paulo: Juréia-Itatins. Dissertação de mestrado, São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

CAMPBELL, A.C.; GONZATTO A.M.; OGATA, J. Projeto de Educação Ambiental Meu Mundo. Fundação SOS Mata Atlântica. Paper, 2002.

Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

CANDIDO, 2001. parceiros....

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades. Ed.34, 2001.

CANSTATT, Oscar. *Brasil, a Terra e a Gente* (1868). Rio de Janeiro, Irmãos Pengetti Ed., 1954.

CANSTATT, Oscar. Brasil: Terra e Gente (1871). Brasília: Senado federal, Conselho Editorial, 2002.

CAPANEMA, Guilherme Schuch. *Agricultura. Fragmentos de um relatório dos comissários brasileiros à Exposição Universal de Paris*. Rio de Janeiro, 1858.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Escravos ou Camponeses? : o protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

CARNEIRO, Henrique Soares. Comida e Sociedade. Uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CAROLA Carlos Renato. Jeca Tatu e o processo civilizador da família rural brasileira. s/d.

CAROLA Carlos Renato. Jeca Tatu e o processo civilizador da família rural brasileira. s/d.

CARVALHO, João Carlos Monteiro de. Camponeses no Brasil. Petrópole: Vozes, 1978.

CASCUDO, Luís da Câmara. História da Alimentação no Brasil. 3. ed. São Paulo :
Global., 2004.

Cascudo, Luis da Câmara. História da alimentação no Brasil. 3 ed. São Paulo: Global,
2004.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às Regiões Centrais da América do Sul* (1843-1844). t.
I, São Paulo, Biblioteca Pedagógica Brasileira/ Companhia Editora Nacional, 1949

COELHO, Fabiano. Camponeses e abastecimento interno na colônia: algumas reflexões.
Revista História em Reflexão: Vol. 1 n. 2. UFGD. Dourados Jul/Dez, 2007.

CONCEIÇÃO, Antônio José. A Mandioca. Universidade Federal da Bahia, 1979.

COOK, M. A. Uma Breve História do Homem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora., 2005.

CRONON, W. Changes in the land: indians, colonists and ecology of New England. New
York: Hill and Wang, 1983.

CROSBY, A.W. Imperialismo Ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900.
(trad.). São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

CRUMLEY, Carole L. Historical Ecology: cultural knowledge and changing landscapes.
Santa Fe: School of American research, 1996

D'ABBEVILLE, Claude. História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas (1612). São Paulo, EDUSP/ Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

D'ALINCOURT, Luís. Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. Brasília: Senado federal, Conselho Editorial. 2006.

D'ALINCOURT, Luís. Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. Brasília: Senado federal, Conselho Editorial. 2006

D'ORBIGNY, Alcides. Viagem Pitoresca através do Brasil. São Paulo, Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia Editora, 1976.

D'ORBIGNY, Alcides. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. São Paulo, EDUSP/ Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.

D'ALINCOURT, Luis. Memória Sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá (1818). São Paulo, Biblioteca Histórica Paulista/ Comemorativa do IV Centenário da Fundação de São Paulo, 1954.

DANIEL, Pe. João. Tesouro Descoberto no Rio Amazonas, separata dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1975, v. 95, t. 1-2. apud Linhares, 139.

DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil (1850). Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

DAVATZ, Thomas. Memórias de um Colono no Brasil (1850). São Paulo, EDUSP/ Biblioteca Histórica Brasileira/ Martins Editora, 1972.

DEAN, Warren. A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Trad. São Paulo, Cia. Das Letras, 1996.

DEAN, Warren. A luta pela borracha no Brasil um estudo de história ecológica (tradução, Eduardo Brandão), São Paulo : Livraria Nobel, 1989.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1816-1831). t. I, vol. I e II, São Paulo, Martins Editora, 1940a.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1816-1839). t. II, vol. III, São Paulo, Martins Editora, 1940b. p. 177

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1816-1839). t. II, vol. III, São Paulo, Martins Editora, 1940b. p. 177

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1816-1831). t. I, vol. I e II, São Paulo, Martins Editora, 1940

DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato. Uma história da vida rural no Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006

DIAMOND, Jared M. Colapso. Como as Sociedades escolhem o Fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DIEGUES, A.C. & ARRUDA, R.S.V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil
Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, USP, 2001

DIEGUES, A.C.C.S. O mito moderno da natureza intocada. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio a pesquisa sobre populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001

DOBLES, Silvia Meléndez. La Historia Ambiental: Aportes interdisciplinarios y balance crítico desde América Latina. In Cuadernos Digitales: Publicación Electrónica em

Historia, Archivistica Y Estudios Sociales. Vol.7 n° 19, Noviembre. 2002.
<http://www.ts.ucr.ac.cr/~historia/cuadernos/c19-his.pdf> (acessado em 05/07/2007)

D'ORBIGNY, Alcides. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. São Paulo, Belo Horizonte, EDUSP/ Itatiaia Editora, 1976.

D'ORBIGNY, Alcides. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. São Paulo, Belo Horizonte, EDUSP/ Itatiaia Editora, 1976. p. 174.

DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio.

DRUMMOND _____. *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. In *Estudos Históricos*, RJ, vol.4, n. 8. 1997

DRUMMOND _____. *Devastação e Preservação Ambiental: Os Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

DRUMMOND, José Augusto. *A História Ambiental e o choque das civilizações*. In *Ambiente e Sociedade*, Ano III, n5, 2ª Semestre, 1999.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUFOUR, Darna L. *Cyanide Contento f Cassava (Manihot esculenta, Euphorbiaceae) Cultivars Used by Tukanoan Indians in Northwest Amazonia*. IN *Economic Botany*, 42(2). p. 255-266, 1988.
Editora, 1943.

ELLEN, Roy. Environment, subsistence and system: the ecology of small-scale social formations. Cambridge University Press: New York, 1991.

EMPERAIRE, L. O Manejo da agrobiodiversidade – o exemplo da mandioca na Amazônia. In BENSUSAN, Nurit. (org.) Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade: como, pra que, por quê? Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto Socioambiental, 2002.

EMPERAIRE, Laure. A agrobiodiversidade em risco. O exemplo das mandiocas na Amazônia. In. Ciência Hoje. Vol. 32. nº 187, 2002 a.

EMPERAIRE, Laure. O manejo da agrobiodiversidade. O exemplo da mandioca na Amazônia. In. Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade, como, para que, por quê. Instituto socioambiental/ Editora UnB, 2002.

Emperaire, Laure. Populações tradicionais, agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais associados na Amazônia brasileira. Programa do IRD, texto eletrônico. www.brasil.ird.fr

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Brasil, novo mundo. BH: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1996.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Noticias e reflexões estatísticas da Província de Minas Gerais. In: Revista do Arquivo Publico Mineiro, (s.l.), 1989.

FAO. Cassava Processing. Roma: FAO, 1977

FAO. The World Cassava Economy, Facts, Trends and Outlook, s/d. in www.fao.org

Fausto, Boris. *Historia Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FERRARO, Mario Roberto. *A gênese da agricultura e da silvicultura moderna no estado de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Piracicaba: Esalq-USP, 2005.

FERREIRA, Lúcia da Costa et al. *Conflitos Sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e litoral Sul, SP, Idéias, SP, 8 p. 115-149, 2001.*

FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas (1825-1829)* 1943.

FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas (1825-1829)*. São Paulo, EDUSP/ Cultrix, 1977.

FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas (1825-1829)*. São Paulo, EDUSP/ Cultrix, 1977.

FOOT-HARDMANN, Francisco; LEONARDI, Victor. *Historia da Industria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1982.

Franco, A.A.M. *Desenvolvimento da civilização material no Brasil*, 1971

FREIRE, Elaine Oliveira de Lima . *História Ambiental. Pesquisa e Ensino*. IN *Ciências Ambientais e Desenvolvimento*, vol. I. n° 1, jul./set, 2004.

FREIRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

FREIREYSS, G. Wilhelm. *Viagem ao Interior do Brasil nos Anos de 1814-1815*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, v.11, 1906.

Freireyss, georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. BH: Itatiaia; SP: Edusp, 1982. apud Ribeiro, 2005

FREYRE, Gilberto. *Mordeste: aspectos da influencia da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Global, 2004

FUKUI, Lia F. G. *Sertão e bairro rural*. São Paulo: Ática, 1979.

Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Fublifolha, 2000.

GALESKI, B. *Social Organization and Rural Social Change*”, *Sociologia Ruralis*, vol. VIII, n° I., p257-288, 1968 GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil (1836-1841)*. São Paulo, EDUSP/ Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

Galvão, E. 1963. *Elementos básicos da horticultura da subsistência indígena*, *Revista do Museu Paulista*, n.s. 14, São Paulo. Pp.120-144.

GALVÃO, Eduardo. *Encontros de Sociedades*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Do Anuário do Brasil, 1924.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz (1568-1570)*. São Paulo, Obelisco/ Cadernos de História, 1964.

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil (1836-1841)*. São Paulo, Belo Horizonte, EDUSP/ Itatiaia Editora, 1975. p. 41

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil* (1836-1841). São Paulo, Belo Horizonte, EDUSP/ Itatiaia Editora, 1975. p. 169

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil* (1836-1841). São Paulo: Belo Horizonte: Edusp- Itatiaia Editora, 1975.

GLIESSMAN, S.R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GNACCARINI, José César A. *Latifúndio e Proletariado. Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural*. Col. Teoria e História 7. Ed. Polis: São Paulo, 1980.

GODELIER, Maurice. *Racionalidade e irracionalidade na economia*. Rio de Janeiro: Edições tempo brasileiro, s;d.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Ed. Contexto, 1998.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil e de uma Estada nesse País Durante Parte dos Anos de 1821, 1822, 1823*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil e de uma estada nesse País durante parte dos Anos de 1821, 1822, 1823*. São Paulo, Ed. Nacional, 1956.

GRENAND, Françoise. *Bitter manioc in the lowlands of tropical América: from myth to commercialization*. In *Tropical forest, people and food*. In: HLADICK, C. M.; HLADICK, A.; LINARES, O. F.; PAGEZY, H.; SEMPLE, A.; HADLEY, M. (Eds.). *Tropical forest, people and food: Biocultural interactions and applications to development*. Paris: Unesco/ Parthenon, 1993.

HARRIBEY, Jean-Marie. Marxismo ecológico ou ecologia política marxiana in Bidet J., in http://resistir.info/ambiente/ecologia_politica.html (vistida em 23/07/2007)

HARRIS, Mark. Presente Ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In Adamns, C; at al. Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

HAYWARD, Tim. Ecological thought. Cambridge; Polity, 1994

HERRERA, Guillermo Castro. Naturaleza, Sociedad e Historia em América Latina. In Alimonda, Hecto , Ecologia Política. Naturaleza, Sociedad Y Utopia. Buenos Aires:Clacso, 2003. 83-93

HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

HOLANDA, S. B. 1980. INTRODUÇÃO AO LIVRO DE DAVATZ.

Holanda, S. B. Monções São Paulo: Brasiliense, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Caminhos e Fronteiras. 3ª edição. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.

IBGE. Censo Agrícola. Estado de São Paulo Série Regional. Vol. II. Tomo XI. 2ª parte, 1960.

IBGE. Censo agrícola. Estado de São Paulo. Série regional. Vol. XXV, Tomo 2. Rio de Janeiro, 1955

IBGE. IX Recenseamento Geral do Brasil. Vol. I, Tomo II, Rio de Janeiro, 1980.

IBGE. Previsão e acompanhamento de safras nos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina e no Distrito Federal. Estatísticas Básicas. Série Retrospectivas, número 9, 2004.

IBGE. VIII Recenseamento Geral do Brasil. Vol. 18, Rio de Janeiro, 1970.

JABOATÃO, frei Antônio de Santa Maria. Novo Orbe seráfico Brasileiro, Ed. Do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, vol. 1 1859,

KIDDER _____. Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil, Rio de Janeiro e Províncias de São Paulo (1837-1838). São Paulo, EDUSP/ Martins Ed., 1972.

KIDDER, Daniel P. Reminiscências de viagens e permanência no Brasil, compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. São Paulo: Martins, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

KIDDER, Daniel P. Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil, Províncias do Norte (1839-1840). São Paulo, EDUSP/ Martins Ed., 1972.

KLEINMAN, P.J.A.; PIMENTEL, D.; BRYANT, R.B. The ecological sustainability of slash-and-burn agriculture. *Agric. Ecosyst. Environ.* V.52, n. 2-3/ 235-249, 1995.

KORMONDY, EDWARD L E BROWN, DANIEL E. *Ecologia Humana*. São Paulo: Atheneu Editora, 2002.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil (1809-1815)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil (1809-1815)*. São Paulo, Ed. Nacional, 1936.

KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Companhia Editora Nacional. São Paulo. Rio de Janeiro-Recife-Porto Alegre, 1942.

KOUVÉLAKIS (org.) Dictionnaire Marx contemporain, Tradução de Fernando Ic. Martins Paris, PUF, Actuel Marx Confrontation, 2001, p. 183-200..

LAMBERT, Jacques. Os dois Brasis. Rio de Janeiro: INEP, Ministério da Educação e Cultura, 1959.

LECLERC, Max. Cartas do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LEES, Susan H. & BATES, Daniel G. "The Ecology of Cumulative Change." In MORAN, E. (ed.), The Ecosystem concept in Anthropology. 2nd ed. University of Michigan Press, 1990, pp. 247-278.

LEFF, E. Ecología y Capital. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. Siglo XXI-UNAM. México D.F., 1994
LI, Luis Correa. História, meio ambiente e cultura: a contribuição teórica de Fernand Braudel In Debate, n° 02, 2005. <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>

LENNIHAN L. Critical Conjectures in the Emergence of Agricultural Wage Labor in Northern Nigéria. Human Ecology. 12 (4), 1984, pp. 465-480.

LENZI, Cristiano. A sociologia sob o signo ecológico. Um estudo sobre modernização ecológica, desenvolvimento sustentável e a teoria da sociedade de risco. Tese de doutorado. Unicamp/IFCH, 2003

LINDLEY, Thomas. Narrativas de uma Viagem ao Brasil (1802-1803). São Paulo, Ed Nacional, 1969.

LIPIETZ , Alain. A ecologia política e o futuro de marxismo. Ambiente & Sociedade - Vol. V – nº 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003

LIPIETZ, A. _____. A Ecologia Política, solução pára a crise da instância política? In. Alimonda, Hecto , Ecologia Política. Naturaleza, Sociedad Y Utopia. Buenos Aires: Clacso, 2003.

LIPIETZ, Alain. A Ecologia Política, Solução Para a Crise da Instância Política? In. Alimonda, H. (org.) Ecologia Política. Naturaleza, Sociedad Y Utopia. Buenos Aires: Clacso, 2003. 15-26.

LOBATO, Monteiro. Cidades mortas. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LUCCOCK _____. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes Meridionais do Brasil (1808-1818). São Paulo, EDUSP/ Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro. Livraria Martins, São Paulo, 1942.

MACGRANTH, D.G. The role of biomass in shifting cultivation. Hum. Ecol., v.15, n. 2, p.221-241, 1987.

MADEIRA, Lícia Mori. O retorno da cidade como objeto de estudo da sociologia do crime. Sociologias, Porto Alegre, n. 9, 2003.

MARCILIO _____. Caiçaras. Terra e população: Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento demográfico e evolução agrária paulista. 1700-1836. Editora Hucitec, Edusp: São Paulo, 2000.

MARTINEZ, Paulo Henrique. História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

MARTINS, M. L. História e meio ambiente. São Paulo: Annablume; Faculdade Pedro Leopoldo, 2007.

MARTINS, Marcos Lobato. História e meio ambiente. São Paulo: Annablume; Faculdade Pedro Leopoldo, 2007.

MARTINS, P. S. 2001. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. In Vieira, I. C. G., Silva, J. M. C., Oren, D.C., e Dinca, M. A. (eds.) Diversidade biológica e cultural da Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p.369-384

MARTINS, P.S. Biodiversity and agriculture: patterns of domestication of Brazilian native plant species. Ann. Acad. Brás. Cienc., v.66, p.219-226, 1994

MARTINS, Paulo Soder. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. (P.369-384). IN Diversidade biológica e cultural da Amazônia/ organizadora Ima Célia G. Vieira..et al. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. 1º capítulo, seguido das teses sobre Feuerbach. Trad. de Álvaro Pina. Lisboa: Avante, 1981. (Biblioteca do Marxismo-Leninismo/16)

MARX, Karl. O Capital, vol 1. Nova York, 1976

MATTOS, R.C. Corografia histórica da província de Minas Gerais, belo horizonte, itatiaia, 1981 (1837)

MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil (1807-1810)*. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte, Itatiaia, 1978.

MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil (1807-1810)*. São Paulo: EDUSP/ Belo Horizonte, Itatiaia, 1978.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil, principalmente aos distritos do ouro e dos diamantes*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil (1815-1817)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil (1815-1817)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940. p. 160-1

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil (1815-1817)*. São Paulo, Ed. Nacional, 1940.

MCCABE, T. 2003 Sustainability and Livelihood Diversification among the Massai of Northern Tanzania. *Human Organization*, 62(2):100-111

McKEY, Doyle & BECKERMAN, Stephen. Chemical ecology, plant evolution and traditional manioc cultivation systems. In *Tropical forest, people and food*. In *Tropical forest, people and food*. In: HLADICK, C. M.; HLADICK, A.; LINARES, O. F.; PAGEZY, H.; SEMPLE, A.; HADLEY, M. (Eds.). *Tropical forest, people and food: Biocultural interactions and applications to development*. Paris: Unesco/ Parthenon, 1993.

MEDEIROS, N.; CUNHA, J.F. da.; AZZI, R. O vale do Ribeira de Iguape. *Boletim Geografico*. Ano VIII, nº 85. 1950.

Mello e Souza, L. Historia da vida privada no Brasil, 1. cotidiano e vida privada na América portuguesa, 1997.

MENDRAS, H. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MENDRAS, Henri. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOLINA FILHO, J. Classificação e Caracterização Sócio-Econômica dos Agricultores. Porto Alegre, XIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, 66, 1974.

MOLINA, Manuel González de. & CASADO, Gloria I. Guzmán Tras los pasos de la insustentabilidad. Agricultura y medio ambiente en perspectiva histórica (s. XVIII-XX). Barcelona: Icaria Editorial, 2006.

Monteiro, J. M. Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MOORE, D. Marxism, Culture, and Political Ecology: Environmental Struggles in Zimbabwe's Easter Highlands. In. R. Pett & M. Warrs (eds) Liberation Ecologies: Environment, Development Social Movements, pp. 125-147, Routledge: London. 1997.

MORAN, E. F. Adaptabilidade Humana: uma introdução à antropologia ecológica. SP: Edusp, 1994.

MORÁN, E. F. Energy flow analysis and the study of *Manihot esculenta* Crantz. In Acta Amazônica. Vol. 3. Nº 3, Manaus, 1973.

MOSCOVICI, S. Hommes domestiques, hommes sauvages. Paris: Union Générale d'Éditions (Collection 10/18), 1974

MULLER, N. L. Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo. São Paulo, USP, Boletim 132, geografia (7). 1951

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. Revista de Antropologia, São Paulo:Usp, v.44, n°2, 2001, pp. 39-88

NASH, R. Wilderness and the American Mind. Cambridge, Yale Universty Press, 1982.

NEUWIED, Maximiliano, príncipe de Wied. Viagem ao Brasi. Com. Editora Nacional, São Paulo, 1940.

NEVES, Walter. Antropologia ecológica: um olhar materialista sobre as sociedades humanas. 2ª ed. SP, Cortez, 2002.

NIEUHOF, Johann. Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil (1640-1649). São Paulo, Martins, 1942.

OLIVEIRA, Ana Maria de. Relação Homem/Natureza no Modo de Produção Capitalista. In Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografia Y Ciencias Sociales. Vol. VI, n. 119 (18), 1 de Agosto de 2002.

OLIVEIRA, Flávia A . M. de. Padrões alimentares em mudança: a cozinha no interior paulista. In MARTINEZ, H (org). Historia Ambiental paulista: temas, fontes, métodos. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. Economia e história em Franca: século XIX. Franca: Unesp-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

OLMOS, Fábio et al. Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das “populações tradicionais” à Mata Atlântica. In: ALBUQUERQUE, Jorge, et al (org.) Ornitologia e conservação. Tubarão/SC: Editora Unisul, p.279-312, 2001

Otoniel Mota, Do rancho ao Palácio, 1941. p 19. 21

Pádua, J. A. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2002.

PÁDUA, J.A. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. RJ: Jorge Zahar Editora, 2002.

PAIVA, Odair da C. Colonização e (dês) povoamento. Intervenção governamental e reordenação fundiária no litoral sul e no vale do Rio Ribeira de Iguape nos anos 1930/40.

PANEGASSI, Rubens Leonardo. Plantas de Civilização e Equivalência simbólica. In Mnme. Revista de Humanidades. Dossiê Historia Colonial. Conceitos e Estudos de Sociedade e Cultura. Caicó (RN), v.7, n16, Jun/Jul. 2005

PARKER, E. Cabocloization: the transformation of the Amerindian in Amazonia 1615-1800. In The Amazon Caboclo: historical and contemporary perspectives. Virginia: College of William and Mary, 1985.

PEDROSO JR, Nelson N. Ecologia histórica da agricultura de corte e queima no Vale do Ribeira: dinâmica agrícola de comunidades quilombolas e seu papel na formação e estruturação da Mata Atlântica.” Projeto de doutorado. Dep. De Ecologia. IB/USP, s/d.

PELUSO, N.L. Fruit trees and family trees in a anthropogenic Forest: ethics of access, property zones and environmental change in Indonesia. Comparative Studies in Society and History, v.38, nº3, p. 510-548, 1996.

PERONI, N.; HANAZAKI, N. Current and lost diversity of cultivated varieties, especially cassava, under swidden cultivation system in the Brazilian Forest. Agr. Ecosyst. Environ., v. 92, n. 2-3, p. 171-202, 2002.

- PERONI, Nivaldo. Agricultura de Pescadores. In BEGOSSI A. (org.) Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia. São Paulo: Hucitec: Nepam/Unicamp: Nupaub/USP: Fapesp, 2004.
- PERONI, Nivaldo. Ecologia e Genética da Mandioca na Agricultura Itinerante do Litoral Sul Paulista: Uma Análise Espacial e Temporal. Tese (doutorado)- Unicamp, Instituto de Biologia, 2004.
- PETRONE, P. A Baixada do Ribeira. IN Boletim n. 283, Geografia nº 14, FFCLUSP, São Paulo, 1966.
- PETRONE, Pasquale. A baixada do Ribeira. Estudo de Geografia Humana. Tese de Doutorado, São Paulo, 1960.
- PETRUCCELLI, J. L. Café, escravidão e meio ambiente. O declínio de Vassouras na virada do século XIX. Estudos Sociedade e Agricultura, 3. novembro. 1994.
- PIERSON, Donald. Hábitos alimentares em São Paulo. Revista do Arquivo Municipal. São Paulo Ano X, Vol. XCVIII, Set-Out, 1944.
- PIFFAR, Giovanna. A polenta Omo forma de expressão da cultura popular italiana. Monografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006
- PINTO E SILVA, Paula. Entre tampas e panelas. Por uma etnografia da cozinha no Brasil. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2001.
- PINTO E SILVA, Paula . Farinha feijão e carne-seca: um tripé culinário no Brasil. São paulo: Editora Senac, 2005
- PIRES, Cornélio. Conversas ao pé do fogo. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1987.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Traduzido. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PONTING, Clive. Uma História Verde do Mundo. RJ: Civilização Brasileira, 1995.

PRADO JR, C. Formação do Brasil Contemporâneo. 9ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

PRADO JR., C. História Econômica do Brasil. 9ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

Prado Junior, Caio. Formação do Brasil contemporâneo.: colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PRESTES, M.A. A investigação da natureza no Brasil Colônia. São Paulo: Annablume, 2000.

QUEIROZ _____. A posição Social do Sitiente na Sociedade Global Brasileira. Cadernos. São Paulo, Ceru, 1 (1) (p.133-154), 1968.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.

QUEIROZ, Renato da Silva. Caipiras negros no vale do Ribeira.

RIBEIRO, D. P Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

Ribeiro, Darcy. O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. São paulo: Companhia das Letras, 1995.

- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Florestas anãs do Sertão – O Cerrado na História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- RIBEYROLLES, Charles. Brasil pitoresco (1859-1860). Ed. Itatiaia: Belo Horizonte, EDUSP: São Paulo, 1980.
- ROSA, Antonio Vitor. Agricultura e Meio Ambiente. São Paulo: Atual.(Série Meio Ambiente), 1998.
- ROSEANE Carvalho Messias. O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: mercado interno e mão-de-obra no período de transição- 1830-1888. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- SAHLINS, Marshall D. Sociedades tribais, tradução de Yvonne Maggie Alves Velho; Rio de Janeiro: Zahar, 1970
- SAINT' HILAIRE, Auguste de. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822). Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- SAINT' HILAIRE, Auguste de. Viagem á província de São Paulo. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1976.
- SAINT'HILAIRE, A. Segunda viagem ao interior do Brasil - Espírito Santo. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1936.
- SAINT-HILAIRE, A. Viagens às nascentes do Rio São Francisco. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- SAINT-HILAIRE, A de. Viagem à província de Goiás (1819). São Paulo, Belo Horizonte: Edusp-Itatiaia Editora, 1975.

SAINT-HILAIRE, A. Viagens pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais” vol. I e II. Cia. Editora nacional: São Paulo, 1938.

SAINT-HILAIRE, A. Viagem ao Rio Grande do Sul. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SAINT-HILAIRE, A. Viagem no interior do Brasil (1820). Curitiba, s. ed., 1931

SAINT-HILAIRE, A. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte Itatiaia, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (1816-1817), São Paulo, EDUSP/ Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

SAINT-HILAIRE, Viagem à província do Rio Grande do Sul. Cia. Editora Nacional. São Paulo, 1939.

SAINT-HILAIRE. A. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1816-1817). São Paulo, Belo Horizonte: Edusp-Itatiaia Editora, 1975.

Salvador, Frei Vicente do. *História do Brasil* (1590-1627). São Paulo, Edições Melhoramentos, 1954. p. 61-2

SAMPAIO, T. & TESCHAUER, C. Os Naturalistas Viajantes dos Séculos XVIII e XIX e a Etnografia Indígena. Bahia: Progresso Editora, 1955.

SAMPAIO, Teodoro. São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos. 2 ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e tecnologia, 1978.

SANCHES, Rosely Alvim. Caiçaras e a estação Ecológica de Juréia-Itatins: litoral sul de São Paulo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

SANTOS, Carlos Roberto. História da alimentação no Paraná. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. p. 131.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SÃO PAULO, A agricultura em São Paulo. Boletim da sub-divisão de economia rural. Secretaria da agricultura. 1951.

SÃO PAULO, A agricultura em São Paulo. Boletim da sub-divisão de economia rural. Secretaria da agricultura. 1954.

SÃO PAULO, A agricultura em São Paulo. Boletim da sub-divisão de economia rural. Secretaria da agricultura. 1972.

SAUER, Jonathan D. Historical Geography of Crop Plants: a select roster. CRC Press: Boca Raton, Ann Arbor, London, Tokyo. 1993

Schaden, Egon. Aspectos fundamentais da cultura Guarani. Difusão Européia do livro: São Paulo, 1962.

Schmidt, C. B. Áreas de alimentação. In revista de antropologia, vol. 4, n.2, dezembro, São paulo:FFCL, 1956.

SCHMIDT, Carlos Borges. A lavoura caiçara. Documentário da vida rural, nº 14, Rio de Janeiro: Ministérios da Agricultura- Serviço de Informação Agrícola, 1958.

SCHMIDT, Carlos Borges. Áreas de alimentação. In Revista de Antropologia, vol. 4, n 2, São Paulo:FFCL, 1956.

SCHMIDT, Carlos Borges. O pão da terra. Revista do arquivo municipal. Vol.clxv- ano XXVII, 1956.

SCHMIDT, Carlos Borges. Técnicas agrícolas primitivas e tradicionais. Conselho Federal de Cultura e Departamento de Assuntos Culturais, 1976.

SCHMITT, Alessandra. Sustentabilidade na Agricultura – Percepção de Riscos Ambientais e Mudança Cultural: Um estudo de Antropologia Ecológica. Tese de Doutorado, FFLCH:USP, 2003

SCHWARTZ, Stuart B. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. Prefácio. In Dean, W. A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Trad. São Paulo, Cia. Das Letras, 1996.

SCHWARTZ, Stuart. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: EDUSC, 2001.

SEVCENKO, N. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira Republica, 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

SILVA, A. L.; BEGOSSI, A. Uso de Recursos por Ribeirinhos no Médio Rio Negro. In Begossi, A. (org.) Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia. São Paulo: Editora Hicitec/Nepam/Unicamp/Nupaub/USP/Fapesp, 2004

SILVA, E. R. DA. & SCHRAMM, F. R. A questão ecológica: entre a ciência e a ideologia de uma época. Cad. Saúde Publica, 13(3): 255-382, RJ. 1997

SILVA, F.C.T. da, 1997. História das Paisagens IN. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Ciro Flamarion Cardoso & Ronaldo Vaifas (org.) 11^a tiragem. RJ: Editora Campus, 1997.

SIMÃO, C.G. Levantamento Etnobotânico em quintais de Comunidades Remanescentes de Quilombos. Relatório de pesquisa. ITESP, 2001.

SMITH, Herbert H. . Do rio de janeiro a Cuiabá (1881-1886). São Paulo, Cia. Melhoramentos, 1922.

SOFFIATI, A. Destruição e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro: ensaio bibliográfico acerca da eco-história. (texto eletrônico), s/d.

SOUZA, Gabriel Soares de. Notícias do Brasil, Livraria Martins, s/d.

SPIX, J. B. von e MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil* (1817-1820). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938. 3 v.

SPIX, J.B & MARTIUS, C. F. P. VON. *Viagem pelo Brasil* (1817-1829), vol. 2. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

SPIX, J.B. von e MARTIUS, C. F.P von . *Viagem pelo Brasil* (1817-1820) volume I. Belo Horizonte: Editora Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

SPIX, Johann Baptiste von e MARTIUS, Carl Friedrich Philippe von. *Viagem pelo Brasil* (1818-1819). vol. II, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.

SPIX, Johann Baptiste von e MARTIUS, Carl Friedrich Philippe von. *Viagem pelo Brasil* (1817-1818). vol. I, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.

STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*. Liv. Progresso Editora. 1955.

STEWART, J.H. *Theory of culture change*. Urbana: University of Illinois Press, 1955.

STEWART, M.A. Environmental History: Profile of a developing Field. IN The History Teacher, vol. 31, nº 3, 1998.

TAUNAY, Carlos Augusto. Manual do agricultor brasileiro. Org. Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

TOLLENARE, Louis François de. Notas Dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818. Salvador, Progresso Ed., 1956.

TOLLENARE, Louis François de. *Notas Dominicais Tomadas Durante uma Viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1956.

Torrão Filho, Amílcar. A cidade como redenção: natureza e cultura nos Campos de Piratininga. In História Ambiental Paulista.

TSCHUDI, Johann Jakob von. Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1980.

TSCHUDI, Johann Jakob von. Viagens às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

TSING, A. Nature in the Making. In New Direction in Antropology & Environment: Intersections. Eds. C. L. Crumley, E. van Deventer, J.J. Fletcher, pp. 3-23, Altamira Press, Boston, 2001

VASEY, Daniel E. An Ecological History of agriculture: 10.000 B.C. – A.D. 10.000. Iowa State University Press/Ames, Iowa, 1992.

VIANNA, L.P. Considerações críticas sobre a idéia de população tradicional no contexto das unidades de conservação. Dissertação (Mestrado em Antropologia) FFLCH-USP, 1996.

WALBEECK, João. Documentos Existentes no Arquivo da Casa Real Holandesa, em Haia, In Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, Recife, n° 33, 1887. p. 184-187.

WANDERLEI, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. in. XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu-MG. OUTUBRO, 1996 (gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf/download)

WARNER, Katherine. Local technical Knowledge and Natural resource Management in the Humid Tropics. FAO, Roma.1991

Weech, J. Friedrich von. A agriculktura e o comercio no sistema colonial. São paulo: Martins Fontes, 1992.

WESTPHALEN, C.M. As farinhas de Paranaguá. Rio de Janeiro: A moderna História econômica, APEC, 1976. p. 73.

WILMSEN, Edwin & DENBOW, James. "Paradigmatic history of San-speaking peoples and current attempts at revision" Current anthropology, n°spécial:, Chicago, 31(5), 1990.

WOLF, Eric. Tipos de Campesinato Latino-americano: uma discussão preliminar. In FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. (org.) Antropologia e poder. Contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo: Editora Unicamp. 2003

WORSTER Transformações da Terra: Para uma Perspectiva Agroecológica na História.
Ambiente e Sociedade. V.5, n.2 . Campinas, 2003

WORSTER, D. Para fazer História Ambiental. In Estudos Históricos, vol. 4, n. 8, 1991.

ZALUAR, Augusto Emílio. Peregrinação pela província de São Paulo: 1860-1861. São
Paulo: Editora Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.